

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ADRIANA RICARDO SOBRAL

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS BRASILEIRAS:** uma análise crítica do REUNI/UFAL – 2007-2010.
Possibilidades e Desafios

Maceió, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ADRIANA RICARDO SOBRAL

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS BRASILEIRAS:** uma análise crítica do REUNI/UFAL – 2007-2010.
Possibilidades e Desafios

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do grau de Mestre em
Educação Brasileira ao PPGE UFAL
sobre a orientação da Professora Doutora
Maria das Graças Medeiros Tavares.

Maceió, 2012.

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de
Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento
Técnico**

S677p Sobral, Adriana Ricardo.

Programa de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras: uma análise crítica do REUNE/UFAL - 2007-2010 possibilidades e desafios / Adriana Ricardo Sobral. – 2012.

133f. : il.

Orientadora: Maria das Graças Medeiros Tavares.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 130-133

1. Políticas públicas - Educação. 2. Educação superior - Expansão e reestruturação.
3. Educação superior - Brasil. 4. Reune - Ufal - I. Título.

CDU: 378(81)

Bibliotecária: Lívia Silva dos Santos – CRB-4 – 1670

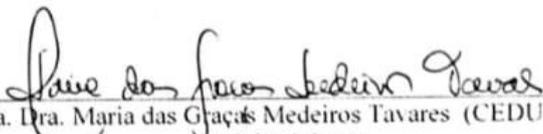
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Programa de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras:
uma análise crítica do REUNI/UFAL – 2007-2010. Possibilidades e Desafios

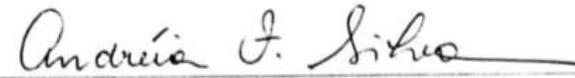
ADRIANA RICARDO SOBRAL

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 14 de fevereiro de 2012.

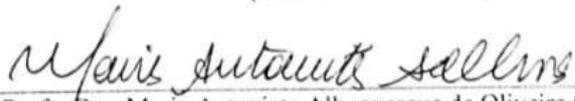
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Maria das Graças Medeiros Tavares (CEDU-UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dra. Andreia Ferreira da Silva (UFCG)
(Examinadora Externa)



Prof. Dra. Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira (CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)

Dedico este trabalho a todos que enfrentam diariamente obstáculos e desafios que, às vezes, fazem com que pensemos em desistir. Porém, a vontade de conhecer novos horizontes nos impulsiona a levantar a cabeça e seguir em frente.

Agradecer é um pouco injusto, porque sempre nos esquecemos de alguém. Espero que aqueles que nos momentos de caminhada deste trabalho estiveram comigo, em muitos ou em poucos momentos, sintam a minha gratidão pelo apoio, confiança e amizade, mas as pessoas abaixo citadas estavam constantemente comigo.

Agradeço primeiramente aos meus pais (Antônio e Adelina) por me iniciarem na minha vida acadêmica e por sempre demonstrarem orgulho de mim, dando sempre apoio, apesar dos problemas enfrentados durante a vida.

A minha filha, Vitória, por entender o valor deste trabalho e por me mostrar o verdadeiro amor.

Ao meu esposo, amigo e companheiro, Marcus, que desde o momento que entrou na minha vida, deu-me força e coragem para que pudesse alcançar todas as minhas vitórias.

Às professoras Maria das Graças Tavares e Maria Antonieta por se tornarem excelentes condutoras dessa longa caminhada.

As minhas queridas irmãs, sobrinhas, sobrinhos, tias, tios, primos, primas por demonstrarem orgulho de mim.

A minha sogra e ao meu sogro, Dulcinéa e Antônio, pelos momentos de apoio.

A uma força maior, que chamo de Deus, que sempre clamei sua presença nos momentos difíceis, de doença, de tristeza e de cansaço.

A todos, meu muito obrigada.

Esta dissertação teve como objetivo analisar a expansão e a reestruturação da Educação Superior brasileira, principalmente a ocorrida na Universidade Federal de Alagoas, após a inserção desta Instituição no Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Brasileiras, o REUNI, em 2007. O estudo analítico dos fatos históricos, análise de dados estatísticos e de documentos oficiais deram corpo a esta dissertação. O primeiro momento desta dissertação foi o estudo histórico das políticas públicas educacionais direcionadas ao ensino superior brasileiro, enfatizando as políticas públicas educacionais oficializadas na década de 60, do século XX, até a redemocratização política brasileira, a partir de 1985. A análise documental do Decreto nº 6.096 de 2007, o REUNI- Nacional foi o foco do segundo capítulo. Como o REUNI- Nacional foi aprovado no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas públicas educacionais ocorridas neste governo tiveram uma análise mais aprofundada. Os processos históricos de expansão e reestruturação da UFAL foram estudados no terceiro capítulo, que também englobou uma análise dos dados estatísticos dos números que comprovaram a expansão da UFAL após a aprovação do REUNI. As mudanças ocorridas na UFAL no período de 2007 a 2010 mostram que essa Instituição de Ensino Superior tem um papel de suma importância para o crescimento econômico e social do estado de Alagoas.

Palavras- chave: Educação Superior. Políticas Públicas Educacionais. Expansão. Reestruturação.

This thesis aims to analyze the expansion and restructuring of higher education in Brazil, mainly occurred at the Federal University of Alagoas, after entering this institution in Expansion and Restructuring of the Brazilian Public Universities, the REUNI in 2007. The analytical study of historical facts, statistics and analysis of official documents gave substance to this dissertation. The first time this thesis was to study history of educational public policies directed to Higher Education in Brazil, emphasizing the educational policies made official in the 60s of the twentieth century, to political democratization in Brazil, since 1985. Document analysis of Decree n° 6.096, 2007, REUNI- National was the focus of the second chapter. As the REUNI- National was approved by the government of President Luiz Inacio Lula da Silva, the educational policies that have occurred in this government had a more thorough analysis. The historical processes of expansion and restructuring of UFAL were studied in the third chapter, which also includes an analysis of statistical the numbers proved that the expansion of UFAL after approval of the REUNI. The changes in UFAL the period 2007 to 2010 show that this higher education institution has a role of paramount importance for the economic and social growth of the state of Alagoas.

Keywords: Higher Education. Public Educational Policies. Expansion. Restructuring.

LISTA DE TABELAS

Nº da Tabela	Nome da Tabela	Página
Figura I	Órgãos das unidades administrativa da UFAL a partir de 2006.	110
Quadro I	Estrutura Curricular- Modelo Campus do Agreste/UFAL	113
Quadro II	Estrutura Curricular- Modelo Campus UFAL/Delmiro Gouveia-Santana do Ipanema	114
Tabela 1	Evolução do número de instituições de Ensino Superior- total geral de 1991 a 1992.	46
Tabela 2	Evolução de ingressos dos cursos de graduação presenciais de 1991 a 1992.	47
Tabela 3	Evolução do número de cursos de graduação presenciais de faculdades, escolas e institutos superiores de 1991 a 1992.	47
Tabela 4	Evolução do número de instituições de ensino superior de 1992 a 1994.	48
Tabela 5	Evolução do número de cursos de graduação presenciais de 1992 a 1994.	49
Tabela 6	Evolução de ingressos dos cursos de graduação presenciais de 1992 a 1994.	49
Tabela 7	Evolução do número de instituições de ensino superior de 1995 a 1998.	51
Tabela 8	Evolução de ingressos dos cursos de graduação presenciais de 1995 a 1999.	52
Tabela 9	Evolução do número de cursos de graduação presenciais de 1995 a 1998.	53
Tabela 10	Taxas de Escolarização brasileira bruta e líquida de 2004.	54
Tabela 11	Evolução do número de instituições de ensino superior de 1999 a 2002.	56
Tabela 12	Evolução da educação superior no Brasil: número total de cursos de graduação e matrículas de 1999 a 2002.	57
Tabela 13	Instituições de educação superior em 2001 por regiões brasileiras.	58
Tabela 14	Evolução do número de funcionários técnicos-administrativos	58

	(em exercício e afastados) nas IES brasileiras -total geral de 1999 a 2002.	
Tabela 15	Evolução do número de instituições de ensino superior (total geral) de 2003 a 2004.	67
Tabela 16	Evolução do número de cursos de graduação presenciais de 2003 a 2004.	67
Tabela 17	Evolução de vagas oferecidas nos cursos de graduação presenciais de 2003 a 2004.	68
Tabela 18	Evolução de ingressos nos cursos de graduação presenciais (total geral) de 2003 a 2004.	68
Tabela 19	Evolução do número de funcionários técnicos- administrativos (em exercício e afastados)- total geral de 2003 a 2004.	69
Tabela 20	Instituições Federais de Ensino que aderiram ao REUNI/2007 divididas por regiões geográficas brasileira.	81
Tabela 21	Evolução do número de cursos de graduação presenciais nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- total geral de 2006 a 2010.	84
Tabela 22	Evolução do número de cursos de graduação presenciais no período noturno nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.	85
Tabela 23	Evolução do número de cursos de licenciatura presenciais nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.	85
Tabela 24	Vagas ofertadas nos cursos de graduação presenciais nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- total geral -2006 a 2010.	86
Tabela 25	Vagas ofertadas nos cursos de graduação presenciais nas IFES brasileiras - por regiões geográficas- no período noturno- total geral -2006 a 2010.	86
Tabela 26	Vagas ofertadas nos cursos de graduação presenciais nos cursos de licenciatura nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.	87
Tabela 27	Quantidade de cursos de pós- graduação em mestrado ofertados nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.	87
Tabela 28	Quantidade de cursos de pós- graduação em doutorado ofertados	88

	nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.	
Tabela 29	Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Norte, no período de 2006 a 2010.	89
Tabela 30	Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Nordeste, no período de 2006 a 2010.	89
Tabela 31	Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Centro- Oeste, no período de 2006 a 2010.	90
Tabela 32	Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Sudeste, no período de 2006 a 2010.	90
Tabela 33	Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Sul, no período de 2006 a 2010.	91
Tabela 34	Número de cursos, matrícula e docentes da Universidade Federal de Alagoas em 1980.	97
Tabela 35	Número de cursos, matrícula e docentes da Universidade Federal de Alagoas em 1990.	97
Tabela 36	Número de cursos presenciais de graduação e número de matrícula da Universidade Federal de Alagoas de 1996 a 2000.	98
Tabela 37	Número de cursos presenciais de graduação e número de matrícula da Universidade Federal de Alagoas de 2001 a 2004.	99
Tabela 38	Indicadores dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas- 2004 a 2007. Campus do Agreste- Arapiraca.	100
Tabela 39	Evolução dos indicadores de graduação da UFAL de 2007 a 2010.	104
Tabela 40	Número de alunos transferidos da UFAL de 2007 a 2010.	107
Tabela 41	Número de alunos que pediram reopção, equivalência e reingresso da UFAL de 2007 a 2010.	107
Tabela 42	Número de alunos diplomados na UFAL de 2007 a 2010.	108
Tabela 43	Correspondência de Centros/Departamentos por Unidades Acadêmicas da UFAL (Regimento Geral, art.121, 122 e 124).	111
Tabela 44	Quantidades de vagas ofertadas pela UFAL para as políticas de cotas masculinas, femininas e total geral- de 2007 a 2010.	117
Tabela 45	Indicadores de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Alagoas – 2006 a 2010.	118

Tabela 46	Indicadores da pós-graduação da UFAL de 2006 a 2010.	121
Tabela 47	Servidores Técnicos da UFAL, por regime de trabalho de 2006 a 2010.	122
Tabela 48	Técnicos- administrativos em programa de qualificação- 2006 a 2009.	122
Tabela 49	Docentes do quadro permanente da Universidade Federal de Alagoas, por regime de trabalho – 2006 a 2010.	123
Tabela 50	Docentes em programa de qualificação de 2006 a 2010.	124
Tabela 51	Evolução da área física da UFAL de 2007 a 2010.	126

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AIE	Aparelho Ideológico do Estado.
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CFE	Conselho Federal de Educação.
CRUB	Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras.
DAP	Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Alagoas.
DEED	Departamento de Educação Superior.
DRH	Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal de Alagoas.
DE	Dedicação Exclusiva dos docentes com a Instituição Federal de Ensino Superior.
FHC	Fernando Henrique Cardoso- Presidente da República do Brasil no período de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003.
GERES	Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IES	Instituições de Ensino Superior.
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior.
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira.
LDB	Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1996.
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
MEC	Ministério da Educação.
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Alagoas.
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

PNE	Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, aprovado em dezembro de 2001.
PRN	Partido de Renovação Nacional.
PROEST	Pró-reitoria Estudantil da Universidade Federal de Alagoas.
PROEX	Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas.
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Alagoas.
PROUNI	Programa Universidade para Todos, instituído pela Medida Provisória nº 213, de setembro de 2004.
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.
SESU	Secretaria da Educação Superior.
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças.
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação.
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFT	Universidade Federal do Tocantins.
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UFAL	Universidade Federal de Alagoas.
UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí.
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFG	Universidade Federal de Goiás.
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UnB	Universidade de Brasília
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense.
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora.
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del- Rei
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa.
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo.
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC.
USP	Universidade de São Paulo.
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
USAID	Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - AS CARACTERÍSTICAS DA EXPANSÃO E DA REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: contexto histórico.	27
1.1. Expansão e a reestruturação do Ensino Superior brasileiro: uma ação tardia	
1.2. A educação superior no Regime Militar brasileiro	
1.2.1. Plano Atcon	
1.2.2. Relatório Meira Mattos	
1.2.3. A Reforma Universitária de 1968	
1.3. A redemocratização política do Brasil: impactos na expansão e reestruturação da educação superior brasileira.	
1.3.1. José Sarney (1985- 1990)	
1.3.2. Fernando Collor de Melo (1990- 1992)	
1.3.3. Itamar Franco (1992- 1994)	
1.3.4. Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) (1999-2003)	
CAPÍTULO II - A POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: REUNI - DECRETO Nº 6.096/2007: uma proposta de expansão e reestruturação para a educação superior brasileira.	60
2.1. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)	
2.2. Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010)	
2.3. O REUNI - Decreto Lei nº 6.096/2007	
2.4. Documento preliminar elaborado pelo Grupo Assessor da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)	
2.5. A evolução das IFES após a aprovação do Plano de reestruturação e expansão das Universidades Federais	
CAPÍTULO III - O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: impactos na política da educação superior.	92
3.1. Os primeiros processos de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Alagoas- UFAL	
3.2. As políticas de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Alagoas após período de redemocratização política brasileira	
3.3. O processo de expansão da Universidade Federal de Alagoas	
3.4. O Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alagoas - o REUNI_UFAL	
3.4.1. Ampliação da oferta de vagas, especialmente no período noturno. Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas.	
3.4.2. Mobilidade intra e inter-institucional com aproveitamento de créditos e circulação de estudantes entre cursos/ instituições/programas	
3.4.3. Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino- aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade.	
3.4.4. Diversificação das mobilidades de graduação, preferencialmente não	

voltadas à profissionalização precoce e especializada.

3.4.5. Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

3.4.6. Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

127

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

133

INTRODUÇÃO

Sou professora do Ensino Fundamental (primeiro segmento) concursada da Secretaria Municipal de Educação de Maceió e da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Alagoas. Estou lecionando neste segmento há dezoito anos. Cursei o magistério, depois ingressei no Ensino Superior dando seqüência à carreira de professora, fiz Pedagogia na Universidade Federal de Alagoas. Na pós-graduação tive interesse na área de educação superior, comecei com a especialização e a partir daí o meu foco ampliou para aprofundar nessa modalidade de ensino.

No Ensino Superior tive como experiência profissional dois anos de docência, 2006 e 2007, como professora substituta da Universidade Federal de Alagoas. Lecionei na área de educação, nas disciplinas: Didática, Política e Organização da Educação Básica no Brasil e Profissão Docente nas licenciaturas de Matemática, Geografia, Ciências Sociais, Educação Física e Psicologia.

Os aspectos estruturais, políticos e históricos do ensino superior foram mais abordados quando tive a oportunidade de participar da disciplina Educação Superior Brasileira como aluna especial, no mestrado de Educação, no Centro de Educação (CEDU/UFAL). Nesta oportunidade entrei em contato com o Grupo de Pesquisa de Avaliação do Ensino Superior, sob a coordenação das Professoras Doutoras Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira e Maria das Graças Meeiros Tavares, professoras que são autoras de vários trabalhos, artigos, e pesquisa na área do ensino superior no Brasil e também com muito interesse em estudar as particularidades deste ensino, principalmente na contemporaneidade e particularmente no estado de Alagoas.

Dentro do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior o interesse voltava para as novas leis educacionais que norteavam as instituições de ensino superior. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras- o REUNI, instituído em abril de 2007, era o foco atual de estudo do Grupo de Pesquisa em Educação Superior, naquele momento.

Estudar o REUNI era fundamental para este Grupo de Pesquisa. Entender a sua particularidade, seus objetivos, suas metas e sua abrangência. Analisar como a UFAL diante desse novo Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007, iria se estruturar para atender todas as exigências desse Decreto, era um bom desafio.

O interesse pelo tema dessa dissertação foi concretizado no momento que fui aprovada, em 2009, no processo de seleção para aluna regular no Mestrado de Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas- UFAL. A aprovação como aluna regular deu-me a oportunidade de participar do Grupo de Pesquisa em Avaliação do Ensino Superior e de iniciar a minha pesquisa de dissertação juntamente com a Professora Maria das Graças Medeiros Tavares, como orientadora.

Estudar o REUNI nacional, Decreto nº 6.096/2007 e o REUNI- UFAL/2007, trouxe para nossa pesquisa muitos desafios. O primeiro foi que como o REUNI é um tema muito polêmico, porque trazem mudanças estruturais a partir de um Decreto Oficial, os artigos encontrados sobre o tema eram todos contra essa reestruturação e expansão do ensino superior das Universidades Federais. Os que eram a favor do Plano apresentavam um texto muito técnico e relatórios de avaliações para apresentar a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação.

O segundo obstáculo é que os dados oferecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), sobre a avaliação do Ensino Superior brasileiro, somente traziam registro até o ano de 2009, ou seja, dois anos após a aprovação do REUNI- nacional. Já os dados estatísticos oferecidos pela Universidade Federal de Alagoas, através do Portal do Gestor, mostram as avaliações quantitativas até 2010.

O terceiro desafio foi conciliar as aulas de mestrado e a pesquisa com o trabalho profissional, pois não fui dispensada para me dedicar exclusivamente a minha pesquisa, juntamente com a professora orientadora. Junto a esse desafio, que considerado o maior de todos, foi o quadro de minha saúde que foi afetado por problemas de coluna óssea, estresse, várias crises de enxaqueca e pressão alta.

Porém, foi de suma importância dar continuidade a essa pesquisa. Estudar o REUNI- Nacional e o REUNI- UFAL para entender e analisar o processo de expansão de vagas e da reestruturação do ensino superior no Brasil e em Alagoas valeu ultrapassar todos os desafios acima colocados.

Enfim, esta pesquisa se propõe a avaliar o REUNI como política pública de expansão da educação superior brasileira no século XXI. Estudar o REUNI nacional e REUNI- UFAL significa estudar as políticas públicas de expansão e de reestruturação das universidades públicas brasileiras.

Sabemos que a necessidade de expansão e reestruturação do ensino superior no Brasil surgiu a partir da universalização das matrículas do ensino fundamental e da expansão do ensino médio nas escolas públicas brasileiras. A expansão do ensino superior e a reestruturação das universidades públicas brasileiras é um dos principais caminhos para atender a demanda da população oriunda do ensino médio logo, a expansão da educação superior no século XX no Brasil, a partir da década de 90, tem duas grandes etapas, devido aos diferentes estilos de governos federais destes períodos: o governado por Fernando Henrique Cardoso, cujo reforma e políticas públicas beneficiaram as Instituições Privadas de ensino superior e o outro foi o governado por Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com Gomes (2007) no período de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) quando se privilegiou a ampla privatização da oferta da educação superior, as reformas e políticas produziram um aumento de 52,5% na quantidade de instituições privadas de ensino superior e de 61,5% de suas matrículas.

Ainda segundo Gomes (2007) neste mesmo período, o governo federal adotou uma política de contenção de financiamento para as universidades públicas, levando-as a tomar iniciativas para captação de recursos juntos a “clientes” e as empresas privadas.

Diante deste cenário os estudantes oriundos da classe trabalhadora e vindos do ensino médio das escolas públicas ficaram impedidos de freqüentar o ensino superior em tais instituições porque não tinham como custear as mensalidades altíssimas destas instituições.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010) as políticas e formas de enfrentar os problemas da educação superior diferenciaram-se um pouco das do governo anterior, porque procuraram produzir uma nova matriz discursiva para ressignificar a ampliação do acesso e a expansão da educação superior mediante a tematização da democratização do acesso e da justiça social.

A criação do “Programa Universidade para Todos” – PROUNI (2006), com a proposta de criar bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior para população estudantil que atenda as condições estabelecidas no programa e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) são exemplos de ações implantadas dentro dessa nova matriz discursiva.

Com essas novas políticas públicas foram ampliadas as ofertas de vagas na educação superior tanto nas IES privadas como nas Universidades Públicas. Por isso é de suma importância estudar o REUNI- Nacional e o REUNI- UFAL para entender e analisar esse processo de expansão de vagas e da reestruturação do ensino superior no Brasil e em Alagoas.

Para poder avaliar o REUNI e suas conseqüências para a educação superior brasileira parto da questão da expansão e da estruturação do ensino superior no Brasil desde a sua implantação e primeira estruturação até a década de 90 do século XX, partindo do pressuposto de que a expansão e a reestruturação universitária foram requisitos para elaboração e a aprovação do REUNI em 2007.

O REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, objetivando “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BRASIL, 2007, art. 1º. § 1º).

Para tanto, apresentou duas metas globais:

(...) a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007, art. 1º, § 2º)

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais é apresentado às Universidades Federais como um plano optativo, ficando a cargo de cada uma, por conta da sua autonomia universitária aderir ou não ao plano. Segundo o Decreto do REUNI o plano também não preconizava a adoção de um modelo único para a graduação das Universidades Federais, respeitando a autonomia universitária. As Universidades Federais no momento que elaboram seu plano de reestruturação e expansão obedeceram às diretrizes do REUNI, que eram:

I- redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

III- revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino- aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI- articulação da graduação com a pós- graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007, art.2)

Em consideração as citadas diretrizes as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) elaboraram a proposta de adesão. Nosso interesse, então, voltou-se para analisar o Projeto do REUNI- UFAL, observando se a instituição atendeu a todas as diretrizes e objetivos propostos pelo REUNI_ Nacional e quais foram os avanços conquistados pela UFAL para atender tais diretrizes e objetivos.

O trabalho foi estruturado pelos seguintes tópicos: no primeiro capítulo foi construído um histórico da educação superior no Brasil tendo como cenário os primeiros períodos históricos brasileiros como: Colônia, Império, Primeira República, Estado Novo até o início dos anos 60, destacando alguns pontos que consideramos importantes e relevantes de cada um e que influenciaram a educação superior nos períodos já mencionados. A partir do regime militar brasileiro buscamos fazer uma análise mais detalhada deste período, porque o consideramos como a base de idéias que influenciaram e ainda influenciam as reformas da educação superior no Brasil, na década de 1990 e do início do século XXI.

Também no primeiro capítulo foi analisado o período de redemocratização política do Brasil, a partir de 1985. A análise deste período envolveu também o estudo das políticas públicas educacionais e das ações políticas efetuadas pelos Presidentes da República no período de 1988 até 2001.

Para fundamentar este primeiro capítulo, na questão da história e finalidade do Ensino Superior brasileiro, utilizamos os trabalhos teóricos dos autores como Fávero (1994), Bittar (2008), Oliveira (2008), Morosini (2005), Vieira (2007) e Freitag (1986) que realizam um apanhado histórico do ensino superior brasileiro.

Sobre mudança educativa no ensino superior brasileiro, expansão, reestruturação e qualidade, a partir do período de redemocratização política do Brasil, trouxemos a opinião dos autores como: Ximenes (2003), Carvalho (2008), Olive (2002), Marchesi (2003), Lima (2007), Dourado (2003), Martín (2003) e Catani (2003).

O segundo capítulo do trabalho iniciou com uma análise das políticas públicas educacionais para o ensino superior na gestão do Governo Federal Luiz Inácio Lula da Silva, como o PROUNI, para depois iniciarmos a análise do REUNI- Nacional.

Neste segundo capítulo o foco do estudo foi análise do Decreto nº 6.096/2007, instituído em abril de 2007. Foram analisados os objetivos, as metas, as diretrizes e as exigências para a formulação das propostas elaboradas pelas Universidades Federais.

Dados estatísticos da evolução do número de instituições de ensino superior, de cursos de graduação presenciais, das vagas oferecidas, dos ingressos, dos docentes em exercício, de funcionários, dos concluintes e da escolaridade da população brasileira de 2004, fizeram parte deste segundo capítulo com o objetivo de fazer um contraponto da necessidade de se implantar em pleno século XXI um Decreto para expansão e reestruturação das Universidades Federais brasileiras.

A base teórica utilizada neste capítulo foram as análises do ANDES (2007), Ramalho Filho (2008), da Secretaria de Educação Superior (SESu/2007), Verçosa e Tavares (2004), Lima (2007), Carvalho (2008) e Amaral (2005). Também foram utilizados dados estatísticos do censo da educação superior encontrado no INEP (2006/2007) e também o estudo do Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007).

O terceiro e último capítulo é uma análise do Projeto REUNI- UFAL elaborado no ano de 2007 e colocado em prática em 2008. Neste capítulo buscamos perceber as características e impactos do REUNI na política de expansão e reestruturação da Universidade Federal de Alagoas.

Neste último capítulo também foram utilizados dados estatísticos, porém agora o objetivo foi se concentrar na avaliação oferecida pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para demonstrar a contribuição que uma real expansão e uma reestruturação das Universidades Federais brasileiras ocasionam na realidade social e política.

As informações oferecidas pela UFAL (2004/2010) revelam os avanços que ocorreram na instituição em relação ao: número de cursos de graduação presenciais nos períodos diurno e noturno; as atividades de extensão oferecidas pela UFAL; indicadores

dos cursos de graduação; de assistência estudantil; de bolsas de iniciação científica; o número de docentes do quadro permanente por titulação, por regime de trabalho; a quantidade de cursos de graduação e de vagas ofertadas nestes cursos. Esses dados foram analisados para observar se houve avanços nestes três anos do Plano- REUNI-UFAL quanto à meta global de aumento de matrícula e da relação de alunos por professor para dezoito, no aumento de vagas nos cursos de graduação presenciais, no quadro de docentes permanentes, no aumento dos cursos de graduação no turno noturno e se houve uma expansão e reestruturação da UFAL.

Analisamos através de quadros comparativos os avanços que ocorreram na UFAL durante a implantação do REUNI/2007: redução das taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas (especialmente no período noturno). A revisão da estrutura acadêmica e a reorganização dos cursos de graduação também foram analisadas.

Neste último capítulo utilizamos autores que também foram utilizados no segundo capítulo como: Ramalho Filho (2004/2008), Verçosa (1997/2004) e Tavares (2004/2007) e Carvalho (2008) para poder analisar a expansão e reestruturação da UFAL.

Essa pesquisa foi baseada em estudos de análise documental. Como podemos verificar pelo detalhamento dos capítulos acima, essa análise documental foi realizada pelo estudo das Leis educacionais brasileiras que organizaram e estruturaram a educação superior, deste os anos 80, do século XX, até os anos de 2007, no século XXI. Essas Leis foram: o Decreto nº 6098, de 24 de abril de 2007, que institui o REUNI-Nacional; a proposta oficial da Universidade Federal de Alagoas - UFAL para aplicação do REUNI em sua unidade acadêmica; as Leis Oficiais, a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001 que aprova o Plano Nacional de Educação. Todos com o intuito de perceber a forma como se buscou organizar a universidade atualmente depois da redemocratização política do Brasil.

Dando suporte a essa análise documental, houve durante o processo de escrita, estudos de textos, artigos, dados estatísticos e de produções acadêmicas. Os autores estudados e analisados já foram citados durante a exposição dos capítulos desta pesquisa.

Como essa pesquisa sempre teve como seu principal objetivo analisar o Programa de Expansão e Reestruturação da Universidade Federal de Alagoas,

utilizamos sempre uma abordagem qualitativa quando interpretamos o tema observado, que no nosso caso, foi o REUNI – UFAL. A análise documental foi indispensável tanto para estudar as leis oficiais como para estabelecer uma relação com os dados estatísticos e os estudos dos teóricos selecionados no projeto de pesquisa e durante os estudos realizados.

Porém não podemos deixar de ressaltar que ao analisar os dados estatísticos originários do INEP/MEC e do Portal do Gestor da Universidade Federal de Alagoas foram considerados também aspectos quantitativos, para que nossa análise fosse realmente confirmada.

Isso a nosso ver não mudou a essência dessa dissertação que foi de estudar e analisar o Decreto nº 6.096/2007 e o Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alagoas.

Enfim, espero com essa pesquisa poder contribuir para a análise do processo de expansão e reestruturação ocorridas na Universidade Federal de Alagoas no período de 2007 a 2010 e se realmente a UFAL atendeu a todas as diretrizes decretadas na Lei Federal nº 6.096/2007 com avanços significativos para a expansão e reestruturação dessa instituição de ensino superior que se coloca de suma importância para o avanço econômico, social e político do estado de Alagoas.

CAPÍTULO I: AS CARACTERÍSTICAS DA EXPANSÃO E DA REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: CONTEXTO HISTÓRICO.

O REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído no Brasil, em 2007, pelo Decreto Lei nº 6.096, propõe em suas metas e diretrizes uma reestruturação do currículo acadêmico das universidades federais nos cursos de graduação presenciais, e uma expansão também nas universidades federais pela oferta de mais vagas nos cursos presenciais, principalmente no período noturno.

Entram em debate no cenário do ensino superior os conceitos de expansão e de reestruturação das universidades federais. Expandir, segundo o dicionário Amora (2009), “é difundir, estender, dilatar, ampliar, desenvolver-se”. Reestruturação é uma palavra formada pelo prefixo *re*, mais o substantivo feminino estruturação. O prefixo é usado junto à raiz de uma palavra, modificando-lhe o sentido ou formando uma nova palavra. Estruturação, segundo Amora (2009), é composição, arranjo.

Podemos concluir que o Decreto Lei nº 6.096/2007 pretende mudar a composição, a organização, a estrutura do currículo acadêmico e a diversificação das modalidades de graduação.

Neste primeiro capítulo faremos um estudo histórico para entender as necessidades de expansão e de reestruturação do ensino superior nas universidades federais brasileiras em pleno século XXI. Somente trazendo à tona aspectos históricos que caracterizaram a educação superior brasileira é que poderemos compreender os motivos da expansão das universidades federais no século XXI.

1.1- Expansão e a reestruturação do ensino superior brasileiro: uma ação tardia.

Para Ximenes (2003), a expansão do sistema de educação superior nos países ocidentais nos últimos vinte anos contribuiu de modo decisivo para a difusão do acesso à produção e/ou absorção do conhecimento especializado. Foi na década de 60, do século XX, que ocorreu, no Brasil, o primeiro ciclo de expansão da educação superior (XIMENES, 2003) e o segundo ciclo de expansão só irá acontecer na década de 90 do mesmo século.

Durante o Período Colonial não havia nenhum objetivo e finalidade de implantação do ensino superior no Brasil, visto que o território da Colônia era usado para atender a demanda comercial, oferecendo matérias-primas para o comércio da metrópole.

No Período Imperial há a implantação de novo modelo político no Brasil, onde a economia baseava-se agora na agricultura canavieira e o trabalho na mão – de - obra escrava. O poder político mantinha-se na mão dos donos de engenhos e dos políticos do Império.

Neste período há um interesse na introdução do ensino superior já que essa modalidade serviria para formação dos políticos da época e à formação da nova elite formada pelos portugueses que chegaram ao Brasil acompanhado pela Família Real. Os cursos de ensino superior no Brasil Colônia surgiram com uma caracterização de cursos isolados, profissionalizantes, de caráter bacharelesco, dando muito prestígio social aos que os freqüentavam.

Em 1827 foram criados os primeiros cursos jurídicos. Ximenes (2003) destaca que para os jovens brasileiros da época do Império, a mais prestigiosa carreira era a jurídica, carreira que representava uma base política ou exclusivamente fonte de prestígio e não expressava restritamente uma formação ou uma preparação profissional. Portanto, da Colônia até o Império, o ensino superior somente foi iniciado, não apresentando nenhuma diversificação e nem expansão, atendendo a um só tipo de ensino: o bacharelado.

Com a troca de regime político, de Império para República, a sociedade brasileira foi reestruturada em seus setores econômico, político e social como a abolição da escravatura, a introdução da mão – de - obra livre, a política migratória e o primeiro surto industrial.

No início da Primeira República, tivemos a criação de alguns institutos técnicos, como: Agrônomo de Campinas (1887), Instituto Vacinogênico (1892) e Bacteriológico de São Paulo (1893), o Butantã (1899) e o Instituto de Manguinhos (1900). Além dos institutos técnicos, tivemos também nos primórdios da República Velha o surgimento de faculdades e escolas de nível superior que foram: a Escola Politécnica de São Paulo (1893), as Escolas de Engenharia Mackenzie (1896), de

Engenharia de Porto Alegre (1896), Livre de Farmácia de São Paulo (1898), Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (1898) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (1901). (XIMENES, 2003, p.63)

Para Ximenes (2003), um dos principais motivos que favoreceu a expansão dos cursos técnicos e científicos no Brasil do início da República, foi o desenvolvimento industrial urbano, tendo em vista a consolidação de novos pólos de crescimento urbano e econômico e a conseqüente definição de novas prioridades e necessidades, seja no campo da saúde pública, da agricultura, dos recursos minerais, ou no campo da engenharia. Destaca-se a presença da ideologia positivista e do avanço da ciência européia que refletiam na produção científica brasileira, através de esforços individualizados.

Ao final do século XIX, a educação já era vista como uma das forças necessárias ao progresso social do país, principalmente a de nível superior, de onde se propagavam as mais variadas ideologias, como as do darwinismo, positivismo, materialismo, liberalismo, naturalismo, evolucionismo, etc. (XIMENES, 2003)

Depois de 1930 é estabelecida a reforma do ensino superior assinada por Francisco Campos, titular do Ministério da Educação e Saúde, representada no Estatuto das Universidades Brasileiras, que tem como modelo a Universidade do Rio de Janeiro. Na fase precedente, o ensino superior concretizava-se em cursos isolados nesta, criam-se as universidades a partir da junção de cursos superiores, da diversificação da oferta dos cursos e da diferenciação do ensino e da pesquisa. Porém, apesar das universidades, se constituírem como “uma figura que paira sobre os cursos que as compõem, estes se mantêm praticamente autônomos nas questões de ensino, isolados uns dos outros”. (MOROSINI, 2005, p.310)

A Universidade de São Paulo (USP), inaugurada em janeiro de 1934, foi a primeira a surgir de acordo com as normas do Estatuto das Universidades e simbolizou a primeira tentativa de criação de universidade no Brasil, a partir de uma definição ampla quanto aos objetivos da educação superior, através da maior articulação entre as atividades de educação e de pesquisa. Além disso, representou também a expressão de um novo modelo organizacional da educação superior. (XIMENES, 2003, p.67). Com a criação da USP, inicia-se a diversificação dos cursos oferecidos pelas IES brasileiras, o

que resultou na ampliação do campo científico e na integração organizacional dos diversos saberes numa mesma universidade.

Além das tradicionais Faculdades de Direito, Escola de Engenharia (Politécnica), de Medicina, incorporaram-se também à estrutura universitária da USP escolas de Agricultura, Veterinária e de Belas Artes; as Faculdades de Educação e de Filosofia, Ciências e Letras; Institutos de Ciências Econômicas e Comerciais, além de diversos institutos técnicos científicos ligados ao governo estadual, como o Instituto Astronômico e Geofísico, o Instituto Biológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas etc.

A criação da USP representou também a busca de um novo perfil docente. Schwartzman (1979) observa que os primeiros docentes da USP faziam a transição entre o catedrático antigo e retórico, voltado a si mesmo, incapaz do trabalho de investigação, e o cientista moderno, treinado para identificar ou criar um problema, equacioná-lo e resolvê-lo. A atenção da pesquisa focada em problemas representava uma nova perspectiva de produção de conhecimentos, em contraposição à forma de aprendizado bacharelesca, predominante na educação superior brasileira da época, com origens no século XIX. (XIMENES, 2003, p.67)

Essa reestruturação na figura do professor de catedrático para o cientista moderno foi uma mudança de suma importância para que a vertente da pesquisa fosse colocada também em questão dentro das universidades da época, juntamente com a função do ensino.

De um fator secundário no contexto do modelo agroexportador brasileiro, a educação foi sendo crescentemente valorizada, na medida em que se passava do modelo de substituição das importações ao modelo da internacionalização do mercado interno, que comporta o funcionamento de um núcleo econômico altamente produtivo, baseado no *know how* e na tecnologia das modernas sociedades capitalistas. (FREITAG, 1986, p. 127)

Após 1945, as legislações universitárias são refletoras da democratização política e econômica vigente na sociedade brasileira. Ocorre a federalização de muitas universidades estaduais em 1950, menos a USP que permanece estadual. Essa mudança de responsabilidade administrativa pode ser caracterizada como um processo de reestruturação universitária.

Durante a segunda metade da década de 40 e toda a década de 50, o governo federal procedeu à incorporação de estabelecimentos isolados de educação superior, o

que resultou na criação da maior parte das universidades federais hoje existentes, ocorrendo uma expansão na educação superior, na tentativa de formar técnicos, já que o ensino médio da época não apresentava legalmente essa função. Essa expansão pode ser caracterizada pelo movimento de busca do “*status professional*”.

O desenvolvimento de uma sociedade urbana e de consumo de massa no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, criou uma destacada demanda por títulos universitários de cunho profissional. Tratava-se de uma demanda real por novos e melhores serviços de profissionais liberais, como os de médicos, engenheiros, contabilistas e advogados. Além disso, a classe média almejava o prestígio social e os benefícios de um *status* profissional. Em termos estruturais, destacamos também que a evolução de um modelo agrário-exportador para um modelo parcialmente urbano industrial afetou o equilíbrio estrutural do sistema educacional, através da inclusão de novas e crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundário e terciário da economia. (XIMENES, 2003, p. 68)

O fortalecimento das camadas médias nos centros urbanos iniciou um processo de industrialização e um crescimento do setor de serviços que apontava para um modelo em que se espera da educação um novo papel. Para Ximenes (2003), essa foi a primeira expansão da educação superior brasileira de graduação. Porém, o autor considera que essa expansão se deu numa perspectiva voltada basicamente ao ensino, centralizando predominantemente na figura do docente. O modelo de ensino “bacharelesco” norteou a expansão da educação superior brasileira a partir do final da década de 60, através principalmente dos estabelecimentos isolados de educação, a partir dos chamados cursos de “quadro e giz”.

Nos meados da década de 60, a estrutura educacional brasileira começou a ser pressionada pela expansão do ensino superior de graduação e houve realmente um período de maior aumento das IES privadas e dos seus cursos superiores de graduação. As IES privadas, desde a década de 30, já tinham uma participação importante no ensino superior brasileiro, o setor privado respondia por cerca de 43,7% das matrículas, e por 60% dos estabelecimentos no ano de 1933, percentual que se manteve estável até 1965. (Ximenes, 2003, p.69)

Enquanto o crescimento da educação superior no setor privado ocorreu pela criação de IES de pequeno porte, as instituições públicas se deram pela formação de universidades multifuncionais, com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de instalações culturais e esportivas, até mesmo com hospitais.

Em 1961 é estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 4.024, que não alterou as disposições relativas às questões de ensino vigentes. A LDB de 1961 restringiu-se a determinar a fixação dos currículos mínimos e a duração dos cursos caberia ao Conselho Federal de Educação (CFE), mantendo a hierarquia docente com a figura do catedrático. Delegou também às universidades a normalização sobre concursos, distribuição dos docentes segundo o tipo de disciplinas e cursos a serem atendidos.

Também em 1961 é fundada a Universidade de Brasília, concretizava-se o projeto de universidade como instituição de pesquisa e centro cultural. (MOROSINI, 2005, p.313) A criação da UnB representou uma tentativa de contraposição ao modelo universitário formado pela justaposição de vários cursos, através de uma estrutura integrada, flexível e dinâmica, sem incluir faculdades profissionais preexistentes. Nessa tentativa de mudança do modelo universitário a reestruturação está presente, caracterizada através da nova estrutura universitária.

O regime militar, inaugurado em 1964, imprimiu características próprias ao projeto educacional neste novo contexto econômico. A busca de adequá-lo ao projeto desenvolvimentista, contudo, não sofrerá alterações significativas. Para Ximenes (2003), houve nas décadas de 60 e 70 uma grande explosão da educação superior particular. Essa explosão é justificada pela multiplicação das IES privadas e dos seus cursos superiores de graduação. Este tema será mais bem analisado no tópico seguinte.

1.2- A Educação Superior no Regime Militar Brasileiro.

O regime pós-64 simplesmente introduziu uma dimensão mais tecnocrática e a exigência de uma eficácia mais radical dos AIE (Aparelho Ideológico do Estado) e entre eles o da escola, permitindo assim a continuidade de uma tendência mais voltada à produtividade e à eficácia. A inserção do Brasil no sistema do capitalismo internacional redefiniu, em outro nível, seus laços de dependência.

A base econômica deste período ditou as necessidades das mudanças estruturais ao nível da sociedade política e civil e a consolidação dessa base dependeria, em longo prazo, do perfeito funcionamento dos mecanismos de reprodução das relações sociais de produção, ao nível de superestrutura.

A mudança no regime deu-se no nível político e não no âmbito socioeconômico. A ruptura política foi necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico.

Destaque-se que esse fenômeno da ruptura política para a preservação da ordem socioeconômica foi constantemente proclamado pelos discursos políticos proferidos por ocasião das comemorações cívico - militares ao longo dos vinte anos da ditadura. Nesses discursos era uma constante a seguinte temática: as forças armadas levantaram-se para salvaguardar as tradições, restaurar a autoridade, manter a ordem, preservar as instituições. Mas no plano político foi inegável a “mudança radical” atestada até mesmo pelo simples fato da permanência dos militares no poder, caso inédito na história política brasileira. (SAVIANI, 2007, p. 362)

As escolas e as universidades foram, por isso, totalmente reestruturadas e redefinidas para funcionarem em toda a sua eficácia nas várias instâncias como divulgadoras da ideologia dominante, como reprodutoras das relações de classe, como agentes a serviço da nova estrutura de dominação e como instrumentos de reforço da própria base material, possibilitando a reprodução da força de trabalho. Mas, nem todas essas funções eram explícitas.

Para Freitag (1986, p.131) as intenções, em parte implícitas, em parte explícitas, precisam ser deduzidas da própria estrutura e do funcionamento da escola e das universidades, como propostas nas diferentes leis da reforma. As intenções claramente explícitas tanto na legislação como no planejamento educacional se expressam na ênfase dada à educação como “*human capital*” que promove o desenvolvimento.

Esses propósitos políticos, implícitos e explícitos, foram organizados em torno do vetor do desenvolvimento econômico, situando-se na linha dos novos estudos de economia da educação, que consideram os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e de renda.

Os textos oficiais consideravam que a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática. O ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com um diagnóstico da demanda efetiva de mão de obra qualificada. (SAVIANI, 2007, p.362). Ao ensino superior eram atribuídas duas funções básicas:

formar a mão de obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país.

Nesta época a pressão do governo na expansão do ensino superior brasileiro era justificada pelo fato de haver 28.728 estudantes excedentes, que não tiveram acesso à educação superior. Ao final da década de 60, no século XX, este número aumentara consideravelmente para mais de 160.000 estudantes excedentes, oriundos do ensino médio. Atendendo a esta demanda de estudantes reprimidos, houve neste período uma explosão do ensino superior particular de graduação. Essa expansão iniciou-se no final dos anos 60, no século XX, e seguiu com destaque até o término da década de 70. (XIMENES, 2003, p.71)

Essa expansão do sistema de ensino como um todo resolvia aparentemente dois problemas de um golpe: 1. formar profissionais em diferentes níveis e em diferentes especializações que a qualquer momento pudessem ser aproveitados pelo mercado de trabalho; 2. atenuar as tensões e os conflitos sociais surgidos com o estrangulamento da única via de acesso social mais ou menos promissora, o estudo acadêmico.

A reforma do ensino no Brasil, materializada em leis e decretos desde 1964, visava, assim, solucionar com uma medida uma série de problemas trazidos do passado e adequá-los às exigências do presente, que consistiam em assegurar a dinâmica do capitalismo dependente em expansão. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.122)

As intenções explícitas da política educacional enfatizavam a necessidade de formação de recursos humanos altamente qualificados. De fato, se queria assegurar a disciplina e a ordem entre os estudantes, inconformados com o novo regime militar.

O primeiro texto que antecipa a reforma universitária é um estudo de Rudolph Atcon (1966), assessor da USAID (United States Agency for International Development), que prestava assessoria ao governo brasileiro no período. No escrito, denominado “Rumos à reformulação estrutural da universidade brasileira”, mais conhecido como Plano Atcon, o autor apresenta um diagnóstico e uma série de sugestões sobre o tema. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.133)

O segundo documento governamental é o Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, publicado pelo MEC (1969) depois da promulgação

da Lei nº 5.540 de 1968. O terceiro registro sobre o assunto é o Relatório Meira Mattos (1968), elaborado por grupo composto pelo governo federal em final de 1967 e concluído em maio de 1968.

Nesse período de grande repressão política e perseguição policial, com a maioria de suas entidades sob intervenção, o movimento estudantil continuou saindo às ruas e fazendo suas reivindicações. Saiu às ruas e ganhou a simpatia de diferentes setores da população, principalmente de algumas facções de classe média insatisfeitas com a atuação do governo militarista. (FÁVERO, 1991, p.58). É neste contexto que as questões relativas à crise da universidade assumiam cada vez mais um caráter político de contestação à ditadura.

1.2.1- PLANO ATCON

A convite da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura foi realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon um estudo sobre a reformulação estrutural da universidade brasileira.

É importante, no entanto, deixar claro que o relatório elaborado por Atcon sobre a reestruturação das universidades brasileiras não nasceu, como muitos pensam, de estudos sobre nossas instituições universitárias. Os princípios e idéias contidos no Plano Atcon apareceram pela primeira vez em 1958, em trabalho mimeografado, com o título *Outline of a proposal for US policy concentration in Latin America on university reorganization and economic integration*, apresentado à Universidade de Princeton. Em março de 1961, foi publicado como *The Latin American University*, passado a ser conhecido na América Latina como *El Informe Atcon*. Em fevereiro de 1962, apareceu sob o mesmo título na revista das universidades alemãs *Die Deutsche Universitäts- Zeitung* e, em julho de 1963, pela primeira vez em castelhano, na revista literária *Eco* (Atcon, 1963). Nesse ano, o relatório já tinha sido assumido pela Usaid como parte do projeto educacional para a América Latina. (FÁVERO, 1991, p. 19 e 20)

Atcon afirmava que o ensino superior constitui o verdadeiro ponto de partida para o desenvolvimento sócio econômico de uma comunidade. Considerava a educação superior como um nível privilegiado de ensino, porém, para Atcon, o ensino universitário não era eficiente para a sociedade brasileira. Em seu entender, a educação não só deveria estar a serviço do desenvolvimento, mas também exercer um papel de integração nacional.

Partindo do pressuposto que a educação superior é fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional, Atcon sugeriu a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada no modelo empresarial, cujas

principais finalidades deveriam ser o rendimento e a eficiência. A universidade para ser eficiente e modernizada, seria organizada de acordo com o modelo da empresa privada capitalista moderna, cujos controles são internos e cuja estrutura diferenciava em muito da empresa pública. Para essa empresa funcionar de maneira eficiente e eficaz, o autor propõe que o custo real do ensino deveria ser dividido entre os estudantes e a instituição e para compensar o gradual desaparecimento do ensino público gratuito, sugeriu que fosse estabelecido um fundo assistencial de bolsas adicionais a fim de ajudar os estudantes efetivamente carentes.

Como o modelo Atcon sugeria o desligamento do poder público da universidade, fazendo-o perder decisão e comando, houve restrições do governo à sua plena implantação. Dentro dessa perspectiva, instituiu que a universidade fosse autônoma, fugindo ao modelo de repartição pública, constituindo-se em uma grande empresa privada.

Agradava ao poder o alívio de ir-se desobrigando de financiar a educação, mas não lhe agradava descentralizar o controle político ou jurídico-administrativo da universidade. É sob a dupla máscara (desobrigação/controlar), que Atcon terá de agir. Um tecnocrata que, proclamando-se neutro e apolítico, tentou auxiliar na adequação das estruturas universitárias à ordem política vigente. (FÁVERO, 1991, p. 28 e 29)

Entre as propostas de Atcon para as universidades brasileiras, encontra-se a de integração dos campos básicos de conhecimento através de centros universitários de estudos gerais, em substituição à idéia de criação de institutos centrais.

Atcon defendia a extinção da cátedra, das faculdades e das escolas de ensino superior. Para o consultor, o fim de todos estes elementos constitutivos da universidade tradicional levaria a uma vasta ampliação do corpo discente sem perda da qualidade, o que poderia promover a melhoria do ensino e da pesquisa. Os institutos isolados e autônomos entre si deixavam muito a desejar, defendia Atcon, enquanto os centros básicos departamentalizados prometiam maior rendimento.

Vinte anos após, observamos não só terem as universidades recebido assessoria direta de Atcon para a sua estruturação organizacional (PUC/RJ e UFES), como terem adotado, posteriormente, o modelo por ele preconizado (administração superior, centros e departamentos). Verifica-se, também, um desdobramento de sua idéia na organização das universidades brasileiras em centros, após a reforma universitária de 1968. (FÁVERO, 1991, p. 33)

Outra proposta do Plano Atcon era a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras. Este conselho, CRUB, seria um conselho fora dos cânones do

serviço público, que permitiria “a organização séria e científica do planejamento universitário e da promoção de todos aqueles projetos que possibilitariam a reformulação estrutural do ensino superior”. Deveria ser constituído um conselho de reitores e organizada uma secretaria geral, em moldes empresariais, a fim de ter “um local ecologicamente aprovado para empreender estudos sistemáticos sobre o ensino superior e planejamento ininterrupto”. (FÁVERO, 1991, p. 33 e 34).

Esta recomendação foi imediatamente posta em prática. Em 29 de abril de 1966, foi fundado o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), pouco depois reconhecido como entidade de utilidade pública em 31 de julho de 1972, através do Decreto nº 70.904, da Presidência da República. (FÁVERO, 1991, p.35). O Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) passou oficialmente a assumir, entre outras funções, a coordenação e execução de acordos no ensino superior. Rudolph Atcon trabalhou no CRUB como primeiro secretário executivo, de 1966 a 1968.

1.2.2- Relatório Meira Mattos

Para que o Governo pudesse ter uma visão mais estratégica de ações eficientes para controlar os movimentos estudantis que se rebelaram contra o regime militar, foi instituído no governo do presidente Costa e Silva o Decreto nº 62.024, de 29 de setembro de 1967, que criava uma comissão especial com a finalidade de propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. Essa comissão era presidida pelo coronel Meira Mattos, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

De acordo com o decreto que a criou, a Comissão Especial tinha os seguintes objetivos:

1. emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; 2. planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais, no setor estudantil; 3. supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do ministro de Estado. (FÁVERO, 1991, p. 36)

FÁVERO (1991) expõe em seu livro uma análise sobre o relatório feito pela Comissão Especial Meira Mattos, chamando a atenção dos leitores sobre como vários setores da sociedade da época criticaram severamente o Decreto nº 62.024 e o trabalho da Comissão e que essas críticas foram divulgadas pelos jornais na época.

O Relatório da Comissão Especial é apresentado em três partes: a primeira, denominada “história”, refere-se à criação, instalação, normas de funcionamento, período em que foram realizados os trabalhos e estudos desenvolvidos; na segunda parte concentra-se na análise dos “pontos críticos do sistema educacional que interferem direta ou indiretamente nas aspirações da juventude estudantil”; (FÁVERO, 1991, p.39) na terceira contém as conclusões da Comissão sobre a importância da educação mundial para os tempos modernos, trazendo concepções sobre a educação numa visão capitalista liberal. Na conclusão, a Comissão propõe que o governo brasileiro precisa reformular todas as leis educacionais para poder haver uma real dinamização e renovação no ensino brasileiro.

A Comissão trabalhou com sugestões e soluções de oito pontos que eram considerados os mais graves que prejudicavam a modernização da educação superior no Brasil. Esses pontos eram:

1. a cobrança de anuidades escolares para a matrícula nos estabelecimentos oficiais federais;
2. o fechamento ou recuperação e a normalização do funcionamento do Restaurante do Calabouço;
3. a organização de cursos em vários turnos com base em horas aulas e período de férias mais reduzidas para acabar com o problema dos vestibulandos excedentes;
4. a cobrança de mais eficiência no ensino das IES e das Universidades brasileiras;
5. a irregularidade de ordem disciplinar no ensino superior gerando uma crise de autoridade no sistema educacional brasileiro;
6. a revisão dos critérios que orientam o funcionamento e a autorização das unidades escolares de educação superior;
7. a remuneração dos professores e estímulo a dedicação exclusiva ao ensino e o seu aperfeiçoamento;
8. o desperdício financeiro e a falta de planejamento no MEC. (FÁVERO, 1991, p.41)

Entre as medidas apontadas no Relatório para satisfazer, a curto prazo, não só a demanda, como também as necessidades do desenvolvimento sócio econômico e técnico científico e de um suporte financeiro, destacavam-se:

a) a redução dos currículos;

b) a diminuição da duração dos cursos de formação profissional;

c) a adoção do regime de créditos, implicando a matrícula por disciplina e a substituição do ano escolar, por semestre ou trimestre, o que permitiria a entrada de mais de uma turma por ano em cada curso, e possivelmente contribuiria para aumentar a produtividade das instituições de ensino superior.

A Comissão apresentou também outras medidas que foram absorvidas pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária instituído pelo Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968: a introdução do vestibular unificado, para campo de conhecimento, possibilitando o aproveitamento de todas as vagas existentes ou ociosas em alguns cursos especiais de pequena demanda, e a instituição do ciclo básico, comum para cada área de saber.

Após o ciclo básico, os alunos poderiam orientar-se para “cursos especializados” – visando à formação de professores secundários, de técnicos laboratoriais, engenheiros operacionais etc. – ou seguir curso mais prolongado para as carreiras que exigissem nível mais alto de especialização – medicina, direito, engenharia etc. Os mais capacitados poderiam chegar à pós-graduação (mestrado e doutorado). Essas recomendações de “cursos especializados” foram absorvidas pela reforma universitária, através da implantação dos cursos de curta duração, objeto de muitas críticas no meio universitário, a partir da segunda metade dos anos 70. (FÁVERO, 1991, p. 52).

As recomendações do Plano Atcon e do Relatório Meire Mattos colocaram em xeque a estrutura organizacional da educação superior nas universidades federais. Podemos considerar que tais recomendações que orientaram a Reforma Universitária em 1968 foram a primeira grande reestruturação sofrida oficialmente pelas universidades federais.

1.2.3. A Reforma Universitária de 1968.

As conclusões da Comissão Meira Mattos e do Plano Atcon foram utilizadas para dar suporte teórico à reforma universitária, Lei nº 5.540 de 1968. A reforma universitária introduziu várias novidades na organização do ensino superior que se

tornaram modelares e não predominantes nas instituições de educação superior. As medidas mais importantes foram: a estrutura departamental, o desenvolvimento da pós-graduação, o sistema de créditos e de matrículas por disciplinas, o ciclo básico, a carreira universitária única e a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

A pós-graduação, cursos de mestrado e doutorado, que fundamentavam a concepção de desenvolvimento nos governos militares, receberam apoio fundamental, através de três planos nacionais de pós-graduação: o primeiro em 1972- 1979; o segundo em 1982- 1985; e o terceiro em 1986- 1989, mudando também a sua estrutura.

Podemos perceber que ambos os documentos, aqui analisados, recomendavam a implantação de uma nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, cuja finalidade era o rendimento, a eficiência, e não a produção acadêmica, científica e cultural. A burocracia passava a ser o seu meio de realização e as leis de mercado, sua condição.

Nesta perspectiva, o esquema administrativo ideal apresentado por Atcon se baseava numa separação completa entre os órgãos que formulavam a política universitária e os que a executavam. Isso fez a separação entre as atividades universitárias de ensino e pesquisa e sua direção de controle.

Do ponto de vista político e ideológico, os dois documentos representavam uma novidade, por expressarem, no campo educacional, interesses empresariais. Com essa preocupação, a Comissão Meira Mattos destacava “a função instrumental da educação bastante enfatizada no Programa Estratégico do Governo, num evidente esforço de inculcar-lhe, em todos os níveis e ramos especializados, o sentido da objetividade prática”. (FÁVERO, 1991, p. 59)

As medidas propostas nos dois documentos, aliadas às recomendações dos Acordos MEC/Usaid, serviram como pano de fundo à reforma universitária institucionalizada em 1968 e implementada sob a égide daqueles dispositivos, que também configuravam o regime de arbítrio no país nesse período.

O Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações. A partir daí, os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando, as respectivas

chefias a ter caráter rotativo. (OLIVE, 2002, p. 35) O exame vestibular, por sua vez, deixou de ser eliminatório, assumindo uma função classificatória.

Para Olive (2002, p.36) ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país.

A Lei nº 5. 540/68, da Reforma Universitária dirigia-se às IFES – Instituições Federais de Ensino Superior. Entretanto, como grande parte do setor privado dependia de subsídios governamentais, seu alcance ultrapassou as fronteiras do sistema público federal, atingindo as instituições privadas, que procuraram adaptar-se a algumas de suas orientações.

Como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos do ensino superior estavam matriculadas em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas. (OLIVE, 2002, p.38)

Porém, Ximenes (2003, p.71) alerta que no período das décadas de 60 e 70 não houve um processo de privatização da educação superior de graduação, haja vista que o setor público obteve neste mesmo período um incremento significativo, embora em proporções menores. Assim, a matrícula no setor público, no período de 1969 a 1979, cresceu na ordem de 260%, percentual que corresponde à cerca da metade da expansão das matrículas nas IES particulares, em relação ao mesmo período.

A expansão da educação superior na década de 60 foi idêntica com a expansão das décadas de 30 e 40, no século XX, com o aumento das IES particulares oferecendo os chamados cursos de “quadro e giz”.

O número de matrículas na educação superior de graduação passou de 107.509 (cento e sete mil, quinhentos e nove) em 1962, para 1.407.987 (um milhão, quatrocentos e sete mil, novecentos e oitenta e sete) em 1982, sendo que os anos de 1968, 1970 e

1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento. O final dos anos 60 e a década de 70, no século XX, representaram a primeira fase de grande expansão da educação superior privada de graduação. Já a década de 80 foi marcada por um longo período de estagnação, somente rompida nos meados dos anos 90. (XIMENES, 2003, p.71)

1.3. A Redemocratização Política do Brasil: impactos na expansão e reestruturação da educação superior brasileira.

Com o aprofundamento da crise econômica o país mergulha num quadro recessivo, ao mesmo tempo em que aumenta a inflação. Cresce a insatisfação popular, assim como as pressões pela volta à democracia. Em 1983, partidos, sindicatos, entidades populares mobilizam-se pressionando pelo retorno de eleições diretas para a presidência da República. Milhares de pessoas vão às ruas na maior campanha de todos os tempos. Mesmo com o grito de “Diretas Já” ecoando pelas ruas e cidades de todo o país, o movimento é derrotado no Congresso por pequena diferença de votos. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.130)

Saviani (2007, p.372) revela que a grande mobilização do campo educacional verificada nos anos de 1980 se explica exatamente pela ausência de medidas efetivas no âmbito da política educacional. Ximenes (2003) reforça essa análise afirmando que a década de 80, no século XX, foi marcada por um longo período de estagnação no processo de expansão da educação superior brasileira.

Porém, a década de 80 foi marcada por um conjunto de fatores que reforçaram os aspectos sócio-políticos como: o processo de abertura democrática; a ascensão às prefeituras e aos governos estaduais de candidatos pertencentes a partidos contrários ao governo militar; a campanha reivindicando eleições diretas para presidente da República; a chegada de um governo civil em nível federal; a organização e mobilização dos educadores; as conferências brasileiras de ensino e os artigos científicos críticos desenvolvidos nos programas de pós- graduação em educação.

Os anos nos quais o país viveu sob a Ditadura Militar trouxeram para a educação um projeto político claro, expresso em duas reformas de grande impacto: a reforma universitária (1968) e a profissionalização do ensino médio (1971).

O retorno à democracia no Brasil, não se dá por simples outorga ou concessão militar. Trata-se de conquista lenta, forjada no território dos

movimentos sociais, iniciados desde o final da década de 70, com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978) e outras lutas políticas pelo direito a uma cidadania plena. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.144)

No intervalo desses 15 anos (1985-2000), o Brasil é palco de mudanças em sua ordem econômica, política, social e cultural. As origens das transformações vividas no período nem sempre têm sido determinadas por circunstâncias intrínsecas ao País. Ao contrário, grande parte delas deve ser tributada a um movimento mais amplo da globalização.

A partir de agora, o presente trabalho, irá abordar as políticas públicas educacionais para a educação superior brasileira, no período de redemocratização. Analisaremos os governos de José Sarney (1985- 1990) até Fernando Henrique Cardoso (1992- 1999). O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2011) será analisado no segundo capítulo.

1.3.1. José Sarney (1985- 1990)

Tancredo Neves seria o primeiro presidente civil, mesmo sendo eleito pelo sistema de votação indireta, depois de longo período de ditadura. Entretanto, Tancredo Neves morre sem assumir a presidência da República e em seu lugar, governa José Sarney.

José Sarney é considerado por Vieira e Farias (2007) como o presidente da transição política, porque depois de 30 anos, em 1989, ocorrem as primeiras eleições diretas para Presidente da República. A administração de José Sarney é caracterizada por instabilidade na economia e efervescência no âmbito político.

As altas taxas de inflação levam o governo a empreender várias tentativas de controle através de planos econômicos: Plano Cruzado (março/1986), Plano Cruzado II (novembro/1986), Plano Bresser (abril/1987) e Plano Verão (janeiro/ 1989). Apesar dessas iniciativas e da constante troca de ministro, a inflação não é contornada, em março de 1990 atinge 80%. Se a inflação e o arrocho salarial assustam a população, diminuindo seu poder de compra de forma vertiginosa; no cenário político, contudo, o momento é de esperança. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 147)

Um dos momentos de esperança para a população brasileira é o processo de elaboração e aprovação da Constituição Federativa Brasileira. A Constituição de 1988 traz, entre as medidas, a definição dos direitos individuais e coletivos; a independência entre os três poderes: executivo, legislativo e judiciário; a restrição do poder das Forças Armadas; a substituição do decreto lei (muito usado no regime militar); o voto

facultativo para os jovens a partir de 16 anos; a definição da duração do mandato presidencial em quatro anos; estabelece eleições diretas em dois turnos para presidência, governos estaduais e prefeituras com mais de 200 mil eleitores e consolida os direitos trabalhistas. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.160)

A Constituição de 1988 apresenta o mais longo capítulo sobre a educação de todas as Constituições brasileiras. Dez artigos específicos (Art. 205 a 214) detalham a matéria, que também figura em quatro outros artigos do texto constitucional (Art. 22, 23, 30 e Art. 60 e 61 das Disposições Transitórias).

Para Vieira e Farias (2007), os organismos representativos dos educadores reconheceram poucos avanços no texto promulgado pela aprovação da Constituição de 1988, porém as autoras salientam que nesta Constituição foram asseguradas algumas conquistas significativas defendidas pela categoria dos educadores quais sejam: a consagração da educação como direito público subjetivo; o princípio de gestão democrática do ensino público; o dever do Estado em prover creche e pré- escola às crianças de 0 a 6 anos de idade; a oferta de ensino noturno regular; o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências.

Em 1989 ocorreu em Washington uma reunião intitulada “Consenso de Washington”, onde foram discutidas reformas consideradas necessárias para América Latina. As reformas sugeridas eram reclamadas pelos vários organismos internacionais e pelos intelectuais que atuavam nos diversos institutos de economia. Os resultados dessa reunião foram publicados em 1990.

No que se refere à América Latina, o Consenso de Washington implicava, em primeiro lugar, um programa de rigoroso equilíbrio fiscal a ser conseguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo como vetor um corte profundo nos gastos públicos.

Em segundo lugar, impunha-se uma rígida política monetária visando à estabilização. Em terceiro lugar, a desregulação dos mercados tanto financeiro como do trabalho, privatização radical e abertura comercial.

Essas políticas que inicialmente tiveram de ser, de algum modo, impostas pelas agências internacionais de financiamento mediante as chamadas condicionalidades, em

seguida perdem o caráter de imposição, pois são assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos. Dentro deste cenário mundial Fernando Collor de Mello é eleito, em 1989, o primeiro presidente da República através de eleições diretas.

1.3.2. Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), é eleito presidente na primeira eleição direta ocorrida em 1989. Quando Collor assume, em março de 1990, a inflação está em torno de 80%. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.150)

Tendo chegado ao poder através de promessas de campanha voltadas para a moralização política e o fim da inflação, o novo presidente compromete-se também com a modernização econômica e a redução da presença do Estado neste setor.

Conforme prometera, no dia seguinte à sua posse, Collor lança um programa de estabilização que surpreende o país. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.151). O conjunto de medidas adotadas envolveu desde um confisco monetário sem precedentes ao congelamento de preços e salários, a extinção de órgãos públicos, a demissão de funcionários e a venda de patrimônio público, a privatização emerge como palavra de ordem. A abertura à competição internacional se fez acompanhar de um discurso francamente modernizador.

O impacto das medidas econômicas era de tal ordem que a preocupação em formular uma política educacional foi relegada a segundo plano.

Nos primeiros meses desta gestão registra-se uma mobilização das sociedades científicas e das entidades organizadas dos educadores contra a extinção de órgãos que estão na mira do processo de enxugamento do Estado, deflagrado pelo governo. Em função deste trabalho, tanto a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP) acabaram por escapar à tesoura que se instala nos gabinetes dos mandatários da nova administração, sendo mantidos como órgãos integrantes da burocracia estatal. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 161 e 162)

A importância de escola que veio prevalecer na década de 1990 derivou de uma lógica voltada para a satisfação de interesses privados. A educação passou a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilitava as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis.

Dentro dessa perspectiva, a quantidade de instituições de ensino superior privadas era significativamente maior do que as instituições públicas, conforme dados da tabela seguinte.

Tabela 1- Evolução do número de instituições de ensino superior- total geral 1991-1992

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1991	893	222	-	671	-
1992	893	227	2,3	666	- 0,7

Fonte: INEP/2006

O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo.

Nos anos 90, do século XX, o crescimento do número de alunos matriculados na graduação presencial da educação superior brasileira foi contínuo, acelerando-se na segunda metade da década de 90, principalmente no setor privado nas instituições de ensino superior, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 2- Evolução de ingressos – cursos de graduação presenciais- 1991- 1992

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1991	426.558	142.857	-	283.701	-
1992	410.910	149.726	4,8	261.184	- 7,9

Fonte: INEP/2006

O número de alunos matriculados nas instituições privadas de ensino superior foi mais elevado do que a número em relação aos matriculados nas instituições públicas, em 1991 a 1992. Essa quantidade é decorrente da oferta elevada de cursos de graduação presencial oferecidos pelas instituições particulares, no mesmo período, conforme mostra a tabela 2. Porém, podemos notar, nos dados da tabela abaixo, que os números

de cursos de graduação presenciais oferecidos, em 1991 a 1992, não aumentaram no mandato de Fernando Collor de Melo.

Tabela 3- Evolução do número de cursos de graduação presenciais: faculdades, escolas e institutos superiores- 1991 a 1992

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1991	1.648	454	-	1.194	-
1992	1.648	482	6,2	1.166	-2,3

Fonte: INEP/2006

1.3.3. Itamar Franco (1992- 1994)

O destaque principal desta administração é o Plano Real, iniciativa concebida para solucionar as dificuldades econômicas, agravadas pela inflação.

O Plano introduziu uma nova moeda (o Real), afastando-se de medidas como o congelamento de preços e de salários, anteriormente adotadas. Sua ênfase estava na contenção de gastos públicos, aceleração do processo de privatização, controle de demanda através do aumento de juros e abertura às exportações, o que provocaria a queda de preços internos.

Em termos de médio e longo prazo, o Plano Real apontava no sentido da continuidade do movimento de abertura econômica do País e de ações visando o apoio à modernização das empresas nacionais. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.153)

Sob a presidência de Itamar Franco, ocorreu a tentativa de retomada da definição da política educacional. Tal intenção se materializou, sobretudo, através de um significativo processo de mobilização nacional, que teve dois momentos chaves: o primeiro iniciou com debates visando à elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993), o qual se desdobrou em planos decenais de educação elaborados por Estados e Municípios; o segundo se expressava na realização da Conferência Nacional de Educação para Todos, oportunidade em que foi debatida uma ampla agenda de temas colocada a partir do processo anterior. Esses encaminhamentos revelavam uma sintonia do País com a agenda de organismos internacionais.

O documento geral de planejamento do governo Itamar Franco, denominado Diretrizes de Ação Governamental, foi divulgado em janeiro de 1993. O documento setorial para a educação, Linhas Programáticas da Educação Brasileira, foi de agosto do mesmo ano. Neste período de 1992 a 1994 não houve uma expansão das instituições de ensino superior, nem pública e nem privada. O que ocorreu foi uma diminuição dessas instituições de ensino superior, conforme os dados da tabela.

Tabela 4- Evolução do número de instituições de ensino superior- 1992 – 1994

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1992	893	227	2,3	666	- 0,7
1993	873	221	- 2,6	652	- 2,1
1994	851	218	- 1,4	633	-2,9

Fonte: INEP/2006

Em relação ao número de cursos de graduação presenciais ofertados neste período, de 1992 a 1994, houve um significativo aumento tanto nas instituições privadas como nas públicas. Porém, pela política de incentivo de crescimento das instituições privadas pelo Governo Federal, neste período, podemos perceber que essas instituições mantiveram uma real progressão de seus cursos em relação aos cursos oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior.

Tabela 5- Evolução do número de cursos de graduação presenciais- 1992 a 1994

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1992	5.081	2.244	4,9	2.837	2,5
1993	5.280	2.293	2,2	2.987	5,3
1994	5.562	2.412	5,2	3.150	5,5

Fonte: INEP/2006

Aumentando os números de cursos de graduação presenciais ofertados, cresce a quantidade de ingressantes nestes cursos. Porém, pelas altas taxas de mensalidades cobradas pelas instituições superiores privadas, a procura de uma vaga nas instituições públicas aumenta consideravelmente.

Tabela 6- Evolução de ingressos- cursos de graduação presenciais- 1992 a 1994

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1992	410.910	149.726	4,8	261.184	-7,9
1993	439.801	153.689	2,6	286.112	9,5
1994	463.240	159.786	4,0	303.454	6,1

Fonte: INEP/2006

Há um salto positivo no sentido do debate que se promoveu a pretexto dos eventos em torno do Plano Decenal e da Conferência Nacional. Acumulava-se uma reflexão para o próximo governo, porém, quando este assume não revelou disposição para incorporar as contribuições da administração antecedente.

1.3.4. Fernando Henrique Cardoso (1995- 1998) / (1999- 2002)

Diferentemente dos demais presidentes do período, Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi o primeiro a ter dois mandatos, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002. FHC dedicou boa parte da fase inicial de sua gestão a um esforço de ampliar a base parlamentar do governo, visando à aprovação das reformas constitucionais que prometera durante a campanha presidencial.

As reformas constitucionais foram tidas como essenciais para a modernização do País e para a retomada do desenvolvimento econômico. Estas medidas envolveram a quebra dos monopólios estatais (telecomunicações e petróleo) e a mudança do conceito de empresa nacional.

As alterações foram promovidas também nas regras de funcionamento da Previdência Social e do Estatuto do Funcionalismo Público.

Uma série de conquistas da “Constituição Cidadã” são eliminadas através de Emendas Constitucionais. Conflitos de interesses e negociações políticas impedem, todavia, um avanço significativo da agenda das reformas. O governo fica a dever a reforma política, financeira e tributária, responsabilizando o Congresso por tal situação. (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.155)

Enquanto as negociações políticas internas caminhavam a passos lentos, nas relações externas, Fernando Henrique Cardoso projetou sua imagem de presidente estadista. Para Vieira e Farias (2007, p.155) “Hábil no trato diplomático, esta parece ser a área onde o governante está mais à vontade”.

Se sua administração trouxe o mérito da estabilização monetária, o quadro recessivo e a persistência das profundas desigualdades sociais ameaçaram o equilíbrio da “era FHC”.

Nos anos 90, no bojo das finanças globalizadas, o Banco Mundial passou a exercer influência efetiva na política educacional. Nos documentos oficiais apontava-se a necessidade de nova reforma, no sentido de dar racionalidade e eficiência ao sistema, princípios fundamentais da agenda governamental estabelecida durante o regime militar.

O objetivo na década de 1990 assumiu uma nova conotação: advogou-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público.

A expansão da educação superior brasileira, a partir de 1994, foi novamente reforçada pela presença do setor privado, igualando o que ocorreu nas décadas de 30, 40, 60 e 70, do século XX.

O número de instituições públicas no primeiro mandato de FHC diminuiu significativamente, enquanto a quantidade de instituições privadas de ensino superior teve um crescimento de 10,9% neste período.

Tabela 7- Evolução do número de instituições de ensino superior de 1995 a 1998

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1995	894	210	-3,7	684	8,1
1996	922	211	0,5	711	3,9
1997	900	211	-	689	-3,1
1998	973	209	-0,9	764	10,9

Fonte: INEP/2006

A modernização administrativa associada aos princípios neoliberais daria uma nova roupagem à visão efficientista e produtivista dos anos 60. Novos conceitos foram introduzidos à agenda de reformas: avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização.

Uma das críticas essenciais do governo FHC foi a ineficiência da universidade pública e sua inadequação ao mercado de trabalho, como resultado do modelo

concebido pela Reforma Universitária de 1968, que estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Não houve documento oficial único – como a Lei nº 5.540/68 - que refletisse uma reforma da educação superior, mas uma série fragmentada de textos legais, projetos e programas. De acordo com Cunha (2003), isto ocorreu como uma estratégia governamental para o enfrentamento parcial de problemas e de adversários. (CARVALHO, 2008, p. 196)

Para Ximenes (2003), as perspectivas de consolidação da educação superior brasileira de graduação são favoráveis para a primeira década do século XX, mesmo com um cenário de diminuto crescimento econômico.

A educação superior de graduação acompanhou o crescimento acentuado do ensino médio no período de 1994 a 1999. A expansão do ensino médio, no período de 1996 a 1999, foi de 35,4%, e do ensino superior de 27,3%.

Nos anos de 1994 a 1999 o sistema de educação superior de graduação absorveu um aumento de aproximadamente 717 mil matrículas, acumulando um crescimento relativo de 43,1.

Tabela 8 - Evolução de ingressos – cursos de graduação presenciais de 1995 a 1999.

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1995	510.377	158.012	-1,1	352.365	16,1
1996	513.842	166.494	5,4	347.348	-1,4
1997	573.900	181.859	9,2	392.041	12,9
1998	662.396	200.000	10,0	462.372	17,9

Fonte: INEP/2006

Pretende-se, a partir de agora, analisar os dois documentos representativos de cada um dos governos de FHC, que abrange a educação em todos os níveis e modalidades: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, após oito anos de longa tramitação no Congresso Nacional, foi a principal iniciativa legislativa implementada. A interação dos atores políticos e os conflitos de interesse produziram um texto que, em linhas gerais, combinava a coexistência entre as

instituições públicas e privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (artigo 3º nos incisos V e VI).

Os artigos 43 a 57, da LDB 9394/96, referem-se ao capítulo IV sobre a educação superior. Dentre eles, é importante mencionar o artigo 44, cujo teor trata da diferenciação de programas e cursos, prevendo, inclusive, a existência de cursos sequenciais e de extensão, cujos critérios de seleção ficam a cargo das instituições de ensino. Neste ponto, cabe salientar a similitude às recomendações constantes nos documentos do Banco Mundial e uma nova reestruturação da organização da educação superior no Brasil.

O vetor da política educacional para o nível superior no Brasil, desde o governo de FHC, tem sido a chamada diversificação de modelos. Daí o surgimento de diferentes tipos de instituições oferecendo as mais variadas modalidades de cursos. Daí, também, a descaracterização das próprias universidades com a admissão, chancelada pela LDB (9.394/96), da organização de universidades especializadas por campo de saber.

Tabela 9 - Evolução do número de cursos de graduação presenciais de 1995 a 1998

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1995	6.252	2.782	15,3	3.470	10,2
1996	6.644	2.978	7,0	3.666	5,6
1997	6.132	2.698	-9,4	3.434	-6,3
1998	6.950	2.970	10,1	3.980	15,9

Fonte: INEP/2006

A LDB (Lei nº 9.394/96) enfeixou no âmbito da União a responsabilidade de avaliar o ensino em todos os níveis, compondo um verdadeiro sistema nacional de avaliação. Para desincumbir-se dessa tarefa o governo federal instituiu exames e provas de diferentes tipos. Trata de avaliar os alunos, escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação dos recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade.

No segundo mandato de FHC o documento mais abrangente foi o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 2001) promulgado em 2001, apresentando um

diagnóstico da educação superior, diretrizes, metas e financiamento para essa modalidade. Há nove vetos em relação à educação superior.

Carvalho (2008, p.197) expõe que a iniciativa da elaboração e aprovação do PNE não partiu do Poder Executivo, ainda que a Constituição Federal e a LDB/96 dispunham sobre a obrigatoriedade de sua elaboração.

Na verdade, a sociedade civil representada no “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”, encaminhou, em 10.02.1998, ao Congresso Nacional o “Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira” (Pl n. 4155/98), elaborado coletivamente ao longo dos Congressos Nacionais de Educação (CONEDs). Em seguida, o Presidente Fernando Henrique, pressionado por tal acontecimento, encaminhou à Câmara o Plano Nacional de Educação. De acordo com Valente e Romano (2002) os dois projetos eram bastante conflitantes, já que o primeiro propunha objetivos, metas e meios audaciosos, incluindo a ampliação do gasto público total para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público, enquanto o segundo pretendia manter os compromissos firmados com o FMI e as propostas do Banco Mundial, bem como a política educacional já adotada pelo MEC. (CARVALHO, 2008, p. 197 e 198)

Apesar da retomada da expansão da educação superior no Brasil, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01) aprovado no Congresso Nacional apresenta o diagnóstico bastante claro da crise da educação superior e lembra o baixo percentual de jovens matriculados (10,5%) em relação à população na faixa etária dos 18 a 24 anos, considerado muito baixo em relação aos outros países do Continente Americano.

No diagnóstico, apresentado no PNE- Plano Nacional de Educação, nº 10.172/2001, afirma-se a importância das universidades federais e seu papel como fator redução das desigualdades sociais para atender aos concluintes do ensino médio, oriundos das escolas públicas, que não teriam condições financeiras de frequentar uma instituição de ensino superior.

Tabela 10- Taxas de Escolarização Brasileira- Bruta e Líquida- 2004

Ensino Fundamental (7 a 14)		Ensino Médio (15 a17)		Educação Superior (18 a 24)	
Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
117,6	93,8	81,4	44,4	18,6	10,5

Fonte: IBGE- PNAD 2004

No capítulo que trata das diretrizes para a educação superior, destaca-se a importância atribuída à diversificação, a expansão de vagas no setor público no período noturno. Entretanto, o capítulo que se refere aos objetivos e metas revela-se bastante diverso dos anteriores, face aos vetos presidencial.

O primeiro veto presidencial relevante trata da meta de expansão da oferta pública de educação superior. “Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior”. (BRASIL, 2001, p.96)

No que tange ao financiamento, o veto focalizou a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, destinado à manutenção e expansão da rede de instituições federais.

Assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados á manutenção e expansão da rede de instituições federais. (BRASIL, 2001, p.99)

No segundo mandato de FHC, a educação superior brasileira continuou expandindo seu número de instituições, mas essa expansão ainda manteve as mesmas características do primeiro mandato, através da presença do setor privado e apresentando, cada vez mais, um distanciamento absurdo da quantidade de instituições de ensino superior privadas com as públicas.

O terceiro veto beneficiou o segmento privado, uma vez que era a ampliação do programa de crédito educativo. Tal medida implicaria o desvio de recursos das contribuições federais e estaduais para o segmento privado, de forma indiscriminada, o que fere o determinado na LDB nº 9.394/96, no que tange aos recursos públicos direcionados apenas aos estabelecimentos não lucrativos.

Ampliar o programa de crédito educativo, associado-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda. (BRASIL, 2001, p.100)

A meta de triplicar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica também foi vetada, repercutindo de forma negativa na educação superior pública. É possível perceber que o aumento da participação do setor público era apenas uma intenção vaga sem qualquer meta quantitativa definida.

Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo a pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em

dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade. (BRASIL, 2001, p.100)

Ao analisar a situação da educação superior brasileira, o PNE 10.172/2001, cita alguns problemas que interferem na expansão desta modalidade no Brasil, tais como: distribuição de vagas muito desigual por regiões; baixo índice de acesso à educação superior em relação aos outros países da América Latina; elevados gastos com hospitais universitários e aposentadorias e falta de diversificação nos seus cursos.

Nos objetivos e metas apresentados no PNE 10.172/2001 podemos perceber que o conceito de expansão e reestruturação do ensino superior brasileiro sobressai nos vinte e três objetivos apresentados.

Na questão da expansão o PNE 10.172/2001 traz como objetivos:

umentar a oferta para 30% de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos; diminuir as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país; estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância; exigir melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas; e promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação. (BRASIL, 2001, p.96)

Em relação à reestruturação, as diretrizes e metas que abrangem esses conceitos são:

diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral; estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem; e incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais. (BRASIL, 2001, p.97)

A política pública para o ensino superior, principalmente, no segundo mandato de FHC, relevou-se coerente com as medidas adotadas no plano econômico e a nova lógica das finanças públicas globalizadas. Até mesmo os vetos ao PNE (nº 10.172/01) foram compatíveis com a prática da política educacional vigente.

No que diz respeito ao segmento público verificou-se o aprofundamento da parceria público/privada tanto pela disseminação de cursos pagos de extensão como pela relação estreita entre fundações privadas e as universidades públicas. A opção política, já estabelecida pelo regime militar no final dos anos 60, de estímulo à iniciativa

privada na expansão de vagas foi reafirmada, inclusive, exaltando-se, em várias ocasiões, a eficiência e a produtividade dessas instituições.

Depois da implantação do PNE 10.172/2001 ocorreu um aumento no número de matrículas, de ingressantes, de concluintes, de instituições e de cursos na educação superior, via setor privado, como demonstram as tabelas seguintes.

Tabela 11- Evolução do número de instituições de ensino superior de 1999 a 2002

ANO	BRASIL				
	TOTAL	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
1999	1.097	192	-8,1	905	18,5
2000	1.180	176	-8,3	1.004	10,9
2001	1.391	183	4,0	1.208	20,3
2002	1.637	195	6,6	1.442	19,4

Fonte: INEP/2006

O número de instituições públicas no Brasil regrediu um percentual de 11,8%, enquanto as instituições privadas mantiveram um aumento de 11,8%. O retrocesso na expansão dos números de instituições públicas afetou também a oferta de cursos novos e as vagas ofertadas. Os cursos nas instituições públicas recuaram 11,2% e as matrículas, 11,1%.

Tabela 12- Evolução da educação superior no Brasil: número total de cursos de graduação e matrículas de 1999 a 2002.

Ano	Nº de cursos de graduação nas IES		Total	Nº de matrículas nos cursos de graduação nas IES		Total
	Públicas	Privadas		Públicas	Privadas	
	1999	3.494	5.384	8.878	832.022	1.537.923
2000	4.021	6.564	10.585	887.026	1.807.219	2.694.245
2001	4.401	7.754	12.155	939.225	2.091.529	3.030.754
2002	5.252	9.147	14.399	1.051.655	2.428.258	3.479.913

Fonte: INEP/2006

No ano de 2001, por sua vez, dos 3.030.754 estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, cerca de 2.091.529 estavam matriculados na rede privada de educação superior. Ficando o setor privado responsável pela matrícula de 69,01% dos alunos de graduação, neste ano.

Na tabela acima é constatado que as políticas públicas educacionais aplicadas no Brasil no período de 1992 até 2003 foram concretizadas. A prioridade dessas políticas em favorecer a expansão das instituições privadas e frear a expansão das instituições públicas é comprovada pelo percentual apresentado. Indicando que nessas instituições as matrículas triplicaram suas ofertas, enquanto nas instituições públicas somente duplicou.

Tabela 13- Instituições de educação superior, em 2001, por Regiões brasileiras

Região	Total	Privadas		Públicas	
		Número	%	Número	%
Norte	61	49	80.33	12	19.67
Nordeste	211	165	78.20	46	21.80
Sudeste	742	667	89.89	75	10.11
Sul	215	182	84.65	33	15.35
Centro- Oeste	162	145	89.51	17	10.49
Instituições	1.391	1.208	86.84	183	13.16

Fonte: INEP/MEC/2001

Quando analisamos o número de IES por dependência administrativa, segundo as regiões, em relação ao ano de 2001, verificamos também o predomínio do setor privado, particularmente na região sudeste.

Durante os oito anos de governo de FHC houve um período de estagnação das IES federais, devido à redução drástica do financiamento do governo federal e à perda de docentes e de funcionários técnico-administrativos, associados à compressão de salários e orçamentos.

Tabela 14- Evolução do número de funcionários técnico administrativos (em exercício e afastados) nas IES brasileiras- total geral de 1999 a 2002

Ano	Total de funcionários técnicos-administrativo (em exercício e afastados) nas IES públicas brasileiras.	Total geral de funcionários técnicos-administrativo (em exercício e afastados) nas IES brasileiras.
1999	125.308	198.525
2000	117.613	202.888
2001	106.301	206.040
2002	108.087	225.071

Fonte: INEP/2006

A situação tornou-se mais crítica, pois o crescimento da produtividade ocorreu através de abertura de turmas no período noturno e do aumento de alunos em sala de aula, sem a reposição adequada do quadro funcional.

Esse cenário estimulou a privatização no interior das instituições, por meio da disseminação de parcerias entre as universidades públicas e as fundações privadas destinadas à complementação salarial docente e à oferta de cursos pagos de extensão.

Na lógica do ajuste fiscal, as sucessivas mudanças na legislação previdenciária do setor público induziram a aposentadoria precoce de docentes, sendo que os mais qualificados vieram reforçar os quadros das instituições privadas, formando grupos de pesquisa e pós-graduação. No entanto, as recomendações do BIRD para a cobrança de mensalidades nas instituições públicas, usada com a justificativa de garantir maior eficiência e equidade ao sistema, não foram implementadas. Esta questão polêmica sofreu pressões políticas no âmbito do Poder Legislativo que impediram que fosse levada à votação. (CARVALHO, 2008, p. 202)

No próximo capítulo abordaremos as políticas públicas educacionais para a educação superior no Brasil nos dois mandatos do Governo Federal Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2006) e (2007- 2010). Analisaremos principalmente o decreto lei REUNI (nº 6.096/07) que trata sobre a reestruturação e a expansão das Universidades Públicas Federais.

CAPÍTULO II - A POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: REUNI - DECRETO Nº 6.096/2007: uma proposta de expansão e reestruturação para a educação superior brasileira.

Neste segundo capítulo realizaremos uma análise da política pública educacional superior no Brasil nos dois mandatos do Governo Federal Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2006) e (2007- 2010), principalmente o Decreto Lei nº 6.096 de 2007, que busca uma reestruturação e uma expansão das Universidades Federais do Brasil. Ao analisar o REUNI realizaremos um estudo sobre o Programa Universidade para Todos - PROUNI, instituído pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.

Para fundamentar este estudo utilizamos autores como Carvalho (2008), Ramalho Filho (2008), Lima (2007), Amaral (2005), o documento elaborado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e o Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2010.

2.1. Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2006)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) foi o primeiro presidente do Brasil de origem operária e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT). Lula foi eleito em 2002 depois de concorrer a todas as eleições para presidente, no período de redemocratização política do Brasil. Em sua primeira candidatura perdeu as eleições para Fernando Collor de Melo (Collor), e depois duas vezes consecutivas para Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A eleição de Lula foi muito festejada, em 2002, pelos sindicatos de todas as categorias. O dia de sua posse, 01 de janeiro de 2003, foi presenciado por milhares de pessoas e sua chegada ao poder trouxe, para muitos brasileiros de classe média e da classe popular, esperança por dias melhores.

Lula encontrou um país, depois dos dois mandatos consecutivos de FHC, com uma estabilidade econômica, preços de produtos e inflação controlados, um país sem crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), leis educativas aprovadas que reestruturaram a educação básica e a educação superior (LDB 9394/96 e PNE

10.172/2001), altas taxas de juro e de desemprego, uma grande parcela da população na pobreza, uma forte política de privatização das empresas estatais, um crescimento exacerbado das instituições privadas de ensino superior, baixos salários, salário mínimo desvalorizado e falta de concursos públicos para a substituição dos aposentados das instituições públicas.

Esse quadro social é abordado por Carvalho (2008, p. 205) quando afirma que os estabelecimentos particulares de ensino superior viviam diante de um quadro de incertezas quando se leva em conta o grau de inadimplência e desistência por parte dos estudantes. Isso em virtude da queda nos rendimentos reais e o nível elevado de desemprego que dificultavam a sustentação dos gastos com as mensalidades pelos assalariados.

A educação superior presente no governo Lula iniciou sua caracterização a partir do programa de sua campanha para presidente da república, em 2002. A campanha para a presidência em 2002 do governo Lula apresentou um programa de governo intitulado “Um Brasil para Todos” que continha uma proposta exclusiva para a educação brasileira em todas as modalidades de ensino. Esse programa de campanha para a educação foi intitulado de “Uma Escola do Tamanho do Brasil”.

Em 2002, durante a campanha eleitoral para presidente do Brasil, essas mudanças e suas vinculações aos organismos multilaterais foram debatidas e o exame do Programa para a área de educação de candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, chamado *Uma Escola do Tamanho do Brasil* avalia que o quadro de redução do financiamento público à educação superior do País “compromete o presente e o futuro do sistema universitário brasileiro”. (AMARAL, 2005, p. 37)

Neste Programa de Campanha de governo é valorizada a educação superior e as instituições que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão. Além de se preocupar com a demanda existente para este nível de ensino, os compromissos básicos com a educação superior assumidos pelo Governo Lula, no seu programa de Campanha “*Uma Escola do Tamanho do Brasil*”, foram:

- a) a promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF);
- b) o reconhecimento do papel estratégico das Universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país;
- c) a consolidação das instituições públicas com referências para o conjunto das IES do país;

- d) a expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos;
- e) a ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação do programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados à educação;
- f) a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF);
- g) o envolvimento das IES, em especial as do setor público, com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico- científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão. (Uma Escola do Tamanho do Brasil, 2002. p.26 e 27)

Observa-se que no Programa de campanha do seu primeiro mandato intitulado *Um Brasil para Todos 2002* já estava previsto, no item 39, a necessidade de investir eficientemente no ensino, destacando a importância vital da recuperação da rede pública, tanto no nível fundamental quanto no médio e nas universidades, valorizando a qualidade (p. 15).

A concepção de inclusão social do governo Lula supera a lógica de uma pobreza assistida e focalizada de modo estreito, com sobreposições de programas que pulverizam os recursos públicos e, portanto, declara que será através de uma nova política educacional a efetivação da inclusão social:

Os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 a 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. [...] **São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.** (item 33, p.46, grifo nosso)

O conceito de expansão e reestruturação também está presente no documento do programa de campanha para a educação do governo “Uma Escola do Tamanho do Brasil” (2002), quando propõe:

- a) Ampliar, em quatro anos, as vagas no ensino superior, em taxas compatíveis com o estabelecido no PNE (Prover até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos);
- b) Ampliar a oferta de ensino público universitário, de modo a projetar, no médio prazo, uma proporção de no mínimo 40% do total de vagas prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (Meta referenciada em dispositivo do PNE aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo presidente da República) (Uma Escola do Tamanho do Brasil, 2002, p.27)

Depois da eleição de Lula, para presidente da República, as propostas para a educação superior apresentadas no Programa de Campanha (2002) “Um Brasil para Todos” ganharam outra dimensão. Dimensões estas que visavam atender às exigências do capitalismo internacional que eram: privatização das estatais, aumento da taxa de juro, controle interno da inflação, contenção de consumo, crescimento do capital especulativo e uma educação voltada para produção da mão-de-obra especializada para atender ao mercado.

Diante dessas exigências do capitalismo internacional, a derrubada dos vetos do PNE nº 10.172/2001 para o ensino superior não ocorreu, deixando muitos pesquisadores em educação comprometidos com a expansão da educação superior para a maioria da população brasileira desapontados. Os vetos presidenciais do PNE nº 10.172/2001 referentes ao ensino superior, conforme já citados no capítulo anterior, são: a ampliação da oferta de ensino público, prevendo a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído por pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e expansão de crédito educativo, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda; e, a ampliação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade. (BRASIL, 2001).

Para Lima (2007), as políticas educacionais para o ensino superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) não foram diferentes do governo anterior (FHC). A autora caracteriza como um aprimoramento das políticas para educação superior do governo de FHC (1995- 2002) no governo de Lula (2003- 2006).

Os elementos que estavam presentes na reformulação da educação superior realizada nos dois mandatos de Cardoso (1995-2002) e seriam aprofundados no governo Lula da Silva (2003-2004) por meio de uma série de reformas na política educacional, expressas na seguinte pauta de ação política: a) o estabelecimento de parcerias público - privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira do combate ao analfabetismo, à implementação da educação fundamental, do ensino médio e da educação superior e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização da educação superior à distância. (LIMA, 2007. p. 152)

Lima (2007) analisa as políticas públicas para o ensino superior nos primeiros anos do mandato do governo Lula (2003-2004) dividindo sua análise em dois momentos: primeiro) a política de educação superior no primeiro ano de governo: Cristovam Buarque e o Observatório Internacional das Reformas Universitárias; e segundo) a reformulação da educação superior brasileira e o social - liberalismo de Tarso Genro.

No primeiro momento, a autora chama atenção para afinidades existentes entre as políticas elaboradas pelos organismos internacionais e o então ministro da Educação Cristovam Buarque e caracteriza como, uma “refundação” as transformações ocorridas nas universidades durante a gestão de Cristovam Buarque. (LIMA, 2007, p.153)

Durante a gestão de Cristovam Buarque o MEC passou por um conjunto de ações, como a determinação de um prazo de validade para os diplomas; a submissão dos professores a concursos periódicos; a flexibilidade no tempo de duração dos cursos, com a consequente flexibilização curricular; a criação de uma rede mundial de universidades, “articulando, inclusive, as universidades corporativas como as da Xerox, do Banco do Brasil, do McDonald’s, todas conectadas pela internet e pautadas pela homogeneização dos currículos” (LIMA, 2007,p.155); a reestruturação interna das universidades, conjugando os departamentos com núcleos temáticos e núcleos culturais; a organização de universidades abertas com o uso das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) por meio da educação superior à distância e a configuração de uma universidade sustentável.

Em 20 de outubro de 2003, o governo instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial composto por representações da Casa Civil, da Secretaria - Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Planejamento, Fazenda e da Ciência e Tecnologia que elaborou um documento intitulado “*Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira*”. (BRASIL, 2003, p.01)

O documento elaborado em 2003, é composto de quatro partes. A primeira apresenta o elenco de ações emergenciais para o enfrentamento imediato da crítica situação das universidades federais.

A segunda parte ressalta a necessidade da efetiva implantação de autonomia à universidade federal. A terceira aponta para linhas de ações imediatas. Ações que, segundo o documento, possam complementar recursos e ao mesmo tempo propiciar um redesenho do quadro das universidades em 2003. A quarta e última parte indica as etapas necessárias para a formulação e implantação da reforma universitária brasileira.

Esse documento propunha como ações emergenciais para as universidades federais:

a) formular e implementar as diretrizes de um plano emergencial para equacionar e superar o endividamento progressivo junto aos fornecedores, combinando com a elevação dos recursos para os custos operacionais; b) abrir concursos para preencher as vagas de professores e servidores, originadas por demissões, aposentadorias e exonerações, não preenchidas ao longo dos últimos dez anos, e para substituir os professores contratados em caráter temporário por professores efetivos. Assegurar ainda recursos para cobrir os déficits em manutenção e investimento; c) outorgar autonomia para garantir às universidades federais o uso mais racional de recursos, maior eficiência no seu gerenciamento e liberdade para captar e aplicar recursos extra - orçamentários, além da autonomia didático- pedagógica; d) garantir novas vagas: (i) concedendo bolsas de aproveitamento e regionalização para contratação de doutores que desejem se dedicar ao magistério, especialmente nas licenciaturas em física, matemática, biologia, química, nos locais carentes de pessoal com formação superior, (ii) adotando critérios de regionalização e interiorização na política com abertura de vagas para concurso, juntamente com um auxílio para implantação de novas linhas de pesquisa para esse novos contratados, e (iii) reintegrando aposentados às atividades das universidades federais mediante a implementação de um programa especial de bolsa de excelência. (BRASIL, 2003, p.02 e 03)

Para aumento do número de vagas nas universidades públicas, o documento propunha três estratégias principais: a dedicação docente à sala de aula; o número maior de alunos por turmas; e o emprego da educação superior à distância.

O documento propõe ainda um pacto da educação superior para o desenvolvimento inclusivo. Para as instituições que aceitassem aderir, a esse pacto de educação para o desenvolvimento inclusivo, o MEC asseguraria um fluxo regular adicional de recursos. O objetivo desse pacto seria a formação de profissionais de nível superior em áreas estratégicas identificadas como carentes de capacitação imediata de quadro de profissionais.

As áreas profissionais que teriam prioridades no pacto de educação para o desenvolvimento inclusivo seriam: engenheiros atuantes nas áreas de carência imediata, tais como informática, energia, infra - estrutura urbana; cientistas em campos de ponta nas áreas de saúde, educação, biologia; professores de matemática, português, física,

química, biologia, história e geografia, para atuarem no ensino fundamental e médio; enfermeiros e sanitaristas; profissionais de produção alimentar; profissionais para o desenho e a gestão de políticas e instrumentos voltados à superação do quadro de pobreza.

Além de propor as áreas que as universidades deveriam dar mais ênfase, o pacto também determinava: a ampliação do número de vagas em horário noturno; regiões e localidades estrategicamente determinadas para cada curso; a criação de uma taxa escolar, um valor mensal por aluno ao longo do período correspondente à sua formação, e um valor adicional no momento em que concluísse o curso. Teriam preferência para receberem as bolsas, alunos oriundos de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo por pessoa. (BRASIL, 2003, p. 12)

As medidas propostas por esse documento, em 2003, serviram de base para a formulação dos objetivos e das diretrizes da Lei nº 11.096/2005 e do Decreto Lei nº 6.096/2007.

A nomeação do ministro Tarso Genro, em 2004, segundo Lima (2007), trouxe para o MEC a aparência de configuração de um pacto social ou uma convergência nacional em torno da efetiva reformulação do ensino superior brasileiro.

Foi na gestão de Tarso Genro no MEC que se instalou o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (Geres), com o objetivo de elaborar um pré- projeto de reformulação da universidade. O documento elaborado pelo Geres foi intitulado *“Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior”* e foi divulgado em agosto de 2004.

O Geres propôs, como principal estratégia de ação do ministério, a elaboração da Lei Orgânica da Educação Superior, pautada pela diversificação do sistema como estratégia para garantir o acesso à educação superior e pela diversificação das fontes de financiamento da educação.

O documento retornou a proposta de diversificação das instituições de ensino superior apresentada pelo Banco Mundial a partir de duas lógicas: uma clara diferenciação entre o papel das universidades e das demais instituições de ensino superior e a flexibilização dos currículos de graduação a partir da constituição de um ciclo inicial de dois anos, uma formação básica em nível superior com certificação

própria, “cujo objetivo seria fortalecer as capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita, assim como de conceitos de ciências em geral”. (LIMA, 2007, p.163)

Mas, para Carvalho (2008, p.205), a ação governamental no jogo político, do mandato do presidente Lula, foi diferente do seu antecessor. Enquanto as propostas do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e as demais iniciativas foram lançadas sem participação e discussão com os atores sociais, o governo Lula adotou uma postura receptiva ao diálogo com a sociedade civil e a comunidade acadêmica, através da realização de seminários e do recebimento de sugestões ao documento oficial.

Em dois anos de mandato do governo Lula, a realidade das IES brasileiras são as apresentadas nas tabelas a seguir.

Tabela 15- Evolução do número de instituições de ensino superior (total geral) de 2003 a 2004.

Ano	Brasil				
	Total	Público	%	Privada	%
2003	1.859	207	6,2	1.652	14,6
2004	2.013	224	8,2	1.789	8,3

Fonte: MEC /INEP/2006

Apesar das políticas públicas para o ensino superior do governo Lula não serem as esperadas por alguns pesquisadores sobre o assunto, podemos observar pela tabela acima que houve somente neste período, de 2003 a 2004, um acréscimo representativo de instituições públicas de ensino superior, no Brasil, não ocorrendo um acréscimo exacerbado de instituições privadas em relação às públicas.

Tabela 16- Evolução do número de cursos de graduação presenciais de 2003 a 2004.

Ano	Brasil				
	Total	Público	%	Privada	%
2003	16.453	5.662	7,8	10.791	18,0
2004	18.644	6.262	10,6	12.382	14,7

Fonte: MEC /INEP/ 2006

As IES privadas, neste período de 2003 a 2004, ainda apresentavam mais cursos presenciais do que as IES públicas, porém, o aumento de 10,6% dos cursos nas IES públicas foi o maior índice apresentado, durante o período de 1991 a 2004.

Tabela 17- Evolução das vagas oferecidas dos cursos de graduação presenciais de 2003 a 2004.

Ano	Brasil				
	Total	Público	%	Privada	%
2003	2.002.733	281.213	-4,8	1.721.520	16,5
2004	2.320.421	308.492	9,7	2.011.929	16,9

Fonte: MEC /INEP/ 2006

Apresentando o maior aumento em seus cursos, durante 13 (treze) anos (de 1991 a 2004), as IES públicas também elevaram o número de vagas oferecidas à população. O aumento de 9,7% de vagas ofertadas pelas IES públicas somente é maior que o número de 10,5% no ano de 1998. Porém, ainda, as IES privadas apresentavam o maior número de vagas ofertadas. Comparando ao ano de 2000 as IES privadas tiveram uma queda em suas ofertas de vagas de 14,1%.

Tabela 18- Evolução de ingressos nos cursos de graduação presenciais (total geral) de 2003 a 2004.

Ano	Brasil				
	Total	Público	%	Privada	%
2003	1.262.954	267.081	-4,8	995.873	7,7
2004	1.303.110	287.242	7,5	1.015.868	2,0

Fonte: MEC /INEP/ 2006

Os dados revelam que o número de alunos matriculados nas IES públicas aumentou 3,3%, nestes dois anos. As IES privadas apresentaram a maior baixa de matriculados em suas instituições, no período de 13 anos (de 1991 a 2004).

Tabela 19- Evolução do número de funcionários técnico-administrativos (em exercício e afastados) – Total geral de 2003 a 2004.

Ano	Brasil				
	Total	Público	%	Privada	%
2003	244.456	111.000	2,7	133.456	14,1
2004	260.642	115.150	3,7	145.492	9,0

Fonte: MEC /INEP/ 2006

Em 2003 e 2004 o número de funcionários técnico administrativos aumentou nas IES públicas. A partir de 1996 até 2001, esse número apresentou queda. Passou de 162.305 para 106.301. No período entre 2002 a 2004 esse número aumentou de 108.087 para 115.150 funcionários técnico-administrativos.

A tabela acima confirma o que Carvalho (2008) chama atenção: o processo de sucateamento do segmento federal e de desvalorização do serviço público em geral, inclusive, com a reposição dos quadros de funcionários, reverteu-se em parte.

Além dos anteprojetos para a educação superior, teve destaque durante o primeiro mandato do governo Lula, um Decreto Lei intitulado PROUNI- Programa Universidade para Todos que surgiu em 2004, “acompanhado por um discurso de justiça social” (CARVALHO, 2008, p.206), que encobriu a pressão das associações representativas dos interesses do segmento particular, justificada pelo alto grau de vagas ociosas.

O Programa Universidade para Todos - PROUNI é instituído pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004). A análise documental do projeto de Lei até a Medida Provisória que instituiu o PROUNI permite afirmar que as alterações no texto legal parecem conduzir à flexibilização de requisitos e sanções e à redução da contrapartida das instituições particulares.

É importante salientar que a sociedade civil também apoiou a ação estatal, assim como os concluintes no ensino médio público, por não se considerarem uma demanda potencial às instituições públicas frente às barreiras impostas pelos exames vestibulares. Até mesmo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), por meio de seu presidente, mostrou-se simpatizante ao programa em manifestação nos meios de comunicação, alegando ter, afinal, chegado à hora do trabalhador ter acesso ao ensino superior. Algumas figuras públicas, tais como cantores e sindicalistas, cuja imagem está associada ao “homem do povo”, realizaram propagandas em jornais, revistas e em canais televisivos em prol da importância e do papel de democratização do PROUNI. (CARVALHO, 2008, p. 206)

As vagas ociosas das instituições de ensino superior privadas seriam aproveitadas por meio da concessão de bolsas de estudos para os alunos considerados pobres (com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo), que cursaram o ensino médio em escolas públicas, a professores da rede pública de ensino fundamental sem diploma de nível superior, e também para os estudantes negros, pardos e indígenas, articulando o programa com a política de cotas conduzida pelo MEC.

Carvalho (2008) enfatiza a oferta, pelo MEC, de bolsas de permanência de R\$ 300,00 para as despesas de transporte, alimentação e material didático aos beneficiários que estudam em tempo integral. Porém, o autor ressalta que a iniciativa é importante, mas insuficiente por não atender todos os alunos inseridos no Programa PROUNI.

Inicialmente, as instituições filantrópicas de ensino superior, que já tinham isenção de impostos federais, teriam de transformar 20% de suas matrículas em curso de graduação ou sequencial de formação específica em vagas para o PROUNI.

No caso de universidades privadas com fins lucrativos, o projeto de Lei previa a isenção de quatro tributos: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social.

Como contrapartida, as instituições privadas de ensino superior aderiram ao programa, mediante assinatura de termo de adesão, com vigência de dez anos, cumprindo-lhe oferecer uma bolsa para cada nove alunos regularmente matriculados em cursos efetivamente instalados na respectiva instituição. (LIMA, 2007, p.172)

Para Lima (2007), foram realizadas várias alterações no formato inicial do projeto de lei, diante da pressão dos privatistas, resultando em sua reconfiguração por ocasião da promulgação da MP nº213, pautada em três eixos:

a) a alteração da caracterização de “pobreza”, passando a vigorar a identificação de que estudantes pobres que receberão bolsa integral de estudos são aqueles cuja renda familiar *per capita* não exceda o valor de até um salário mínimo e meio, enquanto aqueles que excederem este valor até três salários mínimos receberão bolsa parcial de 50%;

b) a indicação de que estudante beneficiário do PROUNI prestará serviços comunitários;

c) a definição de que a instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes regularmente matriculados em cursos efetivamente nela instalados.

Portanto, o Programa Universidade para Todos - o PROUNI - surge como excelente oportunidade de “fuga para frente” para as instituições ameaçadas pelo peso das vagas excessivas, e, novamente, mantém-se o incentivo recomendado pelo Banco Mundial à iniciativa privada uma importante estratégia de diluição das fronteiras entre público e privado.

No que diz respeito às finanças públicas, o impacto principal do programa é a redução da receita tributária. O valor da renúncia fiscal depende do nível de adesão e do tipo de instituição participante. Carvalho (2008, p.207) analisa um levantamento divulgado pela Receita Federal, em 2005, afirmando que a renúncia fiscal foi bem menor (R\$197 milhões) e que foram oferecidas, neste mesmo ano, 112 mil bolsas, o que representou um custo anual por estudante de R\$ 937,50.

Para Carvalho (2008), os limites atribuídos às instituições mantenedoras foram minimizados ao longo dos projetos e decretos, face à atuação efetiva dos interesses particulares e aos conteúdos considerados inconstitucionais, permanecendo a necessidade de estabelecer critérios de fiscalização e de controle da atividade privada.

No que tange ao financiamento, nos três documentos há a preocupação de vinculação de 75% da receita constitucional ao segmento federal, excluindo-se desses recursos, entre outros, as despesas com inativos e pensionista_ que havia sido vetada no Plano Nacional de Educação-, os débitos judiciais (precatórios) e os hospitais universitários. A proposta é importante e haveria, efetivamente, sobra de recursos públicos e permitiria um cálculo mais razoável do custo por aluno. (CARVALHO, p.208, 2008)

Nesta questão, a política do governo Lula foi diferenciada do seu antecessor. O orçamento global das IFES teve uma significativa elevação: de R\$ 7,7 bilhões, em 2004, para R\$ 8,9 bilhões em 2005. No mesmo período, a verba de custeio aumentou de R\$ 543 milhões para R\$ 803 milhões, um incremento de 48%. Em 2006 houve um investimento de R\$ 958 milhões para custeio das IFES. (CARVALHO, 2008)

Segundo o INEP (2006), 10 novas instituições federais encontram-se em processo de institucionalização além da criação ou consolidação de 42 campi. O MEC autorizou a contratação de 5.000 professores, sendo 4.000 para docentes do ensino superior e 1.000 para professores de ensino básico e cerca de 2.000 técnicos administrativos para hospitais universitários e 1.600 para as demais unidades das IFES e CEFETs. (CARVALHO, 2008, p.208)

Já para Ramalho Filho (2008, p. 2) a expansão da educação superior pública para o interior do Brasil se fez presente desde 2003 cujos resultados observados são, além da criação de 10 novas Universidades Federais, em todas as regiões do país já citada por Carvalho,

A consolidação de 2 Universidades Federais; criação e consolidação de 49 *Campi* Universitários; interiorização da educação pública e gratuita, com efeitos imediatos sobre: atendimento à forte demanda do interior; impacto positivo nas estruturas - física, política, social, cultural, econômica, ambiental; novas demandas; criação e ampliação da oferta de novas oportunidades locais/regionais e combate às desigualdades regionais e espaciais.

A educação superior no primeiro mandato do governo Lula foi considerada necessária para impulsionar o crescimento econômico do Brasil. Para que a educação superior se tornasse eficiente e eficaz para a economia brasileira foi necessário financiar e planejar a primeira etapa de expansão das IFES para o interior do país, e fazer a reestruturação acadêmica, dando ênfase a cursos voltados para atender a necessidade econômica e a implantação dos primeiros cursos com a nova estrutura curricular, baseada em troncos de formação.

2.2. Luiz Inácio Lula da Silva (2007- 2010)

Em seu segundo mandato, ao estabelecer o Programa de Governo 2007-2010 Lula Presidente o documento traz como epígrafe a frase “*O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade*”.

Dentre as ênfases dadas à educação “o acesso mais amplo a uma universidade reformada, expandida e de qualidade superior” está presente e a educação é concebida como questão nacional de primeira grandeza e prioridade do Estado e da sociedade (p.12). Para tanto, destaca as seguintes metas referentes à educação superior: “Aprofundar a ampliação do ensino superior de qualidade: continuidade do PROUNI, criação de novas universidades e de mais vaga nas Universidades Federais existentes;

aprovação da Reforma Universitária, desenvolvimento de Plano Nacional de Pós-Graduação e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)” (p.16).

O Decreto Lei elaborado durante o segundo mandato do Governo Lula da Silva foi o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que surgiu em 2007 tem por objetivo atingir a meta proposta pelo PNE nº 10.172/01 que estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

As políticas de reestruturação e expansão das universidades federais para Ramalho Filho (2008, p.04) “constituem necessidades prementes da educação superior pública no país”. Ramalho Filho explica ainda que a expansão é importante porque apenas poucos jovens brasileiros, na faixa etária entre 18 e 24 anos, têm acesso à universidade e a reestruturação das universidades por oferecer respostas acadêmicas, políticas e estratégicas aos novos desafios do Século XXI, quais sejam:

Adequar, academicamente, a universidade, em seus aspectos qualitativos (essência e estrutura) e quantitativos (expansão da oferta), às novas demandas, dinâmicas, escalas e aos novos papéis e contexto globais advindos da Sociedade do Conhecimento que se fortalece cada vez mais neste início de século; definir uma política pública federal de educação superior; formar, estrategicamente, mão-de-obra qualificada para as necessidades sociais, econômicas e ecológicas nacionais do novo ciclo de crescimento e desenvolvimento que se expressa atualmente no país; produzir conhecimento científico, tecnológico e inovação para inserir o país, com soberania, na nova ordem mundial do conhecimento que se estabelece do Século XXI. (RAMALHO FILHO, 2008, p.4)

O autor apresenta uma opinião diferenciada sobre o REUNI da apresentada pelo ANDES. Enquanto o autor expõe que o REUNI é um programa multidimensional-acadêmico, político e estratégico, que seus efeitos são eloqüentes, tanto pelos números expressivos da expansão já iniciada em 2008 e prevista para concluir em 2012, quanto pela oportunidade que representa e induz à reestruturação acadêmica com inovação, a qual significará, em curto prazo, verdadeira revolução na educação superior pública do país, o ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior- (2007) defende o seguinte posicionamento sobre o REUNI:

(...) o atendimento às metas do REUNI implicará a flexibilização dos processos de avaliação do ensino-aprendizagem e o desprezo pelas especificidades de determinadas áreas/disciplinas acadêmicas (ex. saúde, música, artes, física etc). Todo esse processo resultará, necessária e diretamente, na precarização dos processos de formação, pois, ao exigir do professor o trabalho com um número de alunos por turma incompatível com um atendimento individualizado, além de flexibilizar os processos de

avaliação, induzindo uma promoção automática, fará com que o resultado final do seu trabalho não será o da efetiva promoção do conhecimento e da formação integral do homem. Ao contrário, promoverá uma qualificação aligeirada, superficial, desvinculada da pesquisa, com perspectivas polivalentes, conformada às demandas de curto prazo do mercado. (ANDES, 2007, p. 29)

Com essas duas opiniões tão divergentes, iremos, a partir de agora fazer um estudo sobre o Decreto nº 6.096/2007 e do Documento Preliminar elaborado pelo Grupo Assessor – SESu/2007 – intitulado “*Diretrizes Gerais*” que faz um complemento ao Decreto nº 6.096/2007.

2.3 - O REUNI - Decreto Lei nº 6.096 de 24 de abril de 2007.

O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – o REUNI elaborado durante a gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação. Este Programa vem consolidar um dos compromissos básicos da Campanha do governo Lula, quando assumiu um pacto de expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior em especial no setor público e em cursos noturnos.

Para Ramalho Filho (2008, p.02), o REUNI constitui a segunda etapa do Programa de Expansão da Educação Superior Pública, iniciado em 2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O autor ainda caracteriza e qualifica a recente expansão das universidades federais em três etapas. A primeira etapa é intitulada como “Expansão para o Interior”, ocorrida no período de 2003 a 2006. A segunda etapa é a Expansão com Reestruturação, iniciada em 2007 e tem previsão de terminar em 2012. É nessa segunda expansão que o REUNI é instituído no Decreto nº 6.096, em 2007. A terceira etapa é a expansão com ênfase nas interfaces internacionais, ocorrida a partir de 2008.

Analisando o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do governo Lula, no seu segundo mandato, o Andes (2007) enfatiza que foi a partir do PDE que surgiram dois decretos: o primeiro Decreto nº 6.095/ 2007, que institui diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica- IFETs e o segundo o Decreto nº 6.096/2007, o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

O Decreto nº 6.096/2007- REUNI apresenta oito artigos que legitimam os objetivos, a meta global e as diretrizes que o governo federal, juntamente com o MEC e a SESu- Secretaria da Educação Superior, pretendem alcançar até 2012 com a implantação do REUNI nas universidades federais brasileiras.

O primeiro artigo expõe o objetivo do REUNI, que é, “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades.” (BRASIL, 2007, p.01)

No primeiro artigo, o decreto traz dois parágrafos. O primeiro parágrafo determina a meta global, que é a “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito.” (BRASIL, 2007). Já o segundo parágrafo estabelece que o MEC organizará “os parâmetros de cálculos dos indicadores que compõem a meta global”. (idem)

O segundo artigo fixa seis diretrizes que as universidades federais devem adotar para participar do programa: 1. ampliação da oferta de vagas na educação superior pública, principalmente no período noturno; 2. reestruturação acadêmico-curricular, possibilitando a construção de itinerários formativos; 3. renovação pedagógica da educação superior, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem; 4. mobilidade intra e inter-institucional, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; 5. compromisso social da instituição, com a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e 6. suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, articulando a graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Os recursos financeiros e sua destinação estão assegurados no artigo terceiro onde ressalta que seu repasse será assegurado “na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação” (BRASIL, 2007, p.02). Incorporados a este artigo estão três incisos e três parágrafos.

Os três incisos são direcionados às despesas decorrentes das iniciativas propostas, como: a construção e readequação de infraestrutura e equipamentos; compras

e bens e serviços, e despesas de custeio e pessoal. Todos com a finalidade de alcançar os objetivos e as diretrizes do programa em relação à ampliação do acesso e permanência na educação superior; ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos e a expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

Os parágrafos do artigo terceiro referem-se ao acréscimo dos recursos destinados as universidades e seu limite, a base e a capacidade orçamentária e operacional do MEC.

O quarto artigo reconhece e legitima o princípio de autonomia universitária e firma, em seu parágrafo único, a aprovação do plano de reestruturação de cada universidade pelo seu órgão superior.

Fica claro no quinto artigo e seus dois incisos que não houve determinação de um prazo para o ingresso ao programa. O ingresso poderá ser solicitado pela universidade federal a qualquer tempo, desde que o plano seja aprovado pelo órgão superior da universidade.

No artigo sexto é estabelecido que os recursos financeiros só sejam repassados para a universidade se a proposta foi aprovada pelo MEC. Depois da aprovação do plano pelo MEC, o restante dos recursos financeiros irá ser repassado a partir do cumprimento das etapas fixadas no plano de reestruturação.

No Decreto nº 6.096/2007, o MEC é colocado como responsável pelas despesas decorrentes do plano de reestruturação, essa responsabilidade é legitimada no artigo sétimo. No oitavo e último artigo é instituída a vigência do Decreto nº 6.096/2007 e sua aprovação pelo Presidente da República e o Ministro da Educação.

2.4 - Documento preliminar elaborado pelo Grupo Assessor da Secretaria de Educação Superior (SESu/ MEC)

As universidades federais receberam em julho de 2007 um documento intitulado “Diretrizes Gerais”, elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 da Secretaria de Educação Superior (SESu), de 25 de junho de 2007. Esse documento traz um complemento ao Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI.

O Grupo Assessor justifica a construção deste documento como uma orientação e esclarecimento às universidades federais que desejavam participar do programa já que o documento contempla um conjunto de indicadores que caracteriza as diretrizes a serem observadas por aquelas instituições quando da construção de suas propostas.

O documento chama atenção das instituições federais de ensino superior para a garantia do financiamento para a reestruturação, a partir de 2008, “mediante termo de pactuação de metas a ser firmado entre o MEC e as universidades participantes”. (SESu/2007, p.4)

O documento intitulado, “Diretrizes Gerais”, traz: 1.uma apresentação sobre o REUNI; 2. um diagnóstico da educação superior brasileira; 3. a definição do programa REUNI, objetivos e metas; 4. indicadores de desempenho para a aferição das metas do programa; 5. como as IFES devem apresentar as propostas para serem inseridas no programa; 6. cronograma de apresentação dos planos de reestruturação; 7. acompanhamento dos projetos REUNI; 8. recomendações; 9. bibliografia; 10. glossário.

O documento apresenta ainda oito tabelas que trazem simulações de cálculos referentes a recursos: relação entre alunos e professores; taxa de conclusão de cursos de graduação; fator de retenção; valores de salários de professores, técnicos, administrativos e bolsas; indicadores acadêmicos e síntese do orçamento. Traz em anexo um modelo de um formulário para apresentação de proposta pelas universidades.

O Documento Preliminar admite que o REUNI /2007 veio cumprir o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento de oferta de educação superior, pelo menos, de 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Assim, ressalta a meta global do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das IFES - REUNI, que é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

O Documento não enfatiza que o aumento de vagas nas universidades federais seja de preferência no turno noturno como determina o segundo artigo, no inciso primeiro, do Decreto nº 6.096/2007.

No que se refere à relação de dezoito estudantes de graduação presencial por professor, o Documento Preliminar explica essa relação citando a LDB nº 9394/96, que no art. 57 coloca- “Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.” (BRASIL, 1996). O Documento calcula essa relação estimando uma sala de aula com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente 20 horas semanais.

Para o ANDES (2007, p.24), o “governo pretende impor uma elevação da ordem de 100% no número de ingressantes, o que significa que o número de alunos em salas de aula dobrará, no mínimo, sem que haja ampliação da estrutura física e de recursos humanos, ratificando a lógica da expansão com precarização.”

Quando o ANDES reivindica a ampliação da estrutura física e de recursos humanos para atender a demanda da elevação do número de matrículas, podemos encontrar esses aspectos assegurados no art. 3, incisos I, II e III. Esse artigo e incisos tratam da necessidade de “assegurar recursos financeiros a fim de suportar despesas decorrentes das iniciativas da proposta, como: construção e readequação da infraestrutura e equipamentos, compra de bens e serviços, e despesas de custeio e pessoas associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação”. (BRASIL, 2007)

Apesar do Decreto nº 6.096/2007 REUNI, no seu art.2, inciso III que estabelece que as universidades públicas federais devem realizar uma “revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologia de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade”(BRASIL, 2007, p.01), o Documento Preliminar/2007 ressalta que a intenção do REUNI não é de uma adoção de um modelo único para a graduação nas IFES, já que o MEC e a SESu respeitam a autonomia universitária e as diversidades das instituições.

Ramalho Filho (2008, p.13) concorda com a reorganização dos cursos e com a revisão da estrutura acadêmica. O autor levanta esses aspectos no seu texto e os considera como aspecto de inovação. A essa mudança curricular tida como aspecto de

inovação ele denomina de Bacharelados Interdisciplinares. Para Ramalho Filho (2008), esses aspectos de inovação também estão presentes na formação por eixos e ciclos, flexibilização curricular, organização interdisciplinar, conteúdos comuns, itinerários alternativos de formação e processos seletivos para acesso a vagas de ingresso não declaradas.

O ANDES (2007) não defende a reestruturação acadêmica das universidades federais nos moldes previstos pelo REUNI. O sindicato dos docentes - ANDES, considera esse tipo de reestruturação como uma “opção de ensino pobre para os pobres” (p.06).

Muito embora no discurso propagandista do modelo Universidade Nova, modelo que provavelmente orientará a reestruturação, defenda-se a idéia de um Ciclo Básico em que se busca a universalização do saber, na essência a mudança pretende oferecer um aligeiramento da formação, sem profissionalização. Trata-se, portanto, de um projeto que visa atender a uma forte demanda social por formação superior, sem a qualidade requerida para tal e, especialmente, com poucas possibilidades de inclusão dos jovens oriundos da classe trabalhadora na real profissionalização de nível universitário, uma vez que o acesso a esse nível apenas se dará mediante aprovação em uma dupla seleção: uma para o acesso ao Bacharelado Interdisciplinar (BI), pretensa graduação correspondente ao Ciclo Básico, e outra para o ingresso no próximo ciclo. (ANDES, 2007, p.26)

Constantemente o Documento Preliminar/2007, em seu discurso, reforça a intenção de ampliação do acesso aos cursos de graduação presenciais e a elevação e garantia da qualidade da graduação nacional. Em relação à ampliação de acesso, coloca como questão principal a reforma e o melhor aproveitamento da estrutura física e o aumento do qualificado contingente de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Já em relação à qualidade da graduação, o Documento Preliminar/2007 busca justificar a palavra qualidade alegando que a educação superior brasileira “não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas também formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública”. (SESu/2007, p.3)

Esse documento vem reforçar que as universidades públicas federais somente poderão se qualificar caso adiram ao Programa de Reestruturação e Expansão-REUNI/2007, princípio este que contradiz com o que é colocado na apresentação do Documento quando se refere a respeito à autonomia e a diversidade universitária.

Ao contrário dessa visão, o ANDES não enxerga boas perspectivas para as universidades federais e para a educação superior brasileira diante das políticas públicas educativas implementadas.

Desse modo, o governo, por meio do PDE, busca implantar, para a maioria desfavorecida da população, uma pseudo-educação de nível superior, que poderia ser caracterizada como um pós - médio ou ensino compensatório decorrente da baixa qualidade da educação básica, reforçando e ampliando o mercado para as instituições privadas que vendem cursos rápidos e baratos. A universidade pública, da qual o país e sua população precisam para seu verdadeiro desenvolvimento como nação soberana, será, a partir de tais ações, muito provavelmente, forçada a tentar buscar seus próprios recursos. (ANDES, 2008, p. 19)

O Documento Preliminar relata percentuais do orçamento investido nas universidades federais e também os dados numéricos das contratações de novos serviços. Nesta parte o Grupo Assessor salienta que o REUNI foi um movimento que se alinhou “às propostas dos dirigentes das universidades federais” (p.06). Para que esse processo de reestruturação e expansão dê certo ele deve estar associado à reestruturação acadêmica e curricular, proporcionando assim maior mobilidade estudantil, formação flexível, redução da taxa de evasão e uma utilização adequada dos recursos humanos e materiais. (SESu, 2007, p.06)

O Grupo Assessor SESu/2007 elege três aspectos do Decreto nº 6.096/2007 prioritários para que as universidades federais dêem maior ênfase no plano de reestruturação e expansão, são eles:

flexibilidade curricular nos cursos de graduação, facilitando a mobilidade estudantil e itinerários formativos diversificados; formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas moderna e o uso intensivo e inventivo de tecnologia de apoio à aprendizagem; e a disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos. (SESu, 2007, p.7)

Ao contemplar esses aspectos no seu plano de reestruturação as universidades federais devem, segundo o Grupo Assessor, formular suas propostas atendendo as diretrizes do art.2 do Decreto nº 6.096/2007. Esse artigo apresenta seis diretrizes, porém, o Documento Preliminar estrutura essas diretrizes em cinco dimensões:

- a) ampliação da oferta da educação superior pública;
- b) reestruturação acadêmico- curricular;
- c) renovação pedagógica da educação superior;

- d) mobilidade intra e inter-institucional;
- e) compromisso social da instituição de ensino superior. (SESu, 2007, p.07/08)

Ramalho Filho (2008) observa que 100% das universidades federais aderiram ao REUNI, apresentando propostas através de um formulário eletrônico derivado do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SIMEC, do Ministério da Educação, em seu Módulo Reestruturação e Expansão das Universidades - REUNI/ SESU, observadas as Diretrizes do programa propostas por seu Grupo Assessor.

Das 53 (cinquenta e três) IFES que aderiram ao Reuni, 8 (oito) pertencem a região norte; 14 (catorze) a região nordeste; 5 (cinco) a região centro-oeste; 18 (dezoito) a região sudeste e 8 (oito) a região sul.

Essa quantidade de instituições dividida em regiões geográficas faz com que possamos compreender a diferença nos resultados quando comparamos os dados do REUNI por regiões em relação à evolução apresentada nos números de cursos e vagas nas IFES, entre os anos de 2006 a 2010.

Tabela 20- Instituições Federais de Ensino Superior que aderiram ao REUNI/2007 divididas por regiões geográficas brasileira.

Região Norte		Região Nordeste		Região Centro-Oeste		Região Sudeste		Região Sul	
UFAC,	UFAM,	UFAL,	UFBA,	UFG,	UFGD,	UFES,	UFF,	FURG,	UFCSPA,
UFPA,	UFRA,	UFC,	UFCG,	UFMS,	UFMT e	UFJF,	UFLA,	UFPEL,	UFPR,
UFRR,	UFT,	UFERSA,	UFMA,	UnB.		UFMG,	UFOP,	UFRGS,	UFSC,
UNIFAP,	UNIR.	UFPB,	UFPE,			UFRJ,	UFRRJ,	UFSM e	UTFPR.
		UFPI,	UFRB,			UFSCAR,	UFSJ,		
		UFRN,	UFRPE,			UFTM,	UFU,		
		UFS e	UNIVASF			UFV,	UFVJM,		
						UNIFAL,			
						UNIFEI,			
						UNIFESP	e		
						UNIRIO			

Fonte: ANDIFES/2010

Em relação ao recurso de investimento, Ramalho Filho (2008) realiza em seus estudos, com base num relatório da SESu de junho de 2008, um levantamento da quantia recebida pelas universidades federais a partir do momento de adesão ao programa REUNI.

Portanto, as 53 Universidades Federais receberam esses recursos de investimento assim distribuídos (Fonte: SESu/DIFES, junho de 2008):
2007, dezembro: R\$ 250 milhões descentralizados para as 42 Universidades participantes da Primeira Chamada, onde cada uma delas recebeu o equivalente a 60% do valor previsto para lhes ser repassado em 2008;
2008, maio: as 53 Universidades receberam descentralização total do orçamento de custeio, da ordem de R\$ 69 milhões;
2008, junho: as 11 Universidades participantes da Segunda Chamada receberam a descentralização de 100% do valor do orçamento de investimento, equivalente a R\$ 56 milhões;
Até junho de 2008, 10 Universidades participantes da Primeira Chamada que já haviam licitado as suas obras de infra-estrutura, receberam os 40% restantes dos recursos de investimentos, da ordem de R\$ 22 milhões. (RAMALHO FILHO, 2008, p.17)

O ANDES (2007) é totalmente contrário a relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais para um professor. O sindicato dos docentes classifica essa relação como uma lógica produtivista e empresarial, cuja racionalidade se expressa, dentre outras, por meio de estratégias compensatórias dos limites impostos aos recursos financeiros e apresenta algumas das estratégias compensatórias que considera como base da lógica produtiva e empresarial.

- a. precarização do trabalho docente;
- b. precarização dos processos de formação;
- c. aumento das classes a serem atendidas por cada docente, quebra do tripé universitário a favor do ensino;
- d. exigência do cumprimento de metas propostas pelo REUNI, verificadas de perto e amiúde por meio de parâmetros quantitativos, como condição para o recebimento de recursos públicos; refere-se às instituições e, provavelmente, também aos próprios docentes. (ANDES, 2007, p. 27)

Para Ramalho Filho (2007), esse indicador que determina a relação de alunos de graduação presenciais por professor para dezoito aumentará e autorizará recursos humanos - pessoal docente e técnico, ocorrendo nas instituições públicas de ensino superior concursos para provimento das vagas ociosas para atender a demanda do quadro de funcionários técnicos e docentes.

O autor traz dados sobre a quantidade de vagas aprovadas para o preenchimento de cargo de professores e técnicos.

As 13.276 novas vagas de docentes e as 10.654 novas vagas de técnicos administrativos dos níveis intermediário e superior deverão responder às explicitadas nos projetos institucionais. Observa-se que o maior número de autorizações de vagas para concurso será concedido para o ano de 2010, ano de grande expansão dos cursos, vagas e matrículas, após o grande salto representado pelo ano de 2009, quando serão concedidas 4.061 vagas docentes e 2.754 vagas para técnicos administrativos. (RAMALHO FILHO, 2008, p.17)

Para Ramalho Filho (2008), a adesão da totalidade das instituições universitárias vem atestar o forte interesse despertado pelo Programa, que encerra em seu âmbito, metas predominantemente quantitativas, mas que preconiza, em seu conceito fundador, a idéia da expansão com reestruturação das Universidades Federais.

O autor mostra em seu relatório um quadro de adesão ao Programa pelas Universidades Federais. Das 53 universidades federais: 42 apresentaram suas propostas na primeira chamada (29/10/2007) e receberam os recursos financeiros no 1º semestre de 2008 e as 11 restantes apresentaram na segunda chamada (17/12/2007) e, portanto, os recursos financeiros foram enviados no 2º semestre de 2008. Chama a atenção para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) que foi criada em 2005, adotando as inovações pedagógicas que viriam a ser preconizadas pelo REUNI e recebendo recursos específicos para tal.

Para acompanhamento da execução do programa pelas universidades federais, o MEC utilizará, além da SESu, outros órgãos do Ministério, como o INEP e CAPES. Utilizará também dados das avaliações estabelecidos pelo SINAES, para que se tenha uma adequada aferição das mudanças ocorridas a partir da adesão ao REUNI. (SESu, 2007).

Ramalho Filho (2008) relata que os projetos apresentados foram submetidos à análise e parecer dos consultores *ad hoc* e um parecer geral, técnico, da SESu. Esses pareceres retornaram às instituições universitárias para as devidas correções constantes nos respectivos Planos de Providências, quando necessário.

Retornaram para obtenção de parecer geral da Comissão de Homologação, para, finalmente, obter aprovação da SESu. Um tal procedimento, tende a minimizar as inconsistências de cada projeto, sobretudo quando os mesmos privilegiaram a projeção da expansão de cursos, vagas e matrículas tradicionais. Entretanto, exame minucioso dos Quadros - Síntese de Indicadores Acadêmicos e de Orçamento, reproduzidos nos Acordos de Metas firmados entre o MEC/SESu e as 53 Universidades Federais participantes do programa, apresentam inconsistências secundárias - atribuídas, certamente, a pequenos erros de preenchimento, ou reflexos do sistema de simulação -, sem que as mesmas venham a comprometer o projeto da instituição que os procedeu. (RAMALHO FILHO, 2008, p. 18)

A SESu, ao recomendar as universidades a aderirem ao Programa - REUNI/2007, reafirma a importância de cumprir as metas e as diretrizes do Decreto nº 6.096/2007. Expõe alguns problemas que a educação superior enfrenta, como: processo seletivo excludente, valorizando a memorização e grande demanda por ensino superior depois da inclusão do ensino médio na educação pública gratuita e obrigatória.

Para Ramalho Filho (2008), apenas 12 das 53 universidades federais apresentaram projetos com algum componente de inovação e chama atenção para aspectos inovadores que são apresentados nos projetos das instituições UFAL, UFBA, UFF, UFG, UFJF, UFPI, UFRB, UFRN, UFRSA, UNIFESP, UFT, UFV porque versam sobre estrutura universitária, formação por eixos e ciclos, flexibilização curricular, organização interdisciplinar, conteúdos comuns, itinerários alternativos de formação e processos seletivos para acesso a vagas de ingresso não declaradas.

O Grupo Assessor SESu/MEC argumenta que o REUNI oferece uma oportunidade para as universidades federais inovar o cenário de educação superior, permitindo novos mecanismos de seleção de estudantes, novas articulações curriculares e novos percursos formativos.

2.5. A evolução das IFES após a aprovação do plano de reestruturação e expansão das universidades federais.

A aprovação do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, ocorreu em 2007. As tabelas a seguir mostram índices de evolução do número cursos de graduação presencial, do número de cursos de licenciatura, de cursos de graduação ofertados no período noturno, a quantidade de vagas na graduação presencial, as vagas ofertadas nos cursos de licenciatura e nos cursos de graduação noturno além da evolução dos cinco cursos de graduação que tiveram destaque com o maior número de vagas e com maior crescimento percentual, por região geográfica brasileira e a evolução do número de cursos de pós- graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) nas IFES.

Tabela 21- Evolução do número de cursos de graduação presenciais nas IFES brasileiras - por regiões geográficas - total geral - 2006 a 2010.

Regiões	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro - oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	318	648	229	589	384
2007	346	700	309	647	382
2008	351	740	332	706	417
2009	415	875	390	851	504
2010	431	899	428	946	470

Fonte: ANDIFES- 2010

Podemos observar pelos dados constantes na tabela acima que em todas as regiões do Brasil o impacto no aumento de número de cursos de graduação foi bastante significativo após a implantação do REUNI.

Tabela 22- Evolução do número de cursos de graduação presenciais no período noturno nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.

Regiões	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	109	175	80	182	88
2007	111	190	118	206	88
2008	117	208	122	239	102
2009	152	274	154	314	138
2010	144	303	175	368	147

Fonte: ANDIFES- 2010

De acordo com os dados das tabelas acima, os números de cursos de graduação presenciais no turno noturno das IFES brasileiras, tiveram um aumento significativo, como objetiva o art.1º do Decreto nº 6.096/2007 que trata sobre a ampliação do acesso na educação superior nas universidades federais, preferencialmente no horário noturno, para efetivar a política de inclusão dos estudantes trabalhadores.

Tabela 23- Evolução do número de cursos de licenciatura presenciais nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.

Regiões	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	148	205	103	180	118
2007	159	222	141	214	119
2008	165	237	144	210	125
2009	195	281	158	270	132
2010	196	283	164	285	107

Fonte: ANDIFES- 2010

Com relação aos cursos de licenciatura, observa-se que apenas a região sul não apresenta um acréscimo dessa modalidade o que pode sinalizar a existência de um sistema estadual e municipais que possuem em suas redes professores já qualificados em nível de ensino superior para o magistério da educação básica já que o objetivo dessa meta era focar a formação em serviço dos docentes pertencentes ao sistema público de educação.

Tabela 24- Vagas ofertadas nos cursos de graduação presenciais nas IFES brasileiras - por regiões geográficas - total geral- 2006 a 2010.

Regiões	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro - oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	15.332	38.161	11.748	34.597	19.734
2007	17.337	43.417	15.501	37.154	19.961
2008	18.054	46.274	16.793	40.551	22.441
2009	21.075	57.788	20.961	53.092	29.185
2010	22.176	62.123	24.877	59.591	27.063

Fonte: ANDIFES- 2010

Todas as regiões geográficas do Brasil tiveram um incremento de vagas na graduação presencial durante o período 2006 – 2010. A região Nordeste e principalmente a Centro-Oeste se destaca.

Tabela 25- Vagas ofertadas nos cursos de graduação presenciais IFES brasileiras- por regiões geográficas- no período noturno- 2006 a 2010.

Regiões	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro - oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	4.476	8.418	3.873	8.544	4.490
2007	4.884	10.186	5.423	9.589	4.606
2008	4.826	11.384	5.626	10.727	5.331
2009	6.310	16.307	7.784	16.274	7.588
2010	6.519	18.749	9.537	19.346	6.221

Fonte: ANDIFES- 2010

Com relação às vagas no turno noturno, as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste foram as que mais se destacaram com relação à expansão de vagas.

Tabela 26- Vagas ofertadas na graduação presenciais nos cursos de licenciatura nas IFES brasileiras- por regiões geográficas- 2006 a 2010.

Região	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	6.883	10.984	5.129	8.804	4.461
2007	7.745	12.783	6.512	10.285	4.408
2008	8.145	13.578	6.722	10.274	5.064
2009	9.624	16.379	7.873	14.027	5.892
2010	9.519	17.552	8.216	15.327	4.831

Fonte: ANDIFES- 2010

Apesar de, em termos dos cursos de licenciatura, a região Sul não ter ampliado o número dos mesmos não significa que em termos de vagas houve uma diminuição. Com relação às vagas todas as regiões ampliaram a oferta com destaque para o Nordeste e Sudeste.

Tabela 27- Quantidade de cursos de pós-graduação em mestrado ofertados nas IFES brasileiras - por regiões geográficas - 2006 a 2010.

Região	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	79	254	109	411	223
2007	90	317	131	431	240
2008	94	359	145	455	262
2009	105	373	160	487	272
2010	113	406	162	501	285

Fonte: ANDIFES- 2010

Com relação à criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, os dados acima expostos demonstram que as regiões Norte e Nordeste tiveram, em termos percentuais,

o maior acréscimo de cursos o que pode sinalizar uma tentativa de redistribuição e equalização da pós-graduação em regiões antes consideradas não prioritárias para a expansão dessa modalidade de ensino.

Tabela 28- Quantidade de cursos de pós-graduação em doutorado ofertados nas IFES brasileiras - por regiões geográficas - 2006 a 2010.

Regiões	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro - oeste	Região Sudeste	Região Sul
Ano					
2006	22	133	54	276	156
2007	24	160	58	283	160
2008	29	184	73	297	170
2009	31	200	77	316	184
2010	36	214	83	330	188

Fonte: ANDIFES- 2010

A oferta crescente dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de doutorado, em regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste deve possibilitar uma modificação qualitativa na graduação no momento em que esses docentes doutores realizam pesquisas, constroem o conhecimento, criam grupos de pesquisas que incorporam mais estudantes pertencentes a Programas de Iniciação Científica. Esta é uma das diretrizes propostas pelo Decreto nº 6.096/2007 quando no parágrafo VI, do art. 2º propõem a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Em relação aos cursos que ofertaram mais vagas nas IFES, após o REUNI, podemos afirmar que os objetivos planejados no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, em 2003, que visava formar profissionais de nível superior em áreas estratégicas como: engenharia, ciências naturais e ciências humanas, principalmente nas licenciaturas, foram concretizados. Vejamos os dados:

Tabela 29- Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Norte- no período de 2006 a 2010.

Cursos	Agronomia	Engenharia	Letras	Matemática	Medicina
Ano					
2006	492	1.509	1.538	743	362
2007	462	1.695	1.801	931	407
2008	432	1.864	1.849	961	445
2009	492	2.410	2.174	1.175	447
2010	562	2.645	1.951	956	432
2010 - 2006 (%)	14,23%	75,28%	26,85%	28,67%	19,34%

Fonte: ANDIFES- 2010

Nas IFES da Região Norte o destaque foi o curso de engenharia, que teve o maior número de vagas de todos os cursos em 2010 e o maior crescimento percentual do grupo dos cinco cursos de graduação que mais ofertaram vagas nessa região brasileira.

Tabela 30- Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Nordeste- no período de 2006 a 2010.

Cursos	Agronomia	Engenharia	Letras	Matemática	Medicina
Ano					
2006	980	5.128	1.755	1.012	1.192
2007	1.035	5.883	2.030	1.390	1.232
2008	1.085	6.063	2.170	1.490	1.312
2009	1.180	7.571	2.960	1.797	1.355
2010	1.120	8.092	3.145	1.790	1.300
2010 - 2006 (%)	14,29%	57,80%	79,20%	76,88%	9,06%

Fonte: ANDIFES- 2010

A evolução da oferta de vagas em cinco cursos de graduação das IFES na Região Nordeste no período de 2006 a 2010 apresenta como destaque dos cursos de graduação: engenharia e letras. O curso de engenharia apresentou neste período o maior

número de vagas de todos os cursos em 2010. Já o curso de letras apresentou o maior crescimento percentual deste grupo.

Tabela 31- Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Centro oeste- no período de 2006 a 2010.

Cursos	Agronomia	Engenharia	Letras	Matemática	Medicina
Ano					
2006	430	1.238	6.378	3.473	296
2007	530	1.358	6.960	4.143	332
2008	530	1.781	7.511	4.430	332
2009	570	2.685	9.704	5.558	372
2010	645	3.121	10.117	5.646	372
2010 - 2006 (%)	50,00%	152,10%	58,62%	62,57%	25,68%

Fonte: ANDIFES- 2010

Nas IFES da Região Centro-oeste o destaque foi o curso de letras, com maior número de vagas de todos os cursos em 2010 e as engenharias, que representam o maior percentual de crescimento neste grupo.

Tabela 32- Evolução dos cinco cursos de graduação com maior número de vagas na Região Sudeste- no período de 2006 a 2010.

Cursos	Agronomia	Engenharia	Letras	Matemática	Medicina
Ano					
2006	820	5.037	1.546	826	1.213
2007	870	6.270	1.681	1.190	1.413
2008	955	7.220	1.758	1.196	1.503
2009	1.000	9.057	2.518	1.815	1.583
2010	1.020	11.117	2.688	1.980	1.637
2010 - 2006 (%)	24,39%	120,71%	73,87%	139,71%	34,95%

Fonte: ANDIFES- 2010

Nas IFES da Região Sudeste o destaque foi para o curso de engenharia e de matemática. O curso de engenharia teve o maior número de vagas, e o curso de matemática o maior crescimento percentual neste grupo.

Tabela 33- Evolução dos cinco cursos com maior número de vagas na Região Sul- no período de 2006 a 2010.

Cursos	Agronomia	Engenharia	Letras	Matemática	Medicina
Ano					
2006	692	3.428	967	461	586
2007	642	3.895	967	461	586
2008	750	4.405	1.146	554	586
2009	784	6.373	1.527	623	623
2010	773	7.527	1.447	628	628
2010 - 2006 (%)	11,71%	119,57%	49,64 %	36,23%	7,17%

Fonte: ANDIFES- 2010

Nas IFES da Região Sul o destaque fica somente para o curso de engenharia que apresenta o maior número de vagas de todos os cursos em 2010 e também o maior crescimento percentual neste grupo.

É nesse novo cenário de expansão e reestruturação que iremos no próximo e último capítulo analisar e estudar as particularidades do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alagoas- UFAL. Quais avanços que o Plano trouxe para a instituição? A UFAL atendeu todas as diretrizes propostas pelo Decreto nº 6.096/2007? As metas globais do programa estão sendo alcançadas? Houve realmente uma expansão e uma reestruturação? Os recursos financeiros foram repassados? Aumentou o número de vagas, cursos, funcionários e professores depois da adesão ao Programa? A esses e outros questionamentos sobre o Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alagoas 2008- 2012 buscaremos respondê-las no próximo capítulo.

CAPÍTULO III: O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: impactos na política pública da educação superior.

Este capítulo não tem como objetivo estudar a história do ensino superior em Alagoas que já foi muito bem analisada nos trabalhos de Verçosa (1997 e 2001) e Tavares (2006, 2007 e 2008). São encontradas, nessas obras, importantes informações sobre o processo de implantação do ensino superior no território alagoano e da UFAL. Por isso, não iremos nos deter na história da educação superior em Alagoas e nem na evolução da implantação da UFAL.

Pretendemos estudar em particular o projeto apresentado pela Universidade Federal de Alagoas_ UFAL para adesão ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, Decreto nº 6.096 de 2007 buscando avaliar os indicadores que esta instituição conseguiu avançar nos três primeiros anos da implantação do plano. Essa análise será quantitativa nos aspectos dos indicadores que a UFAL alcançou para atender as diretrizes propostas pelo REUNI, e qualitativa quando se referirem as propostas apresentadas pela Universidade Federal de Alagoas.

O REUNI propõe uma nova reestruturação e expansão ao ensino superior das universidades federais. Por isso, neste capítulo, iremos inicialmente apresentar as medidas de reestruturação e de expansão que aconteceram na UFAL durante o seu processo de implantação até o período de redemocratização política brasileira para construir o cenário onde se deu a elaboração do Plano de Reestruturação e Expansão elaborado da UFAL no século XXI, no ano de 2007.

As diretrizes instituídas pelo Decreto nº 6.096/2007 - REUNI Nacional que foram analisadas no capítulo anterior, são seis, a saber:

- I. redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II. ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regime curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III. revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino- aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

- IV. diversificação das mobilidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V. ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI. articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007, art.2º)

Essas diretrizes teriam que estar contempladas nos planos de adesão apresentados pelas universidades federais à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação_ SESu/MEC. Todas as diretrizes contempladas no plano deveriam planejar estratégias, etapas e aumentar seus indicadores para alcançar as metas globais instituídas no Decreto nacional, nº6.096/2007, que são: “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.” (Brasil, 2007, art.1º§1º)

A presença da UFAL em Alagoas é de suma importância para o desenvolvimento econômico, político e social dessa região. A UFAL é a única universidade federal presente no Estado que apresenta um alto índice de pessoas analfabetas e com rendimento mensal de menos de um salário-mínimo por mês.

Essa realidade social e política do Estado de Alagoas já foi apresentada na obra de Verçosa e Tavares (2007) quando afirmam que a presença do ensino superior público em Alagoas é um processo democrático por causa dos baixos índices de desenvolvimento apresentados pela sociedade alagoana. Apesar da realidade apresentada pelos autores ser do ano de 2002,

O crescimento acentuado da Educação Superior pela via privada, em Alagoas, sobretudo da LDB para cá, ao tempo em que formalmente expande a margem de oportunidades de acesso ao Ensino Superior, deixa de ser democrático, vez que ocorre numa sociedade cujo PIB, em 2002, segundo o IBGE, superava apenas o Piauí, entre os estados do Nordeste, enquanto o Estado tinha 62% de sua população considerada pobre pela pesquisa *Radar Social* do IPEA e metade dela considerada alvo do Programa *Fome Zero*. (TAVARES e VERÇOSA, 2007, p. 206)

os dados atuais do Censo de 2010 relatam situações idênticas como podemos verificar nos dados do Censo de 2010 (IBGE/2011) o qual informa que de 2.548.296 pessoas de 10 anos ou mais, somente 1.974.406 são alfabetizadas e de 842.884 domicílios particulares e permanentes pesquisados em Alagoas, 636.157 domicílios apresentam pessoas que recebem menos que um salário-mínimo.

3.1- Os primeiros processos de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

O projeto de criação da Universidade Federal de Alagoas foi sancionado em 26 de janeiro de 1961, sendo a primeira universidade federal do Estado de Alagoas, intitulada de início como Universidade de Alagoas. Os trabalhos acadêmicos de Verçosa (1997, 2006, 2007) e Tavares (2006, 2007 e 2008) afirmam que a UFAL foi resultado de uma união entre várias faculdades existentes em Alagoas na década de 50. O nome Universidade de Alagoas somente foi alterado em 1965 para Universidade Federal de Alagoas.

(...) A idéia de uma universidade católica já havia sido embalada no final dos anos de 1940, pelo espírito visionário e pioneiro do Padre Teófanos Augusto de Araújo Barros, eminente educador alagoano que terminaria, na década de 1950, criando a Faculdade de Filosofia de Alagoas, depois Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – inteiramente voltada à formação de professores, como vieram a ser em todo o país, esses tipos de Instituição de Ensino Superior – a qual, com as demais IES surgidas na década de 1950, exceção feita à Escola de Serviço Social Padre Anchieta, mantida pela Arquidiocese de Maceió-, iriam dar origem, no início de 1961, à Universidade de Alagoas- depois UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. (TAVARES e VERÇOSA, 2007, p.194)

Depois de sua criação a Universidade Federal de Alagoas passou por alguns processos de reestruturação e expansão. Não foi somente no Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais - REUNI que esses processos aconteceram nesta Instituição de Ensino Superior.

A primeira reestruturação que a UFAL passou foi durante os seus dez primeiros anos de existência. A construção do *campus* universitário e a organização das Faculdades em oito Institutos de formação básica e em Faculdades encarregadas do ciclo de formação profissional (VERÇOSA, 1997) foram as primeiras medidas de reestruturação por que passou a Universidade Federal de Alagoas.

(...) Esse desenho, qualificado pelo Reitor de “*plano didático que deveria presidir a construção da Cidade Universitária*”, terminou sendo aprovado em fins de 1967 com algumas mudanças na proposta original de 1964 sendo então criados os Institutos de Ciências Exatas, Letras e Artes, Filosofia e Ciências Humanas, Geociências e Ciências Biológicas, mantidas as Faculdades de Direito, Medicina e Odontologia tal qual vinham da fundação. Foram mudados os nomes da Escola de Engenharia, que passou a se chamar Faculdade de Engenharia, e da Faculdade de Ciências Econômicas, que recebeu a denominação de Faculdades de Economia e Administração, sendo também extinta a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, finalmente, criada a Faculdade de Educação. (VERÇOSA, 1997, p.139)

Como nos primeiros dez anos de sua existência a administração da UFAL priorizou a construção do *campus* universitário, e para que isso fosse concretizado, segundo Verçosa (1997), o reitor lançou mão de um hábil recurso: restringir o quanto lhe fosse possível o preenchimento das vagas não ocupadas, podendo assim fazer uma poupança à custa da limitação de pessoal.

Diante deste quadro de restrição de docentes e de funcionários a UFAL chega à década de 1970, anos de ditadura militar e de várias mudanças estruturais autoritárias na educação brasileira, precisando fazer uma nova reestruturação. Isso aconteceu em 1971 com a nova gestão que classificava a educação superior como um grande investimento produtivo e rentável, principalmente para a UFAL que contava com o menor orçamento de todas as Universidades Federais da época. (Verçosa, 1997)

(...) os novos administradores assumiam como meta prioritária “a institucionalização da carreira do magistério através de seleção, qualificação permanente e profissionalização dos docentes e a reestruturação dos campos acadêmico e administrativo de forma real, reconceituando, em obediência à lei, a função do departamento e o papel do professor universitário, de modo a romper com o convencional dominante em razão da força mimética da tradição conservadora”. Feito isso, seria possível, segundo eles, estimular e desenvolver a pesquisa sobretudo com vistas á problemática regional, complexa e desafiadora, bem como reformular os métodos tradicionais de operação, rígido, desatualizados e pouco produtivos, além de enriquecer e diversificar o elenco de cursos e currículos em consonância com as projeções do desenvolvimento regional. (VERÇOSA, 2007, p. 150 e 151)

Essa nova reestruturação ocorrida em 1971 na UFAL descentralizou a administração superior, criou as Pró- Reitorias e delegando competências específicas aos Pró- Reitores e ao Vice- Reitor. Também foram instituídos órgãos de assessoria ao gabinete do reitor, como a assessoria jurídica.

Já no ano de 1973 ocorre mais uma reestruturação na UFAL. Essa foi realizada através da fusão de órgãos e a criação de centros no lugar dos institutos e faculdades. A ampliação da oferta de novos cursos caracteriza uma expansão de novas vagas na UFAL ocorrida nos anos de 1974 e 1975.

Com a ampliação da oferta de novos cursos, a demanda por professores cresceria ainda mais, fato que objetiva a contratação de novos professores. Segundo Verçosa (1997) o quadro de docentes da UFAL em 1975 atinge um incremento de 80% (oitenta por cento) chegando a 539 (quinhentos e trinta e nove) professores.

(...) Ao curso de Serviço Social, incorporado à UFAL em 1972 por solicitação da Arquidiocese, viriam se juntar primeiro os novos cursos de

Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Tecnólogo Mecânico, Tecnólogo Industrial de Açúcar-de-Cana, Licenciatura em Física, Matemática, Química, Biologia, Educação Física, além da Licenciatura Curta em Pedagogia, e no ano seguinte os cursos de Tecnólogo em Bovinocultura e Saneamento Ambiental, diversificando as opções da juventude alagoana, que ainda se encontrava praticamente limitada aos mesmos cursos existentes quando da fundação da UFAL. (VERÇOSA, 1997, p. 155)

Essas reestruturações somente serão modificadas depois da redemocratização política do Brasil, quando foi instituída a Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988 que dava as universidades o gozo da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.2- As políticas de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Alagoas após período de redemocratização política brasileira.

As novas mudanças trazidas pela Constituição Federal, de 1988, mudaram principalmente a forma de gestão administrativa das universidades. A partir da aprovação da Constituição Federal, de 1988, os reitores das universidades públicas seriam escolhidos através da eleição direta dentro das instituições. Cada segmento da comunidade universitária teria direito a voto, e somente os docentes teriam direito a se candidatar a cargo de reitor. (BRASIL, 1988)

O artigo 211 no parágrafo primeiro da Constituição Federal, de 1988, limita a participação dos municípios e dos estados na expansão do ensino superior. A expansão, a organização e o financiamento das instituições de ensino superior pública ocorreram somente através da União, que também organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (Brasil, 1988)

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 a UFAL apresentavam em 1980 os seguintes dados em relação ao número de cursos, matrículas e de docentes.

Tabela 34 - Número de cursos, matrícula e de docentes da Universidade Federal de Alagoas em 1980.

Número de cursos	Número de matrículas	Número de docentes	Relação de número de docentes/matricula
32	5.104	701	1/ 7,28

Fonte: INEP/2006

Os dados acima mostram que a UFAL apresentava uma diversificação de cursos e a relação ao número de docente por matrícula, nesta época, era de 1/ 7,28.

Essa realidade somente irá ser modificada em 1990, quando os cursos de tecnólogos foram encerrados. Porém, as matrículas na graduação tiveram um significativo crescimento, apresentando uma evolução significativa também na evolução do número de docentes. Neste período, a relação do número de docentes por matrícula também cresceu, apresentando uma relação de 1/ 7,99 como podemos observar nos dados da tabela abaixo.

Tabela 35- Número de cursos, matrícula e docentes da Universidade Federal de Alagoas em 1990.

Número de cursos	Número de matrículas	Número de docentes	Relação número de docente/matricula
27	6.996	875	1/ 7,99

Fonte: INEP/2006

As novas mudanças de expansão e reestruturação ganham mais legitimidade com a aprovação da Constituição Federal em 1988, como já foi mencionado, e também com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394) em 1996.

No capítulo anterior, a LDB 9.394/96 já foi referenciada nos aspectos que foram instituídos para as IES brasileiras. Chamamos atenção, agora, neste capítulo, para os artigos da LDB que legitimam a diversificação de cursos, a expansão de vagas e de matrículas e o poder de autonomia administrativa e didático-científica que foi instituído nas universidades.

A diversificação de cursos que poderá existir na educação superior brasileira é relacionada no art.44, dos incisos I a IV. Essa legitimidade de diversificação de cursos na LBD 9.394/96 abriu oportunidade para a ampliação de vagas e de matrículas que ocorreram nos anos depois da aprovação da LDB.

Em Alagoas essa ampliação de vagas ocorreu principalmente por via de IES privadas, porque o estado ainda continuava somente com uma universidade federal, duas faculdades estaduais e um centro universitário federal. A Escola Técnica Federal de Alagoas depois da LDB 9.394/96 se transformou em um Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFET. Essas mudanças de nomenclatura e de função estão muito bem explicitadas em Verçosa e Tavares (2006) que também chamam a atenção para o fato que Alagoas chega à década de 1990, com uma matrícula majoritariamente pública e gratuita, concentrada na capital do Estado e com o maior número de funções docente na rede pública.

O número de cursos de graduação existentes na UFAL pós LDB/1996 oscilaram nos anos de 1996 a 1998, chegando a uma quantidade inalterável a partir dos anos de 1999, como mostra os dados da tabela a seguir.

Tabela 36- Número de cursos presenciais de graduação e número de matrícula da Universidade Federal de Alagoas de 1996 a 2000.

Ano	Cursos de graduação presenciais	Quantidade de número de matrículas
1996	32	7.098
1997	28	7.592
1998	30	8.373
1999	34	9.478
2000	34	10.145

Fonte: INEP/2006

A crescente ampliação do número de matrícula na UFAL, pós LDB/96, é diferente das outras universidades brasileiras que tiveram esse real crescimento de matrículas ocasionado pela amplitude das matrículas nas IES privadas, como demonstram Verçosa e Tavares (2006) já que a realidade alagoana é diferente pela impossibilidade da maioria da população não ter condições financeiras para responder ao caráter predominantemente privado de crescimento recente do seu ensino superior.

O poder de autonomia didático-científico garantida pela LDB/96, no art.53, no parágrafo único, está ressaltado no Decreto nº 6.096/2007 - REUNI, quando no art.4 afirma que a aprovação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais deve ser de competência dos Conselhos Superiores de cada instituição de ensino.

Como vimos nos capítulos anteriores, em janeiro de 2001 é aprovado o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172. Igualmente como fizemos em relação à LDB/96,

nosso interesse se volta agora para olhar a particularidade da UFAL após a aprovação do PNE/2001, especialmente para a expansão de vagas, de matrículas, cursos, o aumento do número de docentes e o processo de interiorização que iniciou na UFAL em 2006.

Como podemos observar pela tabela abaixo, o número de cursos de graduação presenciais na UFAL, entre 2001 a 2004, após a aprovação do PNE/2001 não sofreu alterações. Apesar do não aumento do número de cursos de graduação ofertados pela instituição, um ano após a aprovação do PNE/2001, houve 145 (cento e quarenta e cinco) matrículas a mais. Em 2003 o número de alunos matriculados foi de 602 (seiscentos e dois) a mais que em 2002. Somente em 2004 houve uma redução de 280 (duzentos e oitenta) nas matrículas, em relação ao ano de 2003.

Tabela 37- Número de cursos presenciais de graduação e número de matrícula da Universidade Federal de Alagoas de 2001 a 2004.

Ano	Cursos de graduação presenciais	Quantidade de número de matrículas
2001	34	10.825
2002	34	10.970
2003	34	11.572
2004	34	11.292

Fonte: INEP/2006

3.3 - O Processo de Expansão da Universidade Federal de Alagoas.

Em 2003 inicia no Brasil o processo de interiorização das IFES. Esse processo foi concretizado pela primeira etapa do Programa de Expansão da Educação Superior pública e tinha como objetivo a implantação de *campus* universitário e pólos das universidades federais em interiores dos estados brasileiros.

Como já referenciado em capítulos anteriores essa primeira etapa de expansão da educação superior para o interior resultou em: criação de 10 (dez) novas universidades federais em território brasileiro; consolidação de duas universidades federais; criação e consolidação de 49 (quarenta e nove) campi universitários e a interiorização da educação pública e gratuita. (RAMALHO FILHO, 2008)

A participação da UFAL no Programa de Expansão da Educação Superior deu origem à implantação do *campus* universitário no agreste do Estado de Alagoas iniciando seu processo de interiorização. A aprovação do *Campus* de Arapiraca, em

2005, e seu efetivo funcionamento em setembro de 2006, representa o atendimento de uma demanda histórica para essa instituição em relação ao agreste alagoano.

O *Campus Arapiraca* iniciou suas atividades com instalações em 4 cidades. Em 2007 foram ofertados 11 (onze) cursos na cidade de Arapiraca (Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia- Licenciatura, Ciência da Computação, Educação, Física- Licenciatura, Enfermagem, Matemática- Licenciatura, Química- Licenciatura e Zootecnia), 2 (dois) cursos na cidade de Penedo (Turismo e Engenharia de Pesca), 2 (dois) cursos em Palmeira dos Índios (Serviço Social e Psicologia) e 1 (um) curso em Viçosa (Medicina Veterinária)

Para Tavares e Ramalho Filho (2008), a participação da UFAL na primeira etapa de expansão da educação superior, significou um processo de inclusão para aqueles jovens que concluíam o ensino médio, principalmente no interior, e não tinha condições de vir à capital para prosseguir seus estudos. Os autores declaram que com o processo de interiorização da UFAL após 45 (quarenta e cinco) anos (1961 a 2006) de atuação no ensino presencial restrita à capital Maceió e ao município de Rio Largo, a UFAL reafirma seu papel enquanto instrumento de desenvolvimento estadual e regional.

A ampliação do número de vagas e cursos resultante da implantação do Campus de Arapiraca, anterior ao REUNI, está visualizada na tabela a seguir.

Tabela 38- Indicadores dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas- 2004 a 2007. Campus do Agreste- Arapiraca.

INDICADORES	ANO	2004	2005	2006	2007
Nº de alunos inscritos no PSS- Campus Arapiraca		----	----	3.788	2.716
Nº de vagas no PSS- Campus Arapiraca		-----	-----	640	640
Nº de alunos ingressantes- Campus Arapiraca		----	-----	----	681
Nº de alunos matriculados- Campus Arapiraca		----	-----	----	1.180
Nº de Cursos Diurnos- Campus Arapiraca		----	----	---	16

Fonte: PROGRAD/ NTI- UFAL

3.4 - O Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alagoas - o REUNI - UFAL

A UFAL elaborou o seu Plano de Reestruturação e Expansão, o REUNI-UFAL em 2007, apresentando suas propostas na segunda chamada, em 17 de dezembro de 2007, e aderindo ao Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais_ REUNI, nacional.

O plano elaborado pela UFAL atende todos os requisitos solicitados pela SESu - MEC e busca alcançar o objetivo, as diretrizes e as metas instituídas no Decreto nº 6.096/2007. No REUNI-UFAL a instituição elege como prioridades três (3) objetivos, a saber:

1. expansão do Campus Maceió: formação graduada e pós-graduada, produção do conhecimento e extensão;
2. expansão da instituição para o interior: consolidação do Campus Arapiraca e implantação do Campus Delmiro Gouveia (segunda etapa de seu Projeto de Interiorização);
3. consolidação da reestruturação administrativa e pedagógica (iniciada em 2005). (REUNI/UFAL, 2007, p.07)

A participação da UFAL na primeira etapa do processo de expansão das universidades federais originou a implantação do Campus Arapiraca, e o planejamento para a implantação de mais dois *campi*: o do Sertão - Delmiro Gouveia e o do Litoral Norte - Porto Calvo. Entretanto, quando a instituição planeja a reestruturação acadêmica - curricular é citada somente a implantação de mais um *campus* e um pólo: o Campus de Delmiro Gouveia e o Pólo de Santana de Ipanema. A implantação do Campus do Litoral Norte - Porto Calvo, como foi citado nos trabalhos de Ramalho Filho e Tavares (2008) como uma intenção de expansão da UFAL em 2003, não aparece mais no Plano de Reestruturação e Expansão da UFAL construído em 2007.

Quando analisamos o REUNI-UFAL, percebemos que o plano de reestruturação e expansão elaborado por essa instituição de ensino vai além dos dois objetivos instituídos pelo REUNI/Nacional, Decreto nº 6.096/2007.

No Decreto nº 6.096/2007 o objetivo principal é de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007), mas o REUNI-UFAL dá uma grande ênfase na expansão da pós-graduação. Esse objetivo vem atender a uma diretriz do art.2 do

Decreto nº 6.096/2007 que visa à articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Em todo o REUNI-UFAL é encontrado referência para a expansão de oferta e de melhor ampliação da pós-graduação: “criar sete (7) novos programas de pós-graduação, resultando no aumento de 15% o número de vagas; implantar os novos cursos de doutorado a partir de 2012”. (REUNI_UFAL/ 2007, p. 08 e 09)

Quando o REUNI-UFAL planeja o aumento de vagas e implantação de novos cursos de pós-graduação, a instituição estar objetivando o favorecimento dos cursos de graduação. Este ocorrerá quando os alunos das pós-graduações derem suporte pedagógico aos cursos de graduação, como pretende a diretriz VI do art.2 do REUNI/Nacional.

Para uma maior sistematização dos dados e uma melhor compreensão das possibilidades e desafios constantes no Plano de Reestruturação e Expansão da UFAL a análise a ser realizada a partir de agora obedecerá a um eixo articulador composto pelas 6 (seis) diretrizes que foram regulamentadas no Decreto nº 6.096/2007, em seu artigo 2, assim como pelas duas metas expostas no Programa: relação 18 alunos para cada professor e aprovação de 90% na graduação em 5 anos.

3.4.1. Ampliação da oferta de vagas, especialmente no período noturno.

Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas.

A primeira dimensão apresentada pelo REUNI-UFAL para a expansão e reestruturação da instituição é a ampliação da oferta da educação superior pública. Essa dimensão é dividida em três sub- dimensões: o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; redução das taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas.

Para alcançar a primeira sub- dimensão: o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno (art.2 §I), a UFAL elenca sete metas.

1. Oferecer 1421 novas vagas de ingresso na graduação, sendo 635 em cursos noturnos e 786 em diurnos (42,46% de aumento no número total de vagas; implicando no crescimento de 73,41% de aumento no período noturno);
2. Ampliar o número de matrículas projetadas em cursos presenciais de graduação em 40%, alcançando o total de 22.852;

3. Criar 15 novos cursos de graduação;
4. Criar 480 vagas de ingresso na graduação no Campus Delmiro Gouveia;
5. Ampliar de 640 para 920 o número de vagas de ingresso na graduação no Campus Arapiraca, destas, 120 vagas noturnas;
6. Criar 7 novos programas de pós-graduação, resultando no aumento de 15% o número de vagas;
7. Elevar progressivamente a relação professor/aluno até 1:18, considerando a dedução possibilitada pelo aumento quali- quantitativo da pós-graduação. (REUNI_UFAL, 2007, p.08)

E quatro estratégias para atingir os objetivos planejados.

Implantar a segunda entrada para aqueles cursos que, na mudança para o regime semestral, permaneceram com apenas uma entrada por ano, o que resolverá os problemas decorrentes desta situação e resultará no aumento significativo das vagas de ingresso na graduação; Instalar o Campus Delmiro Gouveia e seu Pólo Santana de Ipanema, considerando a ausência de ensino público superior no interior do estado e a forte demanda resultante do aumento dos alunos egressos do ensino médio no sertão; Ampliar o número de vagas no Campus Arapiraca, criando 04 novas turmas noturnas e ampliando as vagas nos cursos diurnos; Enfatizar a criação de vagas noturnas, dada a forte demanda na comunidade. (REUNI_UFAL, 2007, p.08)

Uma das primeiras medidas para aumentar as vagas nos cursos de graduação foi a substituição do regime acadêmico anual para o regime semestral que permitiu a matrícula, depois de 2007, em duas etapas do ano: uma no início do primeiro semestre e outra no início do segundo semestre.

Depois de três anos de implantação do REUNI-UFAL os dados disponíveis no Portal do Gestor, sobre os boletins estatísticos, trazem informações até o ano de 2010, quando se referem ao REUNI-UFAL. Vejamos:

Tabela 39 – Evolução dos indicadores de graduação da UFAL- de 2007 a 2010.

INDICADORES	2007	2008	2009	2010
Nº de Vagas no PSS (CACs)	2.707	2.707	3.323	3.503
Nº de Vagas no PSS (Agreste))	640	640	770	770
Nº de Vagas no PSS (Sertão)	---	---	---	560
Nº de Alunos inscritos no PSS (CACs)	21.142	18.108	20.752	19.475
Nº de Alunos inscritos no PSS (Agreste))	2.716	4.951	5.531	6.087
Nº de Alunos inscritos no PSS (Sertão)	---	---	---	1.250
Nº de Cursos Diurnos	55	55	59	64
Nº de Cursos Noturnos	22	25	26	26

Fonte: NPD/DRCA/PROGRAD

Podemos analisar com base na tabela acima que, com relação às vagas ofertadas pela UFAL, há um acréscimo de 1.493 entre os anos de 2007 a 2010, passando de 2.340 vagas para 4.833. Por outro lado, a demanda por vagas públicas no ensino superior na UFAL fica entre 20.000 a 26.000 inscritos todos os anos, independente do número de vagas ofertadas, o que sinaliza para a carência de oportunidades no Estado, via setor público e gratuito, para a maioria da população cursar o nível superior.

Se analisarmos o que foi proposto pela UFAL em seu Plano de Reestruturação e Expansão poderemos concluir que a meta de 1.421 novas vagas previstas até 2012 já foi superada em 2010 quando a UFAL ofertou a mais 1.493, ou seja, 72 vagas excedentes.

Outro destaque dessa análise é o crescimento dos cursos noturnos que não acompanhou o índice dos cursos diurnos. Vejamos: em 2007 tínhamos 55 cursos diurnos e passamos para 64, em 2010, o que representa um acréscimo de 09 cursos novos. Com relação aos cursos noturnos passamos de 22 cursos, em 2007, para 26 em 2010, o que representa uma diferença, a mais, de apenas 04 cursos. Podemos afirmar que até esse momento a prioridade da UFAL continua a ser a ampliação do diurno o que contraria as diretrizes do REUNI.

Se a meta era criar 15 novos cursos a UFAL, já em 2010, possui 13 cursos a mais, faltando apenas a criação de 2 cursos para cumprir a meta. Entretanto devemos destacar que para o MEC curso novo é considerado aquele inédito na universidade ou

aquele já existente ofertado em outro turno. Sendo assim, os dados da UFAL representam tanto os novos inéditos como os já existentes e que foram criados em outro turno.

Enfim, podemos constatar que houve uma expansão na quantidade de cursos ofertados pela UFAL, tanto no período diurno como noturno. No *Campus* A.C.Simões, em Maceió, durante estes três últimos anos, a quantidade de cursos diurnos aumentou 40% (quarenta por cento). Em relação aos cursos noturnos, houve uma estabilidade, e no final do período estudado surgiram somente mais quatro cursos noturnos.

A ampliação de vagas no período noturno no *Campus* do Agreste é uma das metas do REUNI-UFAL, quando estabelece que até o ano de 2012 a UFAL deverá ofertar 120 (cento e vinte) vagas noturnas no *Campus* do Agreste, criando, assim 04 (quatro) novas turmas (cursos) noturnos. Pelos dados disponíveis ainda não se concretizou a expansão em cursos noturnos no *Campus* do Agreste até o ano de 2010.

O REUNI-UFAL também especifica que, até 2012 o *Campus* do Agreste deverá ampliar para 920 vagas sua oferta de vagas que a princípio era de 640. Em 2010, o Campus do Agreste já ofertava 770 vagas ficando para até 2012 a oferta de mais 150 novas vagas.

Já o *Campus* do Sertão, em seu projeto original deveria ofertar 480 (quatrocentos e oitenta) novas vagas ao iniciar suas atividades em 2010. O que se observou foi que houve um aumento da meta estipulada no REUNI/UFAL e já a primeira oferta foi de 560 (quinhentos e sessenta) vagas, ou seja, mais 80 (oitenta) vagas. Com relação aos cursos não houve nenhuma alteração sendo criados 8 (oito) novos cursos a partir de 2010, assim distribuídos: 6 cursos em Delmiro Gouveia (Engenharia Civil, Engenharia de Produção, História – Licenciatura, Geografia – Licenciatura, Pedagogia e Letras Português – Licenciatura) e 2 cursos em Santana do Ipanema (Economia e Ciências Contábeis).

Com relação à segunda sub-dimensão: redução das taxas de evasão, o REUNI - UFAL apresenta 10 (dez) estratégias para alcançar as três metas a seguir: elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação da UFAL para 90%; reduzir o tempo médio de conclusão dos cursos de graduação, para o tempo previsto nos projetos pedagógicos; e reduzir em 20% ao ano os índices de evasão causados por desligamentos e

desistências. Entre essas metas as duas primeiras são planejadas para serem alcançadas até o final de 2012.

Todas as estratégias apresentadas nessa diretriz contam com o fortalecimento de um trabalho coletivo, amplo, diversificado que perpassa desde um acompanhamento às Coordenações de Curso até a implementação de uma política de estágio curricular em parceria com órgãos públicos e privados.

Fortalecer as coordenações de curso por intermédio do desenvolvimento de um sistema de gestão e indicadores acadêmicos que envolva efetivamente os docentes; Flexibilizar o currículo e a oferta de disciplinas de tal forma que permita aos alunos a integralização da carga horária do curso dentro do período recomendado, inclusive com oferta de disciplina em período especial; Ampliar o programa de apoio acadêmico aos estudantes, por meio de bolsas de monitoria, de pesquisa e de extensão; Articular as ações pedagógicas com os Programas de Assistência Estudantil e Política de Inclusão; Elaborar e implantar um Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Discente; Reestruturar e ampliar o Programa de Ações de intervenção para a Melhoria das Práticas Pedagógicas do Docente; Incentivar a permanência dos alunos nas dependências da UFAL, por meio da prática do desporto e da participação em projetos culturais, além da criação de um centro de interesses comunitários (anfiteatro, auditório, lanchonete, restaurantes, livrarias, farmácias etc); Aperfeiçoar o sistema acadêmico de modo a proporcionar meios para se tomar decisões embasadas e eficazes no contexto da gestão acadêmica, fornecendo um número maior de informações e conhecimentos sobre o fenômeno da evasão dos cursos; Ampliar os convênios para estágios de estudantes junto a empresas, escolas, órgãos públicos, ONGs; Divulgar informações sobre os cursos de graduação e as carreiras a eles vinculadas, junto a estudantes do Ensino Médio. (UFAL, REUNI/2007, p. 10 e 11)

A UFAL deixa claro no seu projeto de expansão e reestruturação, que a evasão é um dos princípios que prejudica o aumento de vagas e a ocupação das vagas ociosas, porém, considera que os índices de evasão da instituição são relativamente baixos.

Para calcular os índices de evasão a UFAL levou em consideração a quantidade de desligamentos, de desistências e de saídas por transferências registradas, medidas que indicam vínculo entre o aluno e a instituição. Entretanto, no site do gestor da UFAL não há dados sobre o índice de alunos desistentes, constando somente dados sobre o desligamento dos alunos por meio de transferência, reopção, reingresso e equivalência.

Tabela 40- Número de alunos transferidos da UFAL de 2007 a 2010.

Ano	2007	2008	2009	2010
Total de alunos transferidos	140	167	95	13

Fonte: PROGRAD/NTI - UFAL

Antes da implantação do REUNI-UFAL o índice de transferência somente crescia, chegando a atingir em 2008 seu maior índice de 167 (cento e sessenta e sete) alunos transferidos. Em 2010 o índice de transferência chega a sua menor redução, somente 13 (treze) alunos solicitaram transferência.

Se o percentual de transferência de alunos da UFAL para outras instituições apresenta um declínio, esses dados são animadores, porque indica, a nosso ver, que as estratégias traçadas pela instituição em seu programa de reestruturação e expansão estão alcançando os objetivos proposto no REUNI-UFAL.

Tabela 41 – Evolução dos indicadores de graduação da UFAL - de 2007 a 2010.

INDICADORES	2007	2008	2009	2010
Nº de Alunos – Reopção	131	109	78	104
Nº de Alunos – Equivalência	04	03	00	00
Nº de Alunos – Reingresso	173	116	01	81

Fonte: PROGRAD/NTI- UFAL

Ao analisar os dados acima observamos que o maior índice de demanda para a ocupação das vagas ociosas recai sobre a reopção (mobilidade interna) o que significa que o estudante se transfere para outro curso da própria UFAL não caracterizando diminuição da evasão já que ao optar por outro curso ele deixa uma vaga em seu curso de origem que pode ou não ser preenchida. Por outro lado, a segunda demanda é o reingresso, ou seja, o estudante já concluiu um curso superior mas quer ter acesso a outro. Com isso, ocupa uma vaga que poderia ser preenchida por alguém que não cursou nenhuma formação superior o que não caracteriza uma política de superação da evasão, no mínimo, de ocupação de vagas ociosas. A ampliação de vagas ofertadas pode ser uma motivação para o aumento do reingresso, principalmente entre 2008 a 2010.

Enfim, em todos os casos há uma crescente diminuição dos números referentes ao período 2007 – 2010 o que não significa uma política de superação da evasão pois

como está definido no plano REUNI-UFAL para alcançar a redução das taxas de evasão só será possível se houver um contraponto com as outras ações: reestruturação acadêmico-curricular; renovação pedagógica da educação superior com articulação da mesma com a educação básica, profissional e tecnológica; mobilidade intra e inter-institucional e compromisso social da instituição. Essas diretrizes estão articuladas, segundo o plano REUNI-UFAL, porque os fatores que influenciam a evasão estão diretamente relacionados com as mesmas.

Outra meta proposta pelo REUNI é a de diplomar 90% dos ingressantes em cada curso de graduação. Podemos observar, pelos dados da tabela a seguir, que há um declínio em relação ao número de alunos diplomados na UFAL. Entretanto, não podemos afirmar que a meta será atingida em 2012, dentro da duração prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, até porque essa meta é considerada uma utopia dentro das condições atuais de perfil dos estudantes do ensino superior. O que os dados revelam é que após a implantação do REUNI, em 2007, o número de alunos diplomados diminuiu 6% (seis por cento) no primeiro ano, 2% (dois por cento) no segundo ano e 5% (cinco por cento) no terceiro ano da implantação do programa.

Tabela 42- Número de alunos diplomados na UFAL de 2007 a 2010.

Ano	2007	2008	2009	2010
Total de alunos diplomados	1.817*	1.699	1.779	1.726

Fonte: PROGRAD/NTI- UFAL *Dados validados pelo MEC referente ao ano de 2006.

3.4.2. Mobilidade intra e inter-institucional com aproveitamento de créditos e circulação de estudantes entre cursos/ instituições/ programas

A UFAL deixa evidente no REUNI que a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior é uma das estratégias assumidas.

A mobilidade intra- institucional da UFAL acontece no momento que os estudantes solicitam a reopção e a integralização de disciplinas de outros cursos que não fazem parte da grade curricular do curso de origem. A reopção permite aos alunos que

mudem de cursos, uma das estratégias já analisada na diretriz de ocupação de vagas ociosas.

A solicitação de integralizar disciplinas de outros cursos na grade curricular do aluno acontece tanto nas graduações com nas pós-graduações e está prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação.

Na mobilidade inter-institucional nacional e internacional a instituição tem apoio de dois convênios: o ANDIFES e o Programa Estudantes Convênio Graduação-PEC-G.

O convênio ANDIFES ampara a mobilidade acadêmica nacional. Esse convênio possibilita a mobilidade de alunos de graduação regularmente matriculados e que tenham integralizado as disciplinas previstas para o 1º ano, ou 1º e 2º semestre letivos do curso. Permite também que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal. Segundo o documento REUNI-UFAL/2007, a Resolução nº19/2004-CEPE/UFAL fixou as normas referentes a implantação do programa de mobilidade estudantil nas IFES.

É através do convênio PEC-G que as universidades federais criam novas vagas para os estudantes visitantes aos quais é concedido o diploma brasileiro mediante a integralização dos respectivos cursos. A UFAL possui acordos de cooperação com os seguintes países: Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Chile, Coréia do Sul, Estados Unidos, Espanha, França, Holanda, Israel, Paraguai, Portugal, Rússia e Uruguai.

3.4.3. Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino- aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade.

A reestruturação administrativa apresentada no REUNI-UFAL é uma continuidade da reestruturação contida no seu novo Estatuto e Regimento Geral da UFAL aprovados em 2003. A nova reestruturação aprovada originou uma estrutura organizacional onde os Departamentos ou Centros foram organizados por área de conhecimento, formando as Unidades Acadêmicas.

Em 2006, foram aprovadas pelo Conselho Superior da UFAL 21 (vinte e uma) unidades acadêmicas bem como a reestruturação das demais unidades administrativas da UFAL. No estatuto também ficaram estabelecidas as atribuições de responsabilidade

de cada uma Unidade Acadêmica, além de outras definidas em seu Regimento Interno, e no âmbito de sua competência.

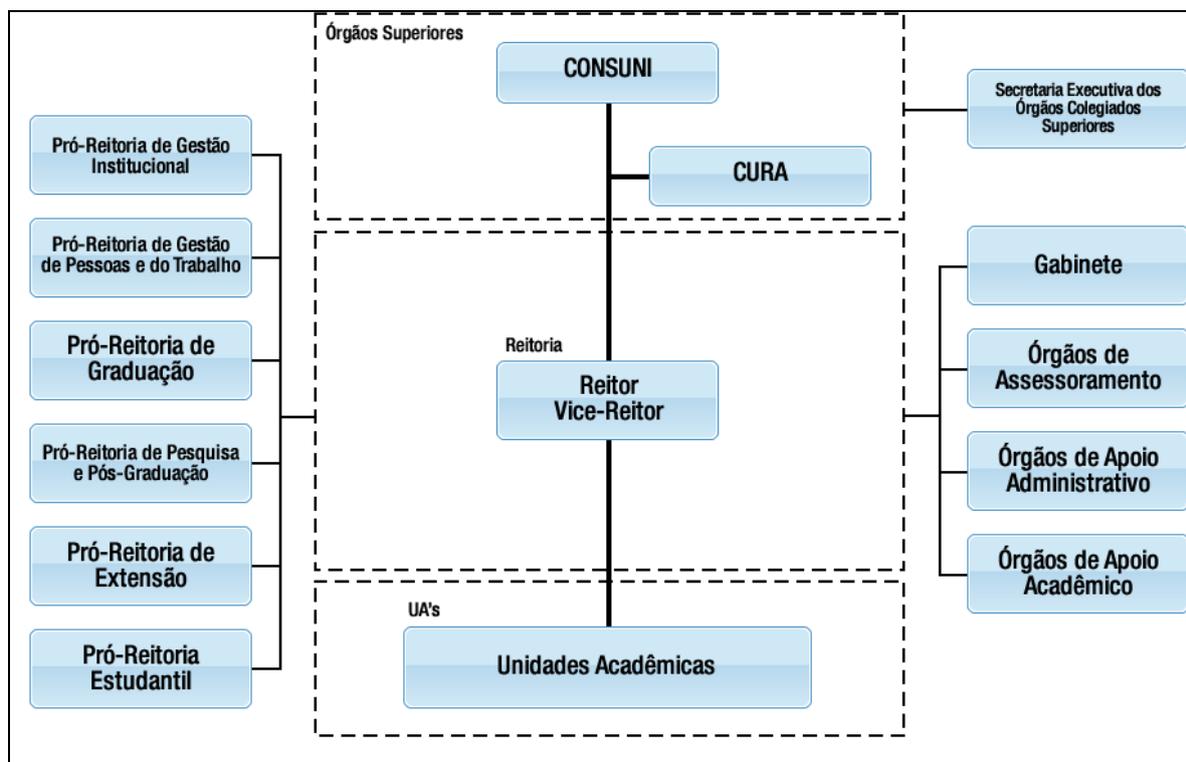


FIGURA 1 - A NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFAL.

Fonte: PROGINST

A UFAL dispunha de 9 (nove) Centros (Centro de Educação – CEDU, Centro de Ciências Biológicas – CCBI, Centro de Ciências da Saúde – CSAU, Centro de Tecnologia – CTEC, Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CHLA, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA, Centro de Ciências Agrárias – CECA), e 47 (quarenta e sete) departamentos acadêmicos vinculados aos Centros. A tabela abaixo traz a correspondência dos Centros ou Departamento por Unidades Acadêmicas.

Tabela 43- Correspondência de Centros/Departamentos por Unidades Acadêmicas da UFAL (Regimento Geral, art. 121, 122 e 124)

Centros	Departamentos	Unidades Acadêmicas
Centro de Ciências Exatas e Naturais	Departamento de Física	Instituto de Física.
	Departamento de Química	Instituto de Química e Biotecnologia.
	Departamento de Matemática	Instituto de Matemática.
	Departamento de Meteorologia	Instituto de Ciências Atmosférica.
	Departamento de Geografia e Meio Ambiente	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente.
	Departamento da Informação	Instituto de Computação.
	Departamento de Geociências	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Centro de Ciências Jurídicas	Departamento de Direito Público	Faculdade de Direito.
	Departamento de Direito Privado	Faculdade de Direito.
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento de Serviço Social	Faculdade de Serviço Social.
	Departamento de Administração e Contabilidade	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
	Departamento de Economia	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
Centro de Educação	Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino	Centro de Educação
	Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação	Centro de Educação
	Departamento de Administração e Planejamento Educacional	Centro de Educação
Centro de Ciências da Saúde	Departamento de Enfermagem	Escola de Enfermagem e Farmácia
	Departamento de Clínica Médica	Faculdade de Medicina
	Departamento de Clínica Cirúrgica	Faculdade de Medicina
	Departamento de Toco- Ginecologia	Faculdade de Medicina
	Departamento de Medicina Social	Faculdade de Medicina
	Departamento de Propedêutica Médica	Faculdade de Medicina
	Departamento de Nutrição	Faculdade de Nutrição
	Departamento de Odontologia	Faculdade de Odontologia
	Departamento de Educação Física	Centro de Educação
	Centro de Ciências Agrárias	Departamento de Fitotecnia
Departamento de Solo e Engenharia Rural		Centro de Ciências Agrárias
Departamento de Zootecnia		Centro de Ciências Agrárias

Centro de Tecnologia	Departamento de Arquitetura e Urbanismo	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	
	Departamento de Engenharia Química	Centro de Tecnologia	
	Departamento de Construção Civil e Transportes	Centro de Tecnologia	
	Departamento de Águas e Energia	Centro de Tecnologia	
	Departamento de Estruturas	Centro de Tecnologia	
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas	Faculdade de Letras	
	Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas	Faculdade de Letras	
	Departamento de Ciências Sociais	Instituto de Ciências Sociais	
	Departamento de Artes	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes	
	Departamento de História	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes	
	Departamento de Filosofia	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes	
	Departamento de Psicologia	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes	
	Departamento de Comunicação Social	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes	
	Centro de Ciências Biológicas	Departamento de Biologia	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
		Departamento de Botânica	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
Departamento de Fisiologia		Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	
Departamento de Morfologia		Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	
Departamento de Zoologia		Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	
Departamento de Patologia		Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	

Fonte: Portal do Gestor- UFAL

A reestruturação no formato da administração dos Centros ou Departamento por Unidades Acadêmicas trouxe também outra reestruturação em 2006, no *Campus* A.C. Simões: a transição do regime anual para o regime semestral, com a renovação curricular de todos os cursos, em consonância com os princípios das Diretrizes Curriculares.

Segundo o documento REUNI-UFAL/2007 essa renovação curricular nos cursos de graduação da instituição se apoiou em princípios gerais das Diretrizes Curriculares Nacionais, que foram: Princípio I - articulação entre teoria e prática; Princípio II- articulação entre ensino, pesquisa e extensão; Princípio III-

interdisciplinaridade e, Princípio IV- flexibilização curricular. (REUNI-UFAL, 2007, p.17)

Apesar da reestruturação ocorrida no sistema de ensino e no currículo dos cursos de graduação, o sistema de titulação permanece baseado na concessão de títulos de licenciatura e bacharelado plenos tendo a UFAL optado por não incorporar os Bacharelados Interdisciplinares, modelo que influenciou as propostas de vários cursos de graduação em universidades brasileiras e que tem sua origem no modelo europeu.

Como já colocado, antes da implantação do REUNI-UFAL em 2007, ocorreu a primeira etapa de interiorização da instituição. Em 2006 é implantado o novo *Campus* universitário, o do Agreste. Esse novo *Campus* trouxe na sua estrutura curricular o novo formato acadêmico - pedagógico.

ESTRUTURA CURRICULAR- MODELO CAMPUS DO AGRESTE/ UFAL			
Tronco Profissionalizante- Disciplinas Específicas (nº de horas variável)			
Ciências Sociais	Biologia	Ciências da Computação	Matemática
Psicologia	Educação Física	Química	Medicina Veterinária
Física	Administração	Arquitetura	Agro nomia
Zootecnia	Enfermagem	Engenharia de Pesca	Turismo
Tronco Intermediário- Disciplinas comuns em cada Eixo e Seminário Integrador II(400 horas)			
Eixo da Educação	Eixo da Tecnologia	Eixo da Gestão	
Eixo das Agrárias	Eixo das Humanas	Eixo da Saúde	
Tronco Inicial- Disciplinas comuns a todos os cursos (400 horas)			
Sociedade, natureza e desenvolvimento: da realidade locais à realidade global			
Produção do Conhecimento: ciências e não ciências			
Lógica, informática e comunicação			
Seminário Integrador I			

Com essa nova estrutura curricular é também implantado uma nova modelagem administrativa e pedagógica para a interiorização da UFAL baseada em *Campi* e Polos.

Segundo Tavares e Ramalho Filho (2008) *Campi* são unidades relativamente autônomas, posto que submetidas à Gestão Superior que possuem: infra- estrutura física e de equipamentos; oferta acadêmica regular de vários cursos de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão; gestão administrativa e acadêmica.

Já os Pólos são unidades dependentes administrativamente dos *campi*: infra-estrutura básica de pessoal, espacial e de equipamentos adequada à oferta de um ou mais cursos regulares fortemente relacionados às demandas locais, assim com suas atividades de pesquisa e extensão; polarizam as zonas das sub- regiões referidas,

representando postos avançados da instituição universitária, os mais próximos das populações com menor capacidade de deslocamento para a capital.

Os cursos de graduação oferecidos nos Campus do Agreste e do Sertão apresentam características distintas daquelas dos cursos de graduação do Campus A.C.S/Maceió. Essa nova estrutura curricular foi implantada em todos os *campi* do interior do estado e consiste em um dos objetivos das dimensões aprovadas no REUNI-UFAL/2007.

O Campus do Agreste agrupou os cursos de graduação nos eixos temáticos: das agrárias, da educação, de gestão, das humanidades, da saúde e da tecnologia. O *Campus* de Delmiro Gouveia apresenta os eixos: de educação, da tecnologia e da gestão.

ESTRUTURA CURRICULAR- MODELO CAMPUS UFAL/ DELMIRO GOUVEIA- SANTANA		
Tronco Profissionalizante- Disciplinas Específicas (nº de horas variável)		
Letras – Licenciatura	Eng. Civil	Ciências Econômicas
História- Licenciatura	Eng. de Produção	Ciências Contábeis
Geografia- Licenciatura		
Pedagogia		
Tronco Intermediário- Disciplinas comuns em cada Eixo (400 horas)		
Eixo da Educação	Eixo da Tecnologia	Eixo da Gestão
Tronco Inicial- Disciplinas comuns a todos os cursos (400 horas)		
Sociedade, natureza e desenvolvimento: relações locais e globais		
Produção do Conhecimento: ciências e não ciências		
Lógica, informática e comunicação		
Seminário Integrador I		

Fonte: REUNI_UFAL/2007

Os Eixos Temáticos agrupam classes de cursos que guardam identidades, atividades e formações disciplinares comuns. A nova configuração curricular dos cursos de graduação é organizada mediante Troncos de Conhecimento.

Os Troncos de Conhecimento são divididos em: tronco inicial, tronco intermediário e tronco profissionalizante.

Tronco inicial é parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação interiorizados pertencentes a cada eixo temático. É composto de três disciplinas de formação geral e de um seminário integrador. O conteúdo deste tronco compreende atividades desenvolvidas em 20 horas semanais, por um semestre, oferecendo-se ao final, 400 horas semestrais.

O tronco intermediário é também parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação pertencentes a cada um dos eixos

temáticos. É composto por disciplinas básicas de síntese e por seminário integrador II. Desenvolve-se ao longo de um semestre letivo (de 40 semanas), em atividades de 20 horas semanais, obtendo-se ao final, 400 horas semestrais. As disciplinas podem ser reunidas em unidades temáticas, apropriadas a cada eixo temático.

Os conteúdos específicos e profissionalizantes compreendem o tronco profissionalizante. Conteúdos ofertados através de disciplinas que observam as características peculiares dos projetos pedagógicos e traduzem as formações graduadas finais de cada curso. Tem a duração variável, em função de cada formação profissional específica.

Para Tavares e Ramalho Filho (2008) essa nova estrutura curricular implantada nos *Campi* do Agreste e do Sertão responde à necessidade de adoção de um projeto acadêmico- administrativo inovador, racional, flexível sem sacrificar a qualidade nem deixar de ser apropriada às novas condições de operação da instituição em sintonia com as fronteiras e as novas dinâmicas do conhecimento, a consideração da pluralidade dos saberes e da interdisciplinaridade, objetivando a formação competente e cidadã dos seus alunos.

Essa nova modelagem acadêmica e administrativa representa aspectos de inovação presentes no Plano de Reestruturação e Expansão da UFAL.

3.4.4. Diversificação das mobilidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada.

As 2 (duas) metas dessa diretriz já foram alcançadas pela UFAL, antes e durante a execução do REUNI/2007.

1. Desenvolver e implantar os projetos de todos os novos cursos de graduação previstos para o Campus Arapiraca conforme os novos modelos pedagógicos já então adotados.
2. Desenvolver e implantar os projetos de todos os novos cursos de graduação previstos para o Campus de Delmiro Gouveia conforme os novos modelos pedagógicos implantados no Campus de Arapiraca. (REUNI_UFAL, 2007, p. 19)

A nova estrutura curricular dos cursos de graduação nos Campus do Agreste e do Sertão já foi implantada com a inauguração dos mesmos. No Campus A.C. S/Maceió houve a transição do regime anual para o regime semestral, renovação curricular de

todos os cursos de graduação e a organização dos departamentos e centros em unidades acadêmicas.

Segundo o documento do REUNI_UFAL/2007 a profissionalização precoce e especializada é superada através da nova estrutura curricular e da implantação do regime semestral. Esses fatores adotados pela instituição possibilitam, segundo o documento, que os estudantes incorporem elementos de outras áreas de formação ao seu currículo, com o acompanhamento dos colegiados de seus cursos de origem.

A estrutura curricular dos *Campi* do interior viabiliza: a transferência do aluno de um eixo de formação para outro após a primeira fase do curso, ou ainda, de um curso para outro do mesmo eixo de formação; que o aluno curse parte do seu currículo em outro município que apresenta oferta de cursos do mesmo eixo.

O documento REUNI-UFAL/2007 afirma que as mudanças ocorridas na estrutura curricular e no regime anual não interferem no sistema de títulos. Este sistema permanece baseado na concessão de títulos de licenciatura e bacharelado plenos, após a integralização da carga- horária total do curso.

3.4.5. Ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil

As políticas de inclusão do programa REUNI_UFAL/2007 são constituídas por duas dimensões: a primeira dentro do Programa de Ações Afirmativas para os afro-descendentes e a segunda pela melhoria de acesso dos alunos de origem popular dentro do Programa Conexão de Saberes.

O programa de políticas Ações Afirmativas para afro- descendentes no ensino superior da UFAL institui o sistema de cotas para esses estudantes, oriundos de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. O programa está estruturado em 4 (quatro) sub-programas: políticas de cotas, políticas de acesso e permanência, políticas curriculares e de formação de professores e políticas de produção de conhecimento.

Segundo o REUNI-UFAL/2007 esses 4 (quatro) sub-programas estão sendo coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

A UFAL implantou a partir de 2005 o sistema de cotas para a população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação. Esta ação faz parte do Programa de Política de Ações Afirmativas para afro - descendentes no ensino superior na UFAL. A Universidade estabeleceu uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação para os candidatos que se enquadrarem como

pretos ou pardos ou denominação equivalente, conforme classificação do IBGE e que são oriundos exclusivamente de escolas de ensino médio públicas. O percentual definido será distribuído da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) para as mulheres negras e 40% (quarenta por cento) para homens negros. (REUNI-UFAL, 2007, p.30)

A quantidade de vagas ofertadas para o programa de políticas de cotas na UFAL, durante o REUNI, está visualizada na tabela a seguir.

Tabela 44- Quantidade de vagas ofertadas pela UFAL para as políticas de cotas masculina, feminina e total geral - de 2007 a 2010

Ano	2007		2008		2009		2010	
	CotaMas	Cota Fem						
Campus								
Campus A.C.S	226	329	213	324	260	408	274	418
Campus Agreste	48	80	48	80	61	93	61	93
Campus Sertão	----	----	----	----	----	----	42	70
Total por cotas	274	409	261	404	321	501	377	581
Total Geral	683		665		822		958	

Fonte: PROGRAD/COPEVE

O que se observa é um aumento progressivo de vagas destinadas aos cotistas durante a expansão apesar do percentual de 20% (vinte) ser estável. É bom salientar que este percentual foi alcançado, depois do REUNI, somente em 2009. Em 2008 faltaram 4 (quatro) candidatos para alcançar a meta e em 2010 faltaram 8 (oito).

O que se pode observar é que a UFAL ao ter instituído uma política de inclusão antes do REUNI possibilitou uma maior inserção de camadas da população, provenientes da escola pública no ensino superior público federal ao expandir suas vagas com a criação de novos cursos, Campi e Polos interiorizados.

Além do programa do sistema de cotas, a UFAL apresenta no REUNI os objetivos dos Programas: Conexões de Saberes e o PAESPE- Programa de Apoio ao Ensino do 2º grau das Escolas Públicas do Estado.

O primeiro tem como objetivo contribuir para a inclusão dos jovens das classes populares além de oferecer condições para a realização de atividades de formação dos universitários de modo a intervir nas demandas de sua comunidade de origem, identificando os problemas e propostas resolutivas que podem ser potencializadas pela articulação entre saberes da experiência das comunidades e aqueles produzidos na academia.

O segundo programa foi idealizado para atender alunos populares matriculados nas 35 (trinta e cinco) escolas públicas e moradores do entorno do *Campus* Universitário A.C. Simões da UFAL, tendo por finalidade a educação, a qualificação profissional e emprego para jovens e adultos dessa comunidade, através da implantação de um programa de formação de recursos humanos na área das ciências exatas e naturais.

Com relação à assistência estudantil a UFAL, em seu Plano de Reestruturação e Expansão, coloca que o objetivo deste programa é garantir aos estudantes o direito à permanência e a conclusão de seus cursos. Os alunos são inseridos nas políticas de assistências à saúde, moradia, alimentação, nos programas de formação profissional e cidadã.

Os programas de assistência estão vinculados a Pró- Reitoria Estudantil (PROEST), e desenvolve as seguintes ações: Políticas na Área da Saúde, Programa de Residência Universitária, Programa Restaurante Universitário, Programa de Bolsa de Estudo/Trabalho, Programa Cultural e Esportivos, e Programa de Apoio e Incentivo a Participação em Eventos.

Tabela 45- Indicadores de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Alagoas – 2006 a 2010

ANO	2006	2007	2008	2009	2010
MODALIDADE					
Aluno Bolsista (Bolsa de Estudos/Trabalho)	290	384	725	764	836
Aluno Monitoria (com bolsa)	148	150	188	290	340
Aluno Monitoria (sem bolsa)	379	364	350	349	406
Aluno Estagiário (empresas conveniadas)	582	1.137	255	466	1.983
Aluno Assistido (restaurante universitário)	1.067	1.740	1.777	1.861	1.262
Refeições servidas a estudantes por dia	151.614*	1.000	1.100	1.460	1.500
Residência Universitária	102	102	102	102	113
Atendimento médico- Odontológico a estudantes	1.873	2.292	972	1.618	872

Fonte: PROEST/ PROGRAD/UFAL * Números que se referem às refeições servidas por dia no restaurante independente de ser servida aos alunos.

Pelos dados acima colocados houve um acréscimo bastante significativo de bolsas de estudo/trabalho e de estágio. Entretanto, a ampliação da residência universitária, atendimento médico-odontológico e restaurante universitário não

produziram grandes impactos para a permanência dos estudantes em seus cursos daí a prioridade do REUNI-UFAL é ampliar: o número de bolsas, o número de comensais e de residentes, e a assistência médico- odontológica.

As metas e estratégias dessa diretriz são planejadas para alcançar:

Ampliar, em 100%, os Programas de Residência Universitária e de Restaurante Universitário no Campus A.C. Simões; Implantar os Programas de Residência Universitária e de Restaurante Universitário Campi interiorizados; Aumentar de 136 para 1400 o número de bolsas de assistência estudantil (aumento de + de 2300%); Ampliar e reformar o parque desportivo da UFAL; Ampliar a participação da comunidade universitária em eventos desportivos. Formar uma equipe interdisciplinar intervindo nas questões sociais, emocionais ou psicológicas e de saúde; Redefinir as normas do Programa Bolsa Estudo/Trabalho; Redefinir os regimentos da Residência Universitária Alagoana e do Restaurante Universitário; Articular e engajar as ações dos diversos Fóruns para a garantia da contratação de recursos humanos (assistentes sociais, psicólogos); Intensificar a intervenção junto ao núcleo familiar do residente iniciada na visita domiciliar integrando família/instituição, resgatando o papel da família; Capacitar os membros das comissões da Residência Universitária; Elaborar projetos arquitetônicos e complementares. (REUNI_UFAL, 2007, p. 33)

Para alcançar as metas elencadas acima a UFAL apresenta etapas. Uma das etapas é construir as Residências, Restaurantes Universitários e o Parque Desportivo. Podemos visualizar nas fotos abaixo que a construção das Residências e do Restaurante Universitário está em fase avançada de conclusão.

A nova Residência Universitária facilitará o acesso dos estudantes ao Campus A.C. Simões/Maceió. As novas instalações estão sem construídas no próprio *Campus A. C. Simões*.



O Restaurante Universitário está sendo construído em frente à nova Residência Universitária. Pelas fotos, podemos perceber que o novo espaço do restaurante facilitará o acesso de mais estudantes comensais.

3.4.6. Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O REUNI-UFAL prioriza a criação de 07 (sete) novos cursos de pós-graduação, resultando no aumento de 15% (quinze por cento) o número de pós-graduando atuantes em atividades na graduação e de 20% (vinte por cento) o número de vagas nos cursos de pós-graduação existentes até 2012. (REUNI_UFAL, 2007, p. 37)

Para alcançar a meta para os cursos de pós-graduação, o REUNI-UFAL projeta duas etapas. A primeira é de implantar novos cursos de mestrado a partir de 2009. E a segunda, implantar novos cursos de doutorado a partir de 2012.

Tabela 46- Indicadores da pós-graduação da UFAL de 2006 a 2010.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Indicadores					
Alunos matriculados- Especialização	678	217	180	904	1.166
Alunos matriculados- Mestrado	481	644	780	974	838
Alunos matriculados- Doutorado	91	151	142	152	174
Cursos de Especialização	24	05	04	06	12
Programas de Mestrado	17	19	20	23	23
Programas de Doutorado	03	03	04	06	06
Teses Defendidas	17	16	09	22	19
Dissertações Defendidas	123	129	194	214	158
Total de grupos de Pesquisa	168	109	207	213	252
Total de Linhas de Pesquisa	507	725	845	907	1.077
Total de Pesquisadores	926	1.034	974	1.202	1.296
Bolsas concedidas Inic. Científica CNPq/UFAL/ FAPEAL	151	238	418	460	495
Bolsa de inovação tecnológica	-----	-----	34	34	36

Fonte: PROPEP/ UFAL

Depois da implantação do REUNI-UFAL o número de cursos de mestrados aumentou de 19 (dezenove) cursos para 23 (vinte e três). Foram três cursos a mais de doutorado.

Em relação ao aumento de matrículas, objetivo já foi alcançado no mestrado. A porcentagem do número de alunos matriculados do mestrado foi de 23% (vinte e três por cento) a mais em relação ao ano de 2007. Já as matrículas nos cursos de doutorado, ainda não atingiram a meta que é de 15% (quinze por cento) de aumento, houve 13% (treze por cento) de aumento no número de alunos matriculados.

Para dar conta da expansão de cursos, vagas, *Campi*, houve a previsão com relação à contratação de docentes e técnicos. Eis o Plano Geral de Implementação do

REUNI-UFAL que apresenta uma etapa para a contratação e capacitação de docentes e técnicos a partir de 2008. Na tabela abaixo podemos verificar os números que demonstram o cumprimento dessa etapa em relação ao número de servidores técnicos da UFAL a partir de 2006 até 2010.

Tabela 47- Servidores Técnicos da UFAL, por regime de trabalho- de 2006 a 2010

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Regime de trabalho					
Tempo Parcial	80	79	80	80	84
Tempo Integral	1.341	1.306	1.400	1.400	1.447
Total	1.421	1.385	1.480	1.480	1.531

Fonte: DAP/DRH/UFAL

Pela análise dos dados da tabela acima podemos observar que o número de servidores técnicos da UFAL diminuiu de 2006 para 2007, o que pode ter sido a não reposição dos servidores técnicos aposentados neste período já que não havia uma política de substituição das vagas não ocupadas. Depois de um ano da implantação do REUNI, em 2008, houve um aumento de 95 (noventa e cinco) servidores a mais do que em 2007. Em 2009 houve uma estabilidade no número de servidores, tanto no tempo parcial como no tempo integral. Após 3 (três) anos de implantação do plano de reestruturação e expansão, em 2010, a quantidade total de servidores voltou a crescer, houve um acréscimo de mais 51 (cinquenta e um) novos contratos pela UFAL o que representa quase nada na proposta implementada pela UFAL.

Tabela 48- Técnicos- administrativos em programa de qualificação- 2006 a 2009.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Titulação					
Doutorado	----	04	06	06	-
Mestrado	----	05	08	08	-
Especialista	----	----	----	----	-
Total	24*	09	14	14	-

Fonte: DAP/PROPEP *Não houve especificação de qual curso de pós-graduação seria. Em 2006 foram oferecidos vários cursos de aperfeiçoamento e formação continuada em serviço.

Além de apresentar como uma das prioridades do plano de reestruturação e expansão a ampliação do quadro de docentes e técnicos- administrativos, a UFAL, também, pretende investir na qualificação dos técnicos- administrativos e na preparação pedagógica docente.

Na tabela acima é notado que os técnicos- administrativos participaram até 2009 de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. No doutorado e no mestrado houve um aumento de técnicos participantes de 2007 a 2008, mantendo uma estabilidade em 2009. No site do gestor da UFAL o ano de 2010 não há dados sobre a participação dos servidores técnicos- administrativos em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Porém, a formação *stricto e lato sensu* dos técnicos - administrativos não é prioridade e nem meta para o REUNI-UFAL. A formação desses profissionais se resumiria a promoção de seminários, treinamentos e oficinas de trabalho para a capacitação técnica de servidores técnicos - administrativos que operam o Sistema Acadêmico.

Tabela 49 - Docentes do quadro permanente da Universidade Federal de Alagoas, por regime de trabalho – 2006 a 2010

Titulação	2006	2007	2008	2009	2010
Dedicação Exclusiva	767	767	857	919	1.081
40 horas	89	85	121	131	120
20 horas	65	60	142	137	132
Total	921	912	1.120	1.187	1.333

Fonte: DAP/ DRH/UFAL

Apresentando um total de 1.333 (mil, trezentos e trinta e três) docentes do quadro permanente, a UFAL precisaria ter 1.106 (mil, cento e seis) docentes com Dedicação Exclusiva para manter o percentual desejado no REUNI-UFAL, ou seja, 83% (oitenta e três) de docentes em DE. Pela análise dos dados contidos na tabela observa-se que estão faltando 25 (vinte e cinco) docentes com DE, para poder a instituição alcançar a sua meta.

Os dados em relação à contratação de docentes do quadro permanente da UFAL também nos demonstram que antes da implantação do programa de reestruturação e expansão da instituição, em 2007, havia uma estabilidade no número de docentes permanente. No ano de 2006 houve um aumento de 92 (noventa e dois) docentes permanentes a mais que nos anos anteriores. Porém em 2007 aconteceu um decréscimo de 09 (nove) docentes a menos no quadro da instituição.

A partir de 2008 esse número passará a aumentar. A contratação de docentes permanentes aumentou 208 (duzentos e oito) professores a mais que 2007, começando a

partir deste ano um real aumento na contratação de docentes, que chega a 2010 com um aumento de mais de 19% (dezenove por cento) no quadro permanente de professores.

O REUNI/UFAL apresenta ainda, em relação à contratação de novos docentes para o quadro permanente, duas metas a serem alcançada em 2012: a contratação de 235 (duzentos e trinta e cinco) docentes e a participação dos mesmos em programas de qualificação. Pelos dados analisados, fica constatado que já ocorreram 213 (duzentos e treze) contratações de novos docentes do quadro permanente, restando somente 22 (vinte e duas) contratações para atingir a meta proposta no programa.

Com relação à participação dos docentes em programas de qualificação, o número maior de participação de docentes nos programas de qualificação aparece em 2008 e 2010. Em 2009 é registrado 4% (quatro por cento) do total de docentes do quadro permanente nos programas de qualificação. O percentual de participação dos docentes em 2006, 2007, 2008 e 2010, é 6% (seis por cento).

Tabela 50 - Docentes em programa da qualificação- 2006 a 2010

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Titulação					
Pós- graduação	13	09	18	04	-----
Doutorado	43	34	37	35	25
Mestrado	01	03	06	05	47
Especialização	-----	-----	-----	-----	05
Total	57	46	61	44	77

Fonte: DAP/ PROPEP

É importante salientar que o programa de expansão e reestruturação da UFAL quando se refere à formação do docente, prioriza a atualização de metodologia e tecnologia de ensino-aprendizagem, a mesma estratégia proposta para os técnico-administrativos.

Os objetivos principais do REUNI-UFAL em relação à formação do docente são: promover cursos de atualização para os professores sobre o uso de metodologia de ensino- aprendizagem apropriada aos alunos com necessidades especiais; capacitar os docentes para o uso de estratégias de ensino a distância em cursos presenciais e em outras mídias e para a utilização de tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de ensino-aprendizagem; atualizar, para os professores admitidos a partir de 2008, os procedimentos didáticos e de avaliação da aprendizagem; e prever programas

de capacitação pedagógica para implantação do novo modelo curricular implantados nos campus.

No REUNI-UFAL essas formações seriam promovidas através de seminários, treinamentos e oficinas de trabalho para capacitação pedagógica de docentes da UFAL. É nessa etapa que o REUNI-UFAL não engloba nas metas para formação docente, e para os técnicos- administrativos, os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* fazendo com que, a nosso ver, a formação do docente, e dos servidos técnicos-administrativos, seja uma formação voltada somente para a prática.

A preparação pedagógica do docente e dos técnico-administrativos passa pela sua formação acadêmica. Os docentes e os técnicos têm o direito de darem continuidade a sua formação inicial. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* são essenciais para que o docente e o técnico se vejam como pesquisadores e formadores já que pertencem a uma instituição educacional.

Com a elevação do aumento do número de cursos de graduação, pós-graduação, de vagas, de matrículas, de concluintes, de programas de extensão e de assistência estudantil, a UFAL precisa prever a ampliação de sua estrutura física. Essa ampliação está especificada nas prioridades do REUNI-UFAL.

A ampliação da estrutura física dos *campi* da UFAL está dividida em 3 (três) intervenções propostas pelo REUNI-UFAL: projetos estruturantes dos *Campi*; projetos de instalação e equipamento de uso coletivo e projetos de investimentos em unidades particulares.

Está incluída nos projetos estruturantes dos *Campi* a revisão da rede elétrica do *Campus* Central (ACS); a conclusão da rede de dados no *Campus* Central; expansão do sistema VoIP a todos os *Campi*; pavimentação das vias do *Campus* Central e; a revitalização na paisagem dos *Campi*, compreendendo serviços em praças, jardins e estacionamentos.

O projeto de instalação e equipamento de uso coletivo engloba a construção do centro de interesse comunitário; construção do centro de eventos da UFAL (teatro); construção de blocos destinados à Residência universitária; consolidação da reforma na Biblioteca Central e nas Setoriais no *Campus* ACS e a construção de 8 (oito) quadras teladas e iluminadas nos *Campi*.

O projeto de investimentos nas Unidades Acadêmicas está contemplando a construção do *Campus Delmiro Gouveia* e Pólo Santana do Ipanema, em andamento; construção de blocos de salas de aula nos *Campi* em andamento; construção de blocos de laboratórios e instalação de equipamentos e mobiliários nos laboratórios nos *Campi*, em andamento.

Na estrutura física dos *Campi*, percebe-se diversas melhorias devido à construção e reformas de vários espaços físicos da UFAL como um todo. Entre 2008-2011, a Universidade executou 61 obras, no valor de R\$ 57.633.280,00, ofertando à comunidade acadêmica mais estrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O REUNI possibilitou a ampliação da área física da UFAL nos seguintes percentuais:

TABELA 51 – Evolução da área física da UFAL de 2007 a 2010.

ÁREA CONSTRuíDA	2007	2010	Variação
Área Construída na UFAL (m2)	157.676,95	270.614,26	71,62%
Área Construída no Campus Sede (m2)	152.703,19	256.608,63	68,04%
Área Construída no Campus Arapiraca e Polos (m2)	4.973,76	14.005,63	181,59%
Área Construída no Campus do Sertão e Polo (m2)	---	---	---

Fonte: SINFRA/UFAL

A UFAL chega portanto, ao final de 2010, apresentando 20.064 (vinte mil e sessenta e quatro) alunos matriculados e com 1.333 (mil, trezentos e trinta e três) docentes no quadro permanente da instituição. Em relação à meta de elevar progressivamente a relação professor/aluno até 1:18, essa relação até 2010 é de 1:15, ou seja, ainda não foi alcançado o índice solicitado pelo REUNI na graduação o que não quer dizer que no cômputo geral das atividades docentes na pós-graduação esse percentual já não tenha alcançado e até extrapolado a meta estipulada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da Rede Federal de Educação Superior ganhou ímpeto a partir de 2003, com a interiorização dos *campi* das universidades federais. Segundo Franco *et al*, “o número de municípios atendidos por universidades federais era, então (2003), 114, prevendo 237 municípios até o final de 2011” (2010, p.129). Esta pesquisa teve como propósito resgatar o processo de expansão e reestruturação das IFES brasileiras a partir da adesão ao Decreto Lei nº 6.096/2007 REUNI, especialmente ao analisar o caso do Programa REUNI elaborado e implementado pela Universidade Federal de Alagoas.

Em um primeiro momento buscamos caracterizar o percurso histórico da expansão e reestruturação do ensino superior no Brasil destacando algumas características específicas como, por exemplo, sua gênese através da criação de cursos isolados, profissionalizantes, de caráter bacharelesco, possibilitando muito prestígio social aos que os frequentavam.

A concepção de educação superior no Brasil depende da percepção política, econômica e social da sociedade dominante em cada período político histórico. Durante o período Colonial até a primeira República o ensino superior serviu para a formação dos políticos da época e a formação da elite dirigente. Na segunda República a expansão da educação superior acompanhou o desenvolvimento industrial urbano. Os estabelecimentos de ensino superior eram isolados e tinham como objetivo a formação de técnicos, para atender a demanda da indústria. Ocorreu a partir deste período histórico, a primeira expansão da educação superior brasileira de graduação, dentro de uma perspectiva voltada basicamente ao ensino.

A expansão da educação superior brasileira além da ênfase ao ensino apresentou também uma característica que diferenciou as instituições públicas das privadas. As IES privadas tiveram o seu crescimento caracterizado por instituições de pequeno porte e sua real expansão se deu durante os anos de 1960 e 1970. Já as IFES foram caracterizadas pelas instituições multifuncionais. Instituições que desenvolviam atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de manterem instalações culturais e esportivas, e até hospitais.

A segunda grande expansão que ocorreu no ensino superior brasileiro trouxe também o primeiro processo de reestruturação desta modalidade de ensino. Esse processo ocorreu durante o regime militar brasileiro. Foi neste período histórico que a educação superior introduziu uma dimensão mais tecnocrática. A expansão e a reestruturação da educação superior foram às primeiras ocorridas oficialmente, através da aprovação da Lei de Reforma Universitária nº 5.540/68.

As concepções de ensino superior eram concebidas através da ênfase da exigência e da eficácia mais radical, uma tendência mais voltada à produtividade e a eficácia, tendo como objetivo a formação da mão de obra especializada requerida pelas empresas e preparação dos quadros dirigentes do país.

A reforma universitária de 1968 reestruturou o ensino superior trazendo muitas inovações para a época e estabelecendo critérios muito utilizados pelos EUA, país de origem da maioria dos muitos consultores que vieram para o Brasil, como por exemplo: redução do currículo, diminuição da duração dos cursos de formação profissional, adoção do regime de créditos, implicando a matrícula por disciplina e a substituição do ano escolar, por semestral ou trimestral, o que permitia a entrada de mais de uma turma por ano em cada curso; a introdução do vestibular unificado e classificatório, por campo de conhecimento, possibilitando o aproveitamento de todas as vagas existentes ou ociosas em alguns cursos especiais de pequena demanda; a instituição do ciclo básico, comum para cada área de saber e a criação dos departamentos.

Além dessas mudanças ocorridas oficialmente, a reforma universitária recomendava a implantação de uma nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, cuja finalidade era o rendimento, a eficiência e não a produção acadêmica, científica e cultural.

Após a redemocratização política do Brasil ocorre à aprovação da Constituição Federal em 1988, a LDB nº 9394/1996 e o PNE nº 10.172/2001. A modernização administrativa associada aos princípios neoliberais daria uma nova roupagem à visão efficientista e produtivista dos anos 60. Novos conceitos foram introduzidos à agenda de reformas: avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização.

A expansão do ensino superior se dava via setor privado já que as ênfases das políticas educacionais, sociais e econômicas estavam na contenção dos gastos públicos, aceleração do processo de privatização, controle de demanda através do aumento de juros e a abertura às exportações. O Banco Mundial passou a exercer influência efetiva na política educacional.

O objetivo da política de expansão e reestruturação do ensino superior na década de 1990 assumiu uma nova conotação: advogou-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. A expansão da educação superior brasileira foi novamente reforçada pela presença do setor privado, igualando ao que ocorreu nas décadas de 30, 40, 60 e 70, do século XX.

É nesse cenário de neoliberalismo que toma posse da presidência da República um representante do partido dos trabalhadores. Nos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva as políticas educacionais continuam com os mesmos objetivos do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, porém agora ocorre um ponto que particulariza essa nova gestão que é a expansão do ensino superior a partir da interiorização da educação superior através da educação à distância e da expansão das IFES.

Para fomentar a concretização dessa política o governo oferece recursos financeiros adicionais às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que optarem por aderir ao programa além de conceder autonomia às universidades participantes para que cada uma delas elabore um modelo próprio de expansão que possa levar em conta as urgências e vocações da instituição (Decreto n. 6.096/2007, art. 1º). É nessa nova política que a UFAL realiza o seu processo de expansão e de reestruturação, oportunizando sua abrangência para o interior alagoano através da criação de dois *campi*: um no agreste e outro no sertão.

A presença dos *Campi* no interior trouxe oportunidades para que os alunos oriundos do ensino médio daquelas regiões tivessem acesso ao ensino superior, facilitando sua locomoção e evitando gastos financeiros de residir fora de seu município de origem.

O *Campus* A.C. Simões/ Maceió, o *Campus* do Agreste/Arapiraca e o *Campus* Sertão/Delmiro Gouveia representam que a UFAL está priorizando a diversificação das demandas por ensino superior gratuito no estado de Alagoas. Sua presença nas três áreas geográfica do estado e a oferta de diferentes cursos que demandam da necessidade de cada região permite que a UFAL forme profissionais de diferentes áreas de saber, proporcionando um crescimento econômico e social nas regiões abrangentes.

Depois da adesão ao REUNI/Nacional a UFAL apresentou um significativo crescimento em todos os seus setores. Foram contratados novos professores e técnicos-administrativos, novos cursos de graduação foram ofertados, tanto no turno noturno com no diurno, houve aumento no número de projetos de extensão, surgiram novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, e os *Campi* passaram por reformas estruturais.

Enfim, para a Universidade Federal de Alagoas, o REUNI foi visto, de fato, como um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – que reconhece as possibilidades e potencialidades no atual estágio de desenvolvimento da Instituição bem como as oportunidades que se abrem, propondo as linhas de desenvolvimento necessárias para a sua reestruturação e expansão.

Sendo assim, vislumbrou neste Programa de Expansão as possibilidades de realizar no Estado de Alagoas uma política de desenvolvimento cultural, econômico, social que por seus próprios recursos teria demorado bastante para acontecer. Sem transgredir as normas estabelecidas mas tendo claro seus princípios norteadores de expansão e a democratização do acesso a educação superior pública de qualidade pelo interior do Estado, a UFAL está possibilitando a formação de quadros críticos e competentes nas diversas áreas do conhecimento humano.

O desafio que se coloca hoje é fortalecer cada vez mais a produção científica que possibilite disponibilizar soluções inovadoras no sentido de resolver os graves problemas estruturais do Estado, principalmente na área da educação, saúde e ciências agrárias. Isto já pode ser constatado pelos inúmeros projetos de extensão e de pesquisa, aprovados por órgãos de financiamento externo, que tem como objeto resolver questões locais e regionais nas diversas áreas do conhecimento humano.

A ampliação do compromisso social da UFAL ao relacionar a sua missão de formação profissional e de produção de conhecimentos, à prospecção e à crítica, mas,

sobretudo, à capacidade de induzir transformações positivas no seu contexto é o que se espera como legado dessa política de expansão e reestruturação ora em andamento.

Sabemos que o modelo implantado pelo REUNI, através da pactuação de recursos via “Termo de Adesão”, possui características que priorizam eficiência, eficácia dentro de uma concepção de planejamento estratégico com padrões de auto-gestão das organizações empresariais. Por outro lado, há claramente um esforço nessas ações para reduzir a evasão e a repetência, aumentar as vagas e matrículas, preencher as vagas ociosas, reformular programas, cursos, matriz curricular e recursos didáticos.

A UFAL tem até o ano de 2012 para alcançar todos os objetivos e metas planejadas no REUNI. Algumas já foram alcançadas outras ainda estão em processo de implantação. A nosso ver o REUNI trouxe para a UFAL oportunidades reais de expansão e reestruturação que pouco foram possibilitadas pelas políticas educacionais do governo federal ao longo dos anos.

Apesar de muitos desafios enfrentados, discussões e debates muitas vezes acalorados, de reconhecer no REUNI a oficialização de um projeto de reconfiguração e ressignificação do papel e das funções da universidade pública como instituição social, de inspiração internacional, temos hoje uma realidade diferente no cenário do ensino superior no Estado de Alagoas conforme demonstra o mapa abaixo. O próximo passo é a implantação do *Campus Litoral* já em negociação no MEC.



As possibilidades são enormes para levar adiante a democratização do acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade a todos que a ele tem direito mas também os desafios são imensos uma vez que se sabe que o REUNI é um projeto de governo e não uma política de Estado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Afonso Telles. (Org.). **Minidicionário da Língua Portuguesa Soares Amora**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- AMARAL, Nelson Cardoso. O governo Lula e o financiamento das IFES. In: ARAÚJO, Josimeire de Omena.; CORREIA, Maria Valéria Costa. (orgs). **Reforma universitária: a universidade pública em questão**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- ANDES. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PNE sobre a educação superior**. Cadernos ANDES, Brasília, nº 25. p. 1- 41, agosto. 2007.
- ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Brasília, DF. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: **NBR 6023: informações e documentações- referências- elaboração**. Rio de Janeiro. 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: **NBR 14724: informação e documentação- trabalhos acadêmicos- apresentação**. Rio de Janeiro. 2011.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394- 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE). Lei nº 10.172- 09 de janeiro de 2001**. Brasília, DF, 09 jan. 2001.
- BRASIL. Casa Civil. Secretaria- Geral da Presidência da República. Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Educação. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das Universidades Federais e roteiro para a reforma universitária brasileira**. Brasília, DF, outubro. 2003.
- BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Site:<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> Acessado no dia 05 de janeiro de 2012, as 22h e 30 minutos.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abril. 2007.
- BRASIL. **Análise Técnica da SESu do Plano de Reestruturação e Expansão apresentado pela Universidade Federal de Alagoas**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 2008.
- BRASIL. **[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política econômica, finanças públicas e as políticas para educação superior: de FHC (1995 a 2002) a Lula (2003- 2006). In: RODRÍGUES, Margarita Victoria.; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.) **Políticas Educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Líber Livro Editora, UCDB, 2008.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE (Brasil). **Programa de governo: um Brasil para todos**. São Paulo, 2002.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE (Brasil). **Uma escola do tamanho do Brasil**. São Paulo, 2002.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?** São Paulo: Xamã, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção Educação Contemporânea)

FRANCO *et al.* Expansão da educação superior e arquiteturas acadêmicas: tensões e desafios. **Série – Estudos**. (Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB). n. 30, jul./dez. 2010, p. 93-116.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 6 ed. São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Resultados do Censo 2010**. 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 de julho de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA (Brasília, DF). **Educação Superior Brasileira: 1991- 2004. Alagoas**. Brasília, v.01. VERÇOSA, Elcio de Gusmão.; TAVARES, Maria das Graças Medeiros. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação. **Evolução da Educação Superior- Graduação: 1980 a 2007**. 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/centro-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007/>. Acesso em: 02 de agosto de 2011.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Kátia. **Contra- reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina**. Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.

MOROSINI, Marília Costa. O Ensino Superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria.; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol.III. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. p. 31-42. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (orgs). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

RAMALHO FILHO, Rodrigo de Araújo. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Relatório de Consultoria. **Análise das propostas recebidas pela SESu/MEC, referente ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades- REUNI: dimensões da Ampliação da Oferta dos Cursos e Vagas propostas pelas IFES e Parecer sobre aspectos qualitativos, quantitativos e de exeqüibilidade, inovação e inconsistências, referentes à Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública**. Brasília. Produto I. Documento Técnico nº1, julho. 2008.

RAMALHO FILHO, Rodrigo de Araújo. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Relatório de Consultoria. **Documento técnico e Parecer técnico contendo a análise das propostas recebidas pela SESu/MEC, referente ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades- REUNI no que tange às suas dimensões de Reestruturação Acadêmico- Curricular e Renovação Pedagógica quanto à sua escala exeqüibilidade, inovação e inconsistências**. Brasília. Produto II. Documento Técnico nº2, set. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007. _(Coleção Memória da Educação)

SESu/MEC. **Documento preliminar elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC**, de 25 de junho de 2007, complemento ao art.1º § 2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **LDB e Educação Superior (estrutura e funcionamento)**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros.; VERÇOSA, Elcio de Gusmão. A estadualização da educação superior pública em Alagoas: da desconcentração do ensino para o interior do estado às condições de possibilidade de diversificação da ação acadêmica das IES. In: PINTO, Anamelea de Campos. ; COSTA, Cleide Jane de Sá Araújo.; HADDAD, Lenira. (orgs.) **Formação do pesquisador em educação: questões contemporâneas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros.; RAMALHO FILHO, Rodrigo de Araújo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: um processo inovador de interiorização e democratização da educação superior. In: **Educação Superior no Brasil e Diversificação Regional**. CHAVES, Vera Lúcia Jacob.; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (orgs). Belém: EDUFAP, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Alagoas 2008-2012**. Maceió, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Portal do Gestor. **Boletins Estatísticos**. Ministério da Educação. 2011. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/portal/gestor/anuários-e-boletins/boletins-estatísticos/>>. Acesso em: 28 de julho de 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche.; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **História do Ensino Superior em Alagoas: verso & reverso**. Maceió: EDUFAL, 1997.

XIMENES, Daniel de Aquino. **Educação Superior, reflexividade e avaliação: dinâmica recente do cenário brasileiro**. Pelotas: EDUCAT, 2003